UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – CCSH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO COOESPERANÇA:
uma experiência de capital social em Santa Maria - RS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marco Aurélio da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2013

PROJETO COOESPERANÇA:
uma experiência de capital social em Santa Maria - RS

Marco Aurélio da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Professor Dr. Dejalma Cremonese

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

PROJETO COOESPERANÇA:
uma experiência de capital social em Santa Maria - RS

elaborada por
Marco Aurélio da Silva

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Presidente/Orientador Prof. Dr. Dejalma Cremonese
Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais - UFSM

_____
Profa. Dra. Rosana Soares Campos
Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais - UFSM

_____
Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues
Professor - UNIFRA

Santa Maria, 18 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela fé que tenho e no seu infinito amor para com suas criaturas e, especialmente, agradeço por este momento único que estou vivenciando.

A meus pais, José Rodrigues da Silva e Maria Imaculada Lopes da Silva, os quais me ensinaram os primeiros passos e sempre acreditaram que eu alcançaria meus objetivos.

Aos meus irmãos, por sempre estarem próximos de meus pais e, por muitas vezes, terem me ajudado.

De forma muito especial, hoje agradeço publicamente ao professor Dr. Dejalma Cremonese, que me apresentou a temática Capital Social, também por assumir o desafio de me ajudar nesta empreitada, pelo apoio nos momentos difíceis que passei no decorrer deste período, pela amizade construída e pela sua disponibilidade em sempre me orientar.

À Aristéia Mariane Kayser, por toda a paciência que teve durante esses sete anos que estamos juntos e, principalmente, nestes dois últimos anos, por não ter estado presente como deveria, mas hoje temos certeza que a vitória chegou.

Agradeço pela colaboração e amizade de Eder Vladimir Costa, de Karen Duarte e de Mateus Tuzzin, os quais ajudaram muito na sistematização e na correção desta pesquisa.

Os meus sinceros agradecimentos a Doralina Mendes Bierman, pessoa que, de uma forma muito especial, me ajudou muito.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO COOESPERANÇA:
uma experiência de capital social em Santa Maria - RS

Autor: MARCO AURÉLIO DA SILVA
Orientador: PROF. DR. DEJALMA CREMONESE
Local e data da defesa: Santa Maria, 18 de dezembro de 2013

A proposta desta pesquisa é analisar a importância do Projeto Cooesperança no que tange à atuação da Economia Solidária para o desenvolvimento e manutenção do capital social em Santa Maria – RS. Justifica-se a escolha da temática pela proposta de uma Economia Soliária justa e sua expressão nacional como alternativa ao sistema econômico atual. Para o desenvolvimento teórico da pesquisa, levantou-se a hipótese de que as práticas de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias do Projeto Cooesperança podem ser exemplos de capital social para o município de Santa Maria. Para a elaboração desta pesquisa, na primeira parte o autor se pautou nos princípios teóricos defendidos por Robert Putnam e por Aléxis de Tocqueville. Já em uma segunda etapa, a finalidade foi analisar os resultados de 30 entrevistas realizadas com feirantes participantes do Projeto Cooesperança e consumidores em Santa Maria-RS, por meio da aplicação de pesquisa *survey* no ano de 2013.

Palavras-chave: Capital Social. Associativismo. Cooperação. Democracia. Participação.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

COOESPERANÇA PROJECT EXPERIENCE OF CAPITAL IN SANTA MARIA - RS

AUTHOR: MARCO AURELIO DA SILVA
ADVISOR: DR. CREMONESE DEJALMA
LOCATION AND DATE OF DEFENSE: SANTA MARIA, DECEMBER 18, 2013

The purpose of this research is to analyze the importance of Cooesperança Project regarding the performance of the Solidarity Economy for the development and maintenance of social capital in Santa Maria - RS . Justifies the choice of the theme by the proposed fair Soliária Economy and its national expression as an alternative to the current economic system . For the theoretical development of research, bring up the hypothesis that the practices of cooperatives , associative , participatory and community Cooesperança the design actions may be examples of social capital to the city of Santa Maria . For the development of this research , in the first part the author was based on theoretical principles defended by Robert Putnam and Alexis de Tocqueville . Already in a second step , the purpose was to analyze the results of 30 interviews with merchants Cooesperança Project participants and consumers in Santa Maria - RS , through the application of survey research in 2013 .

Keywords: Social Capital. Associations. Cooperation. Democracy. Participation.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÃO

1 – Ilustração 1 – Associação entre Capital Social e o discurso Histórico..... 28
2 – Ilustração 2 – Autogestão 61
3 – Ilustração 3 – Organograma do Banco da Esperança 65
4 – Ilustração 4 – Organograma do Projeto Esperança/Cooesperança 70
5 – Ilustração 4 – Fôlder das seis primeiras Feiras da Economia Solidária 73
6 – Ilustração 6 – Fôlder – 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 2005 75
7 – Ilustração 7 – Fôlder – 1ª e 2ª Feira Mundial de Ecosol 2013..... 75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo M / F.....84
Tabela 2 – Idade do pesquisado.....85
Tabela 3 – Cor da pele do/a entrevistado/a.....85
Tabela 4 – Qual é o seu estado civil?.....86
Tabela 5 – Grau de instrução.....86
Tabela 6 –Você se preocupa em ficar desempregado/a?.....87
Tabela 7 – Qual é a sua renda mensal?.....87
Tabela 8 – Quantas pessoas dependem dessa renda?.....88
Tabela 9 – Quanto à política, você se interessa e se mantém informado/a?.....89
Tabela10 – Quanto ao funcionamento da democracia no Brasil, você está.....89
Tabela 11 – Como avalia a qualidade dos serviços públicos em Santa Maria.....90
Tabela 12 – Considera que o valor dos impostos que você paga é alto?.....90
Tabela 13 – Você confia ou não confia nas pessoas?.....92
Tabela 14 – Você se sente seguro/a no exercício de sua atividade?.....92
Tabela 15 – Você conhece alguém que foi vítima de um delito ou assalto na feira.....93
Tabela 16 – Se precisasse se ausentar da banca, confiaria no/a seu/sua colega para cuidar....94
Tabela 17 – Avaliação do associativismo, cooperação, participação, confiança.....94

LISTA DE SIGLAS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia

ONGs – Organização Não Governamental

FEE – Fundação de Economia e Estatística

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

OP – Orçamento Participativo

DEPSOL – Departamento de Economia Popular Solidária

SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

CEPS – Centro de Economia Popular Solidária

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

FBB – Fundação Banco do Brasil

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

RESUMO 5
ABSTRACT 6
LISTA DE GRÁFICOS 7
LISTA DE TABELAS 8
INTRODUÇÃO 12

1 **CAPITAL SOCIAL COMO BASE PARA A DEMOCRACIA** 15

1.1 **Democracia: origem e desenvolvimento teórico** 15
1.2 **Concepções gerais e conceito de participação** 18
1.3 **Aporte teorico do capital social** 23
1.3.1 Capital social 24
1.3.2 O desenvolvimento do capital social primeiras concepções 28
1.3.3 A relação capital social e desenvolvimento econômico 30
1.3.4 A experiência do espírito cívico segundo Alexis de Tocqueville 31
1.3.5 A arte de se associar: liberdade associativa 35
1.3.6 Capital social segundo Robert Putnam 37
1.4 **Desenvolvimento local** 46
1.4.1 Conceito de desenvolvimento local segundo Amartya Sem 49

2 **PROJETO COOESPERANÇA EXEMPLO DE CAPITAL SOCIAL EM SANTA MARIA** 55

2.1 **Surgimento da teoria dos novos movimentos sociais** 56
2.2 Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária 57
2.2.1 A Importância das feiras para a economia solidária 58
2.3 **Cooperação, associativismo uma rede de solidariedade** 59
2.3.1 Economia solidária e fortalecimento da autogestão 60
2.3.2 Economia solidária: modelo de desenvolvimento solidário, sustentável 62
2.4 **O surgimento das primeiras cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul** 63
2.4.1 Projeto Cooesperança: uma experiência de associativismo 64
2.4.2 O Projeto Esperança 69
2.5 **Projeto Esperança/ Cooperativa Cooesperança** 71
2.5.1 Feirão colonial: uma experiência de economia solidária 72

2.5.2 Centro de Referência de Economia Solidária "Dom Ivo Lorscheiter" 74
2.6 **Teia Esperança: uma rede de comercialização** 76
2.6.1 A organização popular e as políticas públicas 77

3 **ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS FEIRANTES DO PROJETO COOESPRANÇA** 81

3.1 **Metodologia** 81
3.1.1 Fonte dos dados e a amostragem 82
3.1.2 Perfil dos feirantes 83
3.2 **Predominância do estado civil e escolaridade** 86
3.2.1 Aspectos da situação econômica 87
3.3.2 Manifestação de interesse por política convencional 88
3.3 **Avaliação dos serviços em Santa Maria** 89
3.3.1 Confiança interpessoal 91
3.3.2 Ações comunitárias de confiança e espírito participativo 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS 96
REFERÊNCIAS 98
APÉNDICE 105
A – Pesquisa de opiniçao sobre Projeto Cooesperança – NEDD/UFSM 106
B – As principais organizações e entidades parceiras do Projeto Cooesperança 108
C – Foldes das 20ª Feiras do Cooperativismo do Projeto Cooesperança 109
D – Folder oficial dos 20 anos da Feira do Cooperativismo 2013 110

INTRODUÇÃO

A efetivação da participação é algo decisivo para que o sistema democrático se concretize em todas as esferas sociais. Segundo Amartya Sen (2000, p. 42), as relações sociais devem ser construídas por meio de laços de confiança. É com esse pressuposto que aqui se optou pelo estudo da temática *capital social*, proposta de organização social que vem ganhando destaque no campo das ciências sociais, em especial pela sua facilidade de transitar entre vários conceitos-chave que permeiam a realidade social, conseguindo fazer-se presente em qualquer debate teórico ou pesquisa empírica, demonstrando que se trata, efetivamente, de mais uma variável científica na elaboração das mais diversas pesquisas. Assim, portanto, a partir do pressuposto e da temática aqui adotada, uma pergunta acabou por tornar-se norteadora para a pesquisa: – O Projeto Cooesperança é exemplo de geração de capital social em Santa Maria?

A atenção deste estudo acabou por se fixar no chamado "Projeto Cooesperança" de Santa Maria/RS visando analisar, compreender e explicar o capital social que esse Projeto está propiciando na região. Trata-se de verificar se os pressupostos básicos e conceituais de democracia estão sendo alcançados ou, no mínimo, praticados no que se refere à participação nas questões da cultura política, do sistema de cooperação e do associativismo. Também se trata de obter, dos feirantes do Projeto, o seu entendimento sobre confiança, solidariedade e engajamento participativo e analisar esse quadro social. Algumas técnicas de investigação foram selecionadas para serem empregadas visando a uma estruturação lógica para a fundamentação empírica da pesquisa e também se levantou uma hipótese inicial, a de que, na prática, as ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias do Projeto Cooesperança podem ser exemplos de capital social para o município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Uma vez estabelecidos esses parâmetros, primeiramente se buscou revisar a tradicional bibliografia referente aos conceitos de democracia, de capital social, de desenvolvimento e de participação, por considerar que os respectivos pensadores são centrais dentro da teoria democrática participacionista. Depois, objetivando exemplificar o conceito de capital social, que tem, entre as suas variáveis, o espírito associativo e participativo, foi efetivamente selecionado o Projeto Esperança/Cooesperança, que é mantido pelo grande projeto Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria/RS, como exemplo de

organização de ações cívicas de solidariedade associativa, participativa e cooperativa. Quanto à técnica investigativa, ela diz respeito ao método estatístico, este aplicado às respostas obtidas através da aplicação e da análise dos resultados de uma pesquisa tipo *survey* e que é parte do projeto intitulado "Pesquisa de Opinião sobre Projeto Cooesperança – NEDD/UFSM", coordenado pelo professor Dr. Dejalma Cremonese, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – BRASIL. A pesquisa começou a ser aplicada em outubro de 2013, fornecendo uma estimativa gráfica sobre o espírito participativo, a confiança, a cooperação, além de informar sobre o comportamento e o comprometimento político entre os participantes do Projeto Cooesperança. Optou-se por essa metodologia visando a um melhor resultado da análise teórica e, para esse procedimento, decidiu-se utilizar uma metodologia que permitisse alcançar o bom desenvolvimento dos objetivos propostos. Assim, este relatório da pesquisa foi dividido em introdução, três capítulos e as considerações dos resultados obtidos. E, para uma melhor ilustração da pesquisa, acrescentou-se um anexo com, principalmente, o questionário aplicado.

O primeiro capítulo foi intitulado "*Capital Social como base para a democracia*" e trata dos fundamentos teóricos da democracia, do capital social, do desenvolvimento local e da participação. O ponto norteador para essa discussão sobre os fundamentos é o tema da participação da sociedade no campo da democracia e no debate da cultura política. Em seguida é apresentada uma análise do conceito de capital social, sua origem e seu desenvolvimento e, por fim, aspectos de desenvolvimento local. Dentro desse capítulo, apresenta-se ainda uma seção específica referente à análise do conceito de democracia; numa segunda seção, se trata das concepções gerais de participação; numa terceira seção, faz-se referência ao capital social, para isso tendo o aporte teórico das reflexões de Aléxis de Tocqueville (1962) e de Robert Putnam (2000); enfim, numa quarta seção, ali se trata da análise do conceito de desenvolvimento local a partir do aporte teórico de Amartya Sen (2000).

No capítulo 2, intitulado "*Projeto Cooesperança como exemplo de capital social em Santa Maria*", desenvolvem-se cinco seções. As três primeiras se destinam a analisar teoricamente o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e, ainda, a questão da cooperação associativa como rede de solidariedade, para o que se realizou um levantamento histórico sobre o surgimento das primeiras cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul. As duas últimas seções foram dedicadas ao estudo do Projeto Esperança/Cooesperança como experiência de capital social, sempre com a interrogação de se

esse projeto realmente favorece o desenvolvimento local e se é uma vertente da ação comunitária e participativa.

O terceiro capítulo, sob o título de "*Análise do capital social na perspectiva dos Feirantes do Projeto Cooesperança*" trata da formulação, aplicação e organização (em figuras) das respostas do questionário semiestruturado acima mencionado. O assunto de todo está dividido em oito blocos, considerando: (i) perfil dos feirantes; (ii) levantamento de dados dos consumidores; (iii) predominância do estado civil e escolaridade; (iv) aspectos da situação econômica; (v) manifestação de interesse por política convencional; (vi) avaliação dos serviços em Santa Maria; (vii) confiança interpessoal; e (viii) ações comunitárias de confiança e espírito participativo.

As considerações finais são tecidas a partir da análise da aplicação do "survey", fazendo assim as ponderações necessárias referente aos indicadores que demonstram ou não uma progressão positiva de confiança e de participação no cenário do Projeto Cooesperança.

1 CAPITAL SOCIAL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO E PARA A DEMOCRACIA

A vida em sociedade só é possível de ser pensada a partir da teoria democrática, que tem por base o conceito de cidadão como algo norteador da teoria. Esse conceito norteador está, notoriamente, associado ao desenvolvimento da participação político-social na economia. O desenvolvimento do conceito cidadão é originário da Grécia, entre os séculos VIII e VII a.C. Muito tempo depois, na modernidade, tornou-se, então, referência de estudos enfocados a partir da política e das Ciências Sociais, sendo um conceito evocado tanto nas sociedades antigas, quanto na contemporaneidade. A partir do século XVIII, no campo das relações humanas referente aos aspectos social, moral, jurídico e público, novas reflexões sempre surgindo com a finalidade de alargar o conceito de *cidadão*, que vem sendo entendido como aquele indivíduo da sociedade que exerce sua cidadania visando sempre à consolidação e à construção do processo democrático pelas vias do direito e dos deveres (MARSHALL, 1967, p. 63-65).[1] Assim posta a temática deste primeiro capítulo, ele está estruturado em três seções: na primeira apresenta-se uma explanação sobre os aspectos gerais do conceito de democracia, de sua origem e da evolução; já na segunda se discutem as concepções gerais de capital social (participação, associativismo e cooperação); e, na terceira seção, discorre-se sobre o conceito de desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen (2000).

1.1 Democracia: origem e desenvolvimento teórico

A democracia como forma de organização social tem sua origem na Grécia Antiga, mas especificamente, na cidade de Atenas. Essa cidade, já antiga cinco séculos antes da nossa era, vinha sendo governada por tiranias até chegar a um período monárquico e um sistema legislador. Todavia, no ano de 560 a.C., Pisístato – um líder popular – chega ao governo por meio de uma forma democrática. Logo depois, no final desse século VI a.C., muitas mudanças sociais e reformas políticas ocorreram a partir do governo de Clístenes. Foi nesse período que

[1] Segundo Marshall (1967, p. 76), *cidadania* significa *status* concedido e que é dado somente aos membros da comunidade, sendo um processo de iguais, ou seja, todos têm deveres e direitos.

se originou o termo *democracia*. Existem relatos de que, nesse período, já havia disputa de poder entre o partido dos aristocratas tradicionais e o dos populares, estes considerados da linha da aristocracia progressista. Depois de muitas disputas, os acordos em Atenas culminaram na elaboração de uma nova Constituição e que tinha por base um regime de governo constituído, diretamente e amplamente pelo povo.[2] Para os gregos, significava uma forma representativa direta, por meio de homens livres. Não se pode, porém, incorrer no erro de entender termos como *cidadãos livres* e *democracia* como empregados em muitos contextos até a atualidade. Não pode, portanto, adotar a interpretação reducionista de que democracia significa apenas governo do povo.

Democracia significa *"demo = povo; kratos = poder político"*. O historiador Heródoto foi o primeiro que utilizou o termo democracia, isso tendo ocorrido em meados do sécuclo V a.C. Um fato interessante é o de que, no novo (para a época) sistema, quando exercido para tratar de assuntos públicos, a população participava, porém por meio de sorteios. Sócrates e Platão não pouparam críticas a esse sistema de sorteio, pois o consideravam deturpador do tipo de governo proposto, ou seja, o cidadão deve estar comprometido com a qualidade das ações públicas. De qualquer forma e sem a intenção de ser reducionista, a Grécia foi o cenário que por primeiro consolidou o sistema de governo participativo: um sistema democrático por meio do qual os cidadãos tiveram condições de tomar decisões políticas no âmbito da *pólis*. Para Chauí (1994), "*pólis"* é uma comunidade formada pelos cidadãos livres e que têm o direto de expor suas opiniões referentes às decisões sobre a cidade.

Para Chauí, na mesma obra, *pólis* é uma comunidade formada pelos cidadãos livres e que têm o direito de expor suas opiniões referentes às decisões sobre a cidade. Já no Império Romano, a *pólis* passa a ter significado de *civitas* e, posteriormente, de cidade. As palavras *politiké* e *politikós* (que são derivadas das palavras *pólis e politiké*), epistemologicamente, significam política, o que implica o conceito de cidadão, significando, para os gregos, pessoas partícipes da vida da *pólis,* da política. Pensar no século V a.C. em um governo grego democrático requer pensar em uma sociedade pequena e que tinha sua administração direta. Na modernidade, porém, a conjuntura de democracia é um pouco mais complexa, ou seja, configura-se a partir da representatividade do Estado nacional (não apenas cidade-Estado), sendo este o organizador do sistema político. O Estado passa a organizar uma democracia

[2] O sistema político adotado na Grécia Antiga teoricamente tinha por objetivo uma democracia ampla, mas isto não significa direta. Pois, mulheres, escravos, crianças e pobres não podiam votar desta forma denomino-a de democracia representativa.

representativa, mas indireta. Tudo isso só se tornou possível pelo fato de que a sociedade está, cada vez mais, tornando-se complexa e, até mesmo, fragmentada, já que o individualismo vem permeando os interesses públicos. Conforme Dahl (2001), são períodos curtos aqueles com democracia direta ocorridos na história. Daqueles períodos curtos da Atenas antiga pulem-se dois mil anos, para os séculos XV a XVI, no chamado período renascentista, quando surgem novamente governos representativos, ou seja, adeptos à democracia representativa. Mesmo que se conceda que houve o exercício de algum tipo de governo popular em Roma nos primeiros séculos da sua fundação e por mais de 400 anos, por exemplo, porém, com o declínio do espírito cívico, quando Júlio César chegou ao poder romano, dali para frente governos populares não se fizeram presente por mais de mil anos novamente. O autor considera três condições básicas para o estabelecimento da democracia.

> Todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas: 1- De formar suas preferências 2- De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva 3- De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação corrente dos conteúdos ou da fonte da preferência. (DAHL, 2001, p. 26).

Com o Renascimento, muitas cidades italianas floresceram. A alegria ressurgiu e, com isso, o entusiasmo de uma participação associativista por meio da música, da poesia, da arte e da arquitetura também. Enfim, a democracia emerge, novamente, em Roma (DAHL, 2001). O processo de implantação da democracia é, porém, algo gradativo, que recomeça na sociedade moderna e só acontece de fato na sociedade pós-moderna. O essencial, nesse longo e gradativo processo é que, por meio de Constituições, o direito democrático do homem veio sendo assegurado. Conforme Fukuyama (1991), por meio da democracia liberal o homem passou a ter uma maior dignidade racional, pois a democracia é o único regime legítimo que oportuniza ao homem essa condição ou, conforme Bobbio:

> "[...] à medida que se revelam os padrões de vida, à medida que as populações se tornam cosmopolitas e melhor educadas, e à medida que a sociedade como um todo conquista uma condição de maior igualdade, o povo começa a exigir não apenas mais riquezas, mas reconhecimento de seu status". (BOBBIO, 2005, p. 13).

Bobbio (2000, p. 135) afirma que, "[...] da idade clássica à atualidade, o termo democracia foi sempre empregado para designar uma das formas de governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político". Observa-se que a reflexão de Bobbio (1999) é confrontar a ideologia clássica de democracia apresentada por Platão

(2006) e Aristóteles.[3] Tais fenômenos devem ser relacionados e entendidos por meio de uma linguagem antitética com finalidade de anulação de outras concepções de Estado (FUKUYAMA, 1992). Na mesma obra, na página 45, Fukuyama afirma ainda que "[...] o estado totalitário pretendia refazer o próprio homem [...], mudando a estrutura de suas crenças e valores por meio do controle da imprensa, da educação e da propaganda". Na perspectiva de Bobbio:

> Na acepção mais comum dos dois termos, por "liberalismo" entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por "democracia" entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal. (BOBBIO, 2005, p. 8).

É um processo difícil, lento e ainda hoje restrito a uma parcela da sociedade.[4] O entrave é a disputa dos interesses empenhados pelos governos, democrático, liberal, representativo e socialista. E portanto, apresento a proposta da economia solidária do Projeto Cooesperança como alternativa a toda essa discurssão visando o destravamento do acesso da população aos diversos serviços sociais. O chamado direito natural é a base do núcleo doutrinal do Estado liberal, ou seja, o Estado surge a partir do contrato social. Conforme Locke, um governo legítimo nasce por meio do consenso e ainda afirma:[5]

> Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, contato e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela. (LOCKE, 1991, p. 253).

Depois de uma breve introdução sobre a origem e a evolução da democracia, apresenta-se, agora, esta primeira seção com a certeza de que o processo de implantação da

---

[3] Platão entendi democracia no âmbito de uma sociedade fechada já, na perspectiva de Aristóteles a sociedade permite o desenvolvimento da desigualdade e portanto sendo fundamental o reconhecimento do seu status.

[4] A problemática consiste na relação entre governo liberal e governo democrático. Porém, entendemos na conjuntura atual da sociedade brasileira existem esperiências concretas de democracia representativa.

[5] Entendemos que uma democracia representativa é constituida pelo contrato social teoria esta fundamentada na perspectiva lockeana.

democracia é algo lento e gradual, mas sempre significou e ainda significa avanço no processo civilizatório dos povos antigos, medievais, modernos e contemporâneos. Depois de longo período de desaparecimento, a democracia surge novamente apenas no final do século XVIII. Assim, portanto, o exercício da participação popular nas decisões do Estado é a prova da democracia.

1.2 Concepções gerais e conceito de participação

Quanto à sua etimologia, o termo *participação* tem sua origem no latim, no vocábulo "*participatio"*, com o sentido de ter parte, participar, dar sua opinião, intervir, contribuir, ser parte, divergir, compartilhar, cooperação, associação, comemorações festivas, participação na Igreja, ação missionária, espírito/engajamento cívico, segundo Tocqueville (1962). Segundo Aurélio Buarque de Holanda (1988), "participação significa ato ou efeito de participar". A participação, conforme a intenção de uso do presente estudo, é uma contribuição espontânea do cidadão visando à qualidade dos serviços públicos prestados ou é aquele trabalho voluntário implementando, instaurando, dessa forma, uma mudança de atitude, mudança cultural na sociedade local e no âmbito das relações sociais. Esse tipo de participação pode ser atribuído a vários contextos sociais. Na cultura político-social, trata-se da capacidade dos cidadãos de estarem envolvidos nas decisões políticas.[6] Algumas das formas efetivas de participação, no contexto político, são as eleições e os plebiscitos. É através dessas ações que o cidadão pode demonstrar sua vontade e seu direito à liberdade de escolha. Um contexto político que inclui eleições e plebiscitos como meios para o cidadão demonstrar a sua vontade e explicitar as suas escolhas é classificado de democracia representativa. Nesse tipo de democracia, nós, cidadãos, participamos indiretamente e delegamos aos representantes a função de trabalharem em prol dos nossos direitos.

Outra forma de participação na cultura política é por meio da democracia participativa. Esta, por sua vez, estrutura-se através de ações não governamentais e também pelas manifestações públicas. Neste caso, portanto, a participação acontece por meio de uma única pessoa ou pela participação de um determinado grupo, significando, também, a não

[6] No âmbito da democracia represantativa o envolvimento nas decisões políticas ocorre pelo prebiscíto, consulta popular, portal da transparência entre outros, mas acreditamos que tais ferramentas são insuficientes para uma democracria representativa real.

passividade ou, ainda, significando uma economia de capital social. O conceito de participação pode ser utilizado para fins sociais ou políticos. Tudo irá depender de como se quer operar no âmbito social. No Brasil, a participação tem uma dimensão mais operária, onde os cidadãos se reúnem com seus pares em busca de dinamizar seus direitos. Ocorre, porém, que participar é também sinônimo de conflito, pois as pessoas não estão dispostas a renunciar a seus direitos em prol dos outros, surgindo o conflito de ideias, de ideologias, de oposição partidária. Segundo Pinto (1986, p. 28-31), "[...] participação é luta por direitos, é luta por aquilo que é seu, que lhe está sendo negado [...]". A afirmação feita por Pinto (1986) possibilita entender a relação entre participação e política. Aristóteles entendia que o homem é um ser de relação, com tendência a viver em sociedade, sendo uma integração entre os cidadãos e, conforme Dallari (1984, p. 26), é "[...] justamente porque todos os seres humanos vivem em sociedade e porque as decisões políticas sempre refletem sobre a vida e os interesses de todos [...]", que devemos nos organizar por meio da participação democrática:

> "[...] a primeira causa da agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum". (CÍCERO apud DALLARI, 2005, p. 10).

Logo, percebe-se a relação entre homem e *pólis*, relação na qual aquele necessita desta última para a sua sobrevivência. O homem é um ser político e tem inclinação para a participação política, mas também, apesar da inclinação, a participação deve ser vista como um dever do cidadão, segundo o mesmo pensador e jurista:

> A Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, no México, no ano de 1979, ressaltou a necessidade de participação política de todos, ao mesmo tempo em que condenou o desinteresse pela política e denunciou a ingenuidade ou falsidade dos que se dizem politicamente neutros. Sintetizando o pensamento dos bispos da América Latina sobre a atividade política, Leonardo Boff estabelece a seguinte distinção: - "Política com letra maiúscula – é a busca comum do bem comum, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia da corrupção e da violação da dignidade humana". "Política com minúscula – é toda atividade que se destina à administração ou transformação da sociedade mediante a conquista e o exercício do poder do Estado." (DALLARI, 2005, p. 91).

A participação política deve estar voltada à dinamização do bem comum através de uma organização política – enfatize-se. Todavia, essa organização política é algo complexo, sendo um estatuto, eminentemente, político. Aristóteles compreende que a política está, estritamente, ligada à ética, à moral, sendo essas algumas razões para que o cidadão viva em comunidade, ou seja, em *pólis*. Justifica-se assim a necessidade da busca do bem comum.

Esse bem comum pode ser alcançado por meio da democracia representativa ou por meio da democracia participativa, entretanto a individualidade não teria espaço nesse contexto. A democracia como regime político não era um consenso no período aristotélico. Observa-se que Péricles, na Grécia antiga, foi um dos primeiro a desenvolver parâmetros sustentáveis para uma real prática da democracia que tinha a sua base estrutural na Constituição, no entanto essa Constituição não foi escrita, mas era constituída a partir da "politeia",[7] esta considerada o cerne da vida política no âmbito da Cidade-Estado. Todavia, Aristóteles vê uma lacuna nessa forma de classificação de democracia, pois entende que tal regime teria propensões a não promover o bem comum pelo fato de que estaria propenso à defesa do pobre. Por isso, a democracia não poderia ser considerada governo de muitos. Segundo ele,

> "[...] uma vez perdida a soberania da lei, surge uma multidão de demagogos. Então o povo se transforma numa espécie de monarca de mil cabeças: é soberano, não individualmente, mas em corpo. Quando Homero diz que a dominação de muitos é um mal não se sabe se ele entende por isso a dominação de todo o povo, como nós fazemos aqui, ou a denominação de muitos chefes reunidos que não forme, por assim dizer, mais que um chefe". (ARISTÓTELES, 2006, p. 169-170).

Platão, já anteriormente, comungara da mesma tese de Aristóteles, classificando a democracia como algo degenerativo de governo, conforme se verifica no Livro VIII de "A República".[8] Pode-se verificar isso na seguinte passagem:

> "[...] que a massa, qualquer que seja, jamais se apropriará perfeitamente de tal ciência de sorte a administrar com inteligência uma cidade e que, ao contrário, é a um pequeno número, a algumas unidades, a uma só, que é necessário pedir esta única constituição verdadeira […]". (PLATÃO, 1972, p. 254).

A ideia de participação está associada a um mecanismo facilitador de busca, sendo mais uma ferramenta com objetivos de concessões coletivas visando à superação das interpelações sociais a que o homem está sujeito, dentro desse projeto de convívio social. Como já foi dito, participação é sentir-se incluído, integrante, é ter uma voz ativa, é uma autopromoção dos objetivos propostos pelos cidadãos em comum acordo.

Participação significa cidadãos livres, entretanto a participação política passa a ganhar um aspecto mais abrangente e, consequentemente, os cidadãos passam a ter mais consciência, de toda essa conjuntura que envolve democracia e participação político-social. Assim, pois, a participação política é um dos pilares para a efetivação de uma democracia em que os

---

[7] Na Grécia Antiga politeia significava muitas cidades (pólis) que significava cidadãos em assembléia.

[8] MINOGUE (1998, p. 22) considera Aristóteles um institucionalista, pois Aristóteles considerava as mulheres e os estrangeiros excluídos do acesso à cidadania, e também considerava que o homem com um poder despótico é capaz de governar.

cidadãos se sintam responsáveis pelas tomadas de decisões públicas e passam a se reunir, em grupos, em comunidades, em tribos, a fim de decidir e de debater visando a uma participação efetiva nas decisões do governo. Essa argumentação leva a crer que, quanto maior a participação do cidadão na cultura política e nos seus debates, maior será a efetivação da democracia.

Pensadores iluministas dos séculos XVIII e XIX passaram a criticar o absolutismo que reinava nesse período. Alguns pensadores da época eram apoiadores da Revolução Industrial, que surgiu como manifestação de rompimento com o Estado absolutista, dando, então, surgimento ao Estado de soberania popular. Esse fenômeno emancipatório político é verificado também nos Estados Unidos da América e na Revolução Francesa. Muitos debates, muitas discussões se formam, refletindo a participação política do cidadão, mas a pergunta é: – Quais são os reais canais disponíveis para a efetivação dessa participação política? Verifica-se que o artigo 14 da Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 garante alguns mecanismos de participação política, como o direito ao voto, o plebiscito, referendos e iniciativas populares. Já o artigo 5 (inciso LXXIII) ratifica que o cidadão é parte legítima e, o mesmo, é quem tem o poder de ajuizar ações populares visando anular o ato lesivo por parte dos gestores públicos. O que estamos afirmando é que existem, na legislação nacional atual, várias e efetivas formas de participação político-social com a finalidade de ampliação da democracia.

Outros mecanismos de participação política são as representações de interesses privados (como as ONGs, Emater, Pronatec, Universidade Município) e outras formas são os movimentos sociais (como é o caso das associações comunitárias. No Brasil, a efetivação desses mecanismos de participação política tão ampla só foi possível a partir da Constituição Federal de 1988 e o que se percebe é que, nos últimos 40 anos, mais especificadamente nos últimos 25 anos (desde meados dos anos 80), a participação política tem sido ampliada significativamente, ou seja, os avanços na democracia brasileira têm ocorrido istó é fato e é ideal . A população, cada vez mais, tem se organizado para reivindicar melhorias na saúde e na segurança pública, no sistema previdenciário, na política pública, na contenção de gastos públicos, na esfera dos cargos comissionados (CCS), no que tange aos gastos com aluguéis de carros, passagens aéreas para parlamentares e aluguéis com prédios sem necessidade óbvia, ou seja, há um anseio crescente, na população brasileira, de reivindicação dos direitos constitucionais instituídos em 1988. Não se trata de manifestações sem propósito. Ao contrário, são manifestações visando a uma economia do capital social; portanto, dentro desse processo, a sinergia entre sociedade e entre Estado é algo fundamental.

É dentro deste contexto que se amplia um olhar sobre o capital social como uma variável qualitativa, no âmbito relacional, por meio de uma confiança mútua, do espírito participativo/cívico, das redes de cooperação em que as pessoas se associam, de um espírito fraterno mais solidário e mais participativo no que tange aos assuntos da gestão/administração pública. O capital social não se apresenta como sendo um único fio condutor, mas é uma variável que, quando bem utilizada, pode fortalecer as relações sociais. Para a consolidação de uma democracia, é fundamental que os sujeitos tenham uma vida ativa na manutenção da valorização das normas democráticas.

O capital social surge como mais uma variável para a efetivação da democracia, como algo público, sendo um bem coletivo capaz de gerar um sistema democrático humanizado e um contrato social baseado no bem-estar social. Esse capital social é entendido como gerador de solidariedade coletiva (PUTNAM, 2000). Percebe-se que o tema associativismo se torna de extrema importância para a concretização de um modelo de democracia, pois, certamente, a comunidade cívica se "[...] mantêm unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência" (PUTNAM, 2000, p. 102).[9]

Ao finalizar está seção, afirma-se, pautado nas teorias acima mencionadas, que quanto mais houver sistemas organizados de participação dos cidadãos nas questões tangentes do sistema público, a probabilidade de que a democracia possa dar certo é mais favorável. Essa afirmação se dá em razão de que, num ambiente político-social participativo, os cidadãos irão reivindicar um sistema político menos burocrático e com objetivos mais efetivos de melhoria no que se refere à saúde, à segurança, à moradia, à educação e ao lazer. Esta é uma das formas de comprometimento com o bom desenvolvimento da democracia. A terceira seção deste capítulo pretende apresentar o aporte teórico do capital social e duas subseções: a primeira refere-se ao capital social na perspectiva de Aléxis de Tocqueville e, a segunda, ao capital social na perspectiva de Robert Putnam.

1.3 Aporte teórico do capital social

[9] A teoria da dialética desenvolvida por Aristóteles e a teoria do senhor e escravo de Hegel as quais não hegemônicas na constituição da sociedade estas apresentam-se como ultrapassadas, ou seja, ou seja, o desenvolvimento de uma sociedade pela via da confiança e reciprocidade parece-me mais viável e é esta teoria que estou apresentando neste estudo.

Nesta terceira seção, o objetivo é fazer uma revisão bibliográfica sobre o *capital social* com a finalidade de demonstrar o desenvolvimento teórico desse conceito. Para o sucesso do objetivo proposto, a pauta de discussão inclui os teóricos Tocqueville (1962) e Putnam (2000), ambos da área da Ciência Política. O segundo objetivo desta seção é fazer uma reflexão sobre o capital social como uma variável positiva na contemporaneidade, ainda que se verifique que a sociedade tenha adquirido, com o desenvolvimento do capitalismo liberal, uma mentalidade extremamente individualista, ou seja, negadora do princípio da participação político-social.

No meio acadêmico mundial, o conceito de capital social ganhou espaço na década de 1990, apoiado por organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Robert Putnam publica, em 1993, a obra titulada "Making Democracy Work: civic traditions in Modern Italy", obra que, notavelmente, deu a devida importância ao conceito de capital social no âmbito acadêmico.

1.3.1 Capital social

Alguns penadores clássicos da sociologia, como Emile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Alexis de Tocqueville, desenvolveram reflexões sobre a importância dos fatores sociais e culturais. Outros teóricos, como Adam Smith, Stuart Mill, James Colemam, Robert Putnam, Pierre Bourdieu, Yoshihiro Francis Fukuyama, Lyda Hanifan, entre outros, desenvolveram a noção de capital social. Entende-se, portanto, que a origem desse conceito de capital social estaria na Sociologia, na Economia e nas Ciências Políticas. Lyda Hanifam foi o primeiro a definir o conceito de capital social e o fez em 1916.[10] Segundo Cremonese (2007, p. 128), Hanifan define que o termo capital social "[...] não se refere à propriedade de bens pessoais, refere-se a fazer com que esses elementos tangíveis sejam partes da comunidade: a amizade, as relações sociais entre os indivíduos e as famílias que formam uma unidade social". Hanifam, em seu trabalho, buscou verificar a cooperação dos indivíduos no âmbito dos centros comunitários de escolas rurais, como as pessoas criavam hábitos de relações. Tocqueville (1962) demonstrou como eram construídas as relações entre os povos

[10] Janes Jacobs é o pioneiro a usar o conceito de capital social como entendido e conhecido atualmente, segundo Putnam (2005).

norte-americanos por meio da cooperação, da participação, do associativismo, do voluntariado, afirmando que era um tipo de auto-organização significativo. Já Fukuyama (1992) conseguiu identificar, em seus estudos sobre as obras de Tocqueville, a origem do capital social.

Duas perguntas são fundamentais neste momento das discussões: – O que é capital social? e – O que se entende por capital social? O conceito político de capital social surgiu nas literaturas de várias áreas do conhecimento acadêmico muito recentemente, embora, no momento, esteja a se expandir enquanto objeto de estudo sólido. Tamanha é a variedade de autores que têm trabalhado na questão conceitual sobre o capital social que uma homogeneidade conceitual é praticamente impossível. Essa variedade conceitual provém do fato de que se trata de um tema transversal, interdisciplinar e multidisciplinar. É, consequentemente, um tema complexo, de muitas relações num conjunto de valores que são pertinentes à realidade social e política do cidadão na coletividade, ou seja, que se encontra em processo de sociabilização.

Bourdieu (1999), Coleman (1990) e Putnam (2000) foram os primeiros a difundirem o conceito de ação social, assim surgindo as possíveis variáveis do capital social, como a confiança, as redes e a coesão social. Para Putnam (2002), uma boa reforma governamental é bem-sucedida quando há um apoio da comunidade cívica, através das práticas de cooperação mútua entre as redes sociais, assim adquirindo capacidade para influenciar as relações políticas e participativas. Isto configuraria um ingrediente social denominado espírito cívico. Quanto mais ações sociais, maior será o desenvolvimento da economia e do governo, sendo este mais eficaz – é o que se espera de uma sociedade com espírito cívico.

Para o bom desenvolvimento do capital social, é necessário haver confiança, disponibilidade social e rede social, tudo com a finalidade prática regular de ações voluntárias que estejam ligadas às características públicas. Coleman (1990) comunga da tese de Putnam (2005), porém ressalta que a confiança não pode ser cega, pois deve implicar uma previsão do comportamento. É fundamental haver uma rede de contatos sociais com a finalidade de fazer prevalecer a reciprocidade e a cooperação sobre a competição. Isso faz toda diferença no âmbito social, no seio de uma comunidade. Observa, no entanto, que esse cidadão já se encontra no convívio social.

Alguns teóricos da Ciência Política brasileira têm se dedicado a profundas reflexões sobre o conceito basilar do capital social. Isso significa que o capital social é um bem público e, quando utilizado no âmbito dos processos políticos e sociais, visa à obtenção de resultados positivos, significando dizer que, quanto mais economia de capital social a comunidade tiver,

maior será a obtenção de bem-estar social (PUTNAM, 2000). Muitos teóricos nos campos das ciências aplicadas e das ciências humana, das mais diversas áreas acadêmicas, têm buscado o entendimento e uma definição mais precisa do que seja capital social.

Todavia, o objetivo desta pesquisa não é reduzir a conceituação de capital social a algumas palavras, mas relacioná-lo às virtudes cívicas, ao espírito associativo, às redes de relações e a uma sinergia, com isso visando a apresentá-lo como mais uma variável positiva possível no âmbito da relação entre Estado - sociedade e esta com seus pares relação que apresenta, muitas vezes, uma fragilidade no que tange ao processo de estruturação da democracia. Diante dessa fragilidade é que, portanto, a referida teoria do capital social surge como mais uma variável possível a ser muito bem utilizada como base sustentável, visando à redução da(s) lacuna(s) que se estabelece(m) a partir da não participação política dos sujeitos. Para um maior esclarecimento do leitor, os pensadores Coleman (1990), Bourdieu (1999) e Putnam (2000) discutem as ideias de Fukuyama (2001) e todos eles, incluindo Portes (1998), teriam "enfoques socioeconômicos" no que se refere à temática "desenvolvimento e capital social".

A definição apresentada por Coleman (1990) sobre capital social vai mais além da definição de Putnam, pois Coleman considerou, além das associações horizontais, também as associações verticais. Esse pensador definiu capital social como processo que se forma nas relações interpessoais e que é facilitador de determinadas ações, ou seja, dá-se no âmbito coletivo e está estruturado na confiança e na reciprocidade, desta forma ficando evidente que é um fenômeno que parte do indivíduo para o coletivo.[11]

Então Coleman (1990, p. 300) faz uma análise na perspectiva da sociologia da educação, considerando capital social como um conjunto de indivíduos "[...] independentes, cada um agindo para alcançar objetivos que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes". Percebe-se que, nas perspectivas de Coleman (1990) e Bourdieu (1999), só é possível pensar no capital social a partir dos grupos sociais.

Bourdieu lecionou sociologia (embora fosse filósofo de formação) e suas obras são todas de cunho sociológico. Para o autor, o conceito de capital é derivado da percepção econômica, ou seja, é uma reprodução de habilidades, um acúmulo de investimentos. O capital econômico está na raiz de qualquer outro tipo de capital, apesar do esforço em

[11] Segundo Cremonese (2007, p. 132), Coleman define capital social como "[...] os aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos agentes dentro da estrutura". Para Bourdieu, o capital econômico está na raiz de qualquer outro tipo de capital. Apesar do esforço em se desenvolver a tese do capital simbólico, a cultura é um fenômeno dinâmico, criativo e estruturado.

desenvolver as teses do capital simbólico e do capital da cultura. Trata-se de um fenômeno dinâmico, criativo e estruturado. Mesmo com a prevalência do caráter econômico, o conceito mais desenvolvido por Bourdieu foi, justamente, o capital cultural, por entender que é algo universal e, ao mesmo tempo, dominante. O capital cultural compreende um conjunto de qualificações/habilidades intelectuais que são produzidas no âmbito da família e da instituição educacional. O capital social é entendido como uma rede de contatos/relacionamentos que favorece os acessos sociais. O capital simbólico é entendido como um conjunto de rituais que favorecem o reconhecimento social, portanto é considerado uma síntese do capital cultural, econômico e social.[12]

Capital social é toda a soma dos recursos dentro de uma rede de relações. Segundo Cremonese (2007, p. 132), Bourdieu definiu capital social como "[...] as redes permanentes que pertencem a um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais". Aqui recursos são entendidos como estratégias no âmbito da hierarquia social entre os indivíduos e a estrutura, em que, possivelmente, se manifestam as relações de poder. O capital social não é um fenômeno inerente a lógica de acumulação e reprodução. Para Evans, o capital social favorece a relação entre Estado e sociedade civil, o que, possivelmente, poderá gerar novas formas de institucionalizações, não sendo necessariamente horizontais:

> As dotações pré-existentes de capital social são recursos valiosos na construção de relações sinérgicas [entre Estado e sociedade civil], mas não podem ser consideradas como a raridade decisiva. As comunidades que desfrutam os benefícios da sinergia não desfrutam necessariamente dotações prévias excepcionais de capital social. (EVANS, 1996, apud ABRAMOVAY, 2000, p. 130).

Já o cientista político Putnam, que estudou o caso de uma comunidade na Itália, dedicou um estudo epistemológico ao conceito de capital social no âmbito da ciência política, visando, com isso, entender até que ponto o capital social pode favorecer na resolução dos problemas da coletividade e se estaria relacionado à cooperação social. O pensador se refere ao capital social como "[...] características de organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2000, p. 177). Portes (1998, p. 6) definiu capital social sendo "[...] A capacidade dos atores para garantir benefícios através de participação em redes e outras

[12] Para Bourdieu (1998), as formas de capital são conversíveis umas nas outras. Por exemplo, o capital econômico pode ser convertido em capital simbólico e vice-versa. Assim, portanto, capital social é toda a soma dos recursos dentro de uma rede de relações. (CREMONESE, 2007, p. 132).

estruturas sociais".[13] Para o autor, capital social é fundamental para a manutenção das redes sociais e, assim, ele define essas redes com sendo:

> "[...] conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos. E que são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais". (PORTES, 1998, p. 13).

Para Fukuyama, a ideia de capital social está associada à noção de cultura, definindo, então, o capital social como:

> "[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência". (FUKUYAMA, 2001, p. 155).

Capital social é associado ao bem público na concepção dos autores, todavia, na contemporaneidade, a relação que devemos fazer é no âmbito interdisciplinar, relacionando esse capital com todos os setores da vida social, conforme os objetivos das propostas do Consenso de Washington, Banco Mundial - FMI, Banco Mundial e da Organização para a Cooperação que manifestam o interesse de entender a dinâmica do capital social, pois entendem que essa dinâmica favorece a coesão social e, portanto, favorece um sistema mais democrático, porque a sociedade estaria mais propensa a participar da vida pública.

1.3.2 O desenvolvimento do capital social: primeiras concepções

No quadro abaixo se apresenta a associação entre capital social e o discurso histórico. Após a figura, discorre-se sobre o desenvolvimento do capital social desde as primeiras concepções elaboradas por Hanifan (1916), Tocqueville (1962).[14]

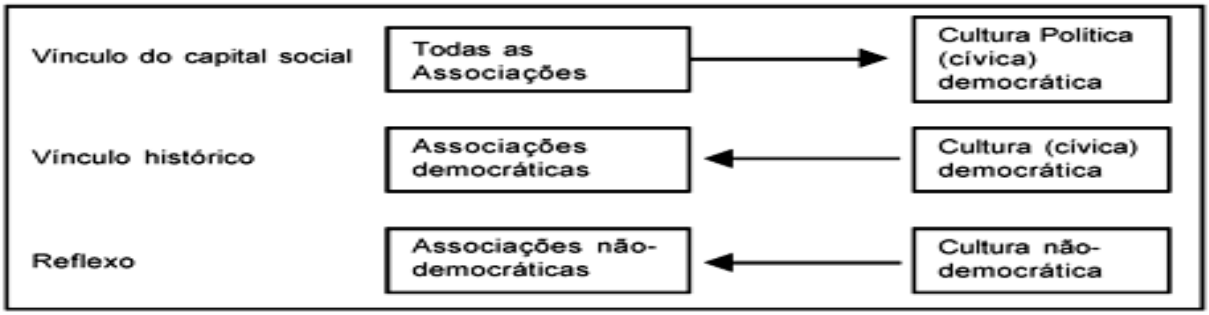
---

[13] Tradução feita por este pesquisador para os fins desta dissertação.

[14] Ressalta, que os quadros e ornogramas aqui utilizados tem por objetivo alertar o leitor sobre os principais eventos no que tange o conceito de capital social no âmbito internacional e o desenvolvimento dinâmico do Projeto Cooesperança. Todavia, no Brasil um dos expertises no conceito de capital social é Baquero (2003), o qual faz uma abordagem do conceito utilizando se de uma perspectiva transversal não ficando restrito a um discurso meramente histórico.

Ilustração 1 – Capital social e discurso histórico

FIGURA 1 – ASSOCIAÇÕES ENTRE O CAPITAL SOCIAL E O DISCURSO HISTÓRICO



FONTE: Robteutscher (2000, p. 516).

Conforme a literatura acadêmica, o primeiro teórico a utilizar o termo "capital social" foi Lyda Judson Hanifan, em 1916, relacionando o conceito às relações sociais que se estabeleciam entre indivíduos e entre as famílias. Hanifan (1916) entendia o capital social como algo essencial para a melhoria da vida da comunidade. Conforme Milani (2004, p. 41), Hanifan define capital social como sendo "[...] o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família". O capital social é, um potencial quando desenvolvido por meio do relacionamento social, por meio do companheirismo, o que, consequentemente, irá acumular benefícios àquela unidade social, todavia, a integração entre os cidadãos é algo essencial, ou seja, as redes de comunicação. Tocqueville (1962), na obra *A Democracia na América,* não abordou diretamente o tema capital social, mas percebe-se uma estreita ligação com a participação cívica, com o espírito associativista, com cooperação e argumentou que essa relação era e é fundamental à democracia, o que é plausível de se pensar. A união é algo estratégico para a dinamização do capital social, conforme menciona esse pensador:

> Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 391-392).

Posta essa descrição de Tocqueville, cabe então uma questão: – Por que não adotar o mesmo sistema de democracia participativa utilizada pelos povos norte–americanos? O capital social consiste na confiança que o grupo deposita em seus pares, portanto é a base estrutural das relações sociais. E para Fukuyama,

> Todos esses fatores – sentimentos de identidade nacional, religião, igualdade social, propensão para a sociedade civil e a experiência histórica de instituições liberais, coletivamente constituem a cultura de um povo. O fato de poderem os povos ser tão diferentes a esse respeito explica por que idênticas constituições democráticas liberais funcionam bem para alguns povos, mas para outros não, e também por que o mesmo povo que rejeita a democracia numa época, a adota sem hesitação em outra. (FUKUYAMA, 1992, p. 268).

Já para Giuseppe Ricotta (2003), o capital social significa uma união das pessoas por meio do cooperativismo visando solucionar problemas, consequentemente, melhorando a relação entre os pares e a relação destes com o Estado, para alcançar alternativas sustentáveis. Fica evidente, na perspectiva desses autores, que a ação individual não teria espaço dentro da teoria do capital social, pois o desenvolvimento dessa variável só é possível onde houver duas ou mais pessoas reunidas com finalidade de manter a qualidade das relações, ou seja, de fundir um espírito participativo, cívico, cooperativo e com participação política, portanto o contanto é fundamental à construção das redes.

Cabe mencionar também dois outros autores que trabalharam uma terceira definição de capital social. São eles: North (1990) e Olson (1982). Esses autores teriam uma perspectiva mais focada no componente institucional, dessa forma dirigindo seus estudos para os ambientes político e social. Por isso eles consideraram que essas duas conjunturas moldariam a estrutura social, dinamizando o desenvolvimento das normas. Esses teóricos consideraram uma percepção mais abrangente. Segue-se, portanto, que o entendimento deles sobre o capital social foge de uma percepção basicamente local, pois estão considerando todas as instituições de abrangência política.

1.3.3 A relação capital social e desenvolvimento socioeconômico

Para o teórico Kliksberg (2001), é de extrema importância que o Estado crie mecanismos para o desenvolvimento do capital social. Essa afirmação está de acordo com a proposta do Banco Mundial, pois, quanto mais houver desenvolvimento econômico e social, mais se amplia a probabilidade de confiança em participação nos projetos e nas políticas sociais, e na cooperação. A cooperação é uma ferramenta necessária à melhoria da qualidade dos serviços públicos. Pode-se, portanto, considerar o capital social como uma variável

positiva. O mesmo Kliksberg considerou quatro pontos essenciais para a efetivação do capital social:

> a) a sociedade deve ter consciência sobre os problemas que permeiam a sua realidade social; b) o cidadão e o Estado devem contribuir para o desenvolvimento de valores humanos; c) a sociedade e o Estado devem discutir eticamente os desafios da contemporaneidade; d) desenvolver um sistema de integração por meio da cooperação, da participação e da consciência cívica, ou seja, da ação coletiva. (KLIKSBERG, 2001, p. 115).

O acúmulo do capital social também pode ser verificado no âmbito da saúde pública, da educação e da segurança pública. Isso demonstra que a qualidade de vida está relacionada a esses fatores. Havendo capital social nesses âmbitos de serviços públicos, com fatores qualificadores desses serviços, esse fatores servem como favorecimento da igualdade. Uma questão pertinente é em relação à diferença entre capital social e capital humano. O primeiro requer a participação, a prática efetiva dos cidadãos. O capital social não pode prescindir da confiança nos pares, do fortalecimento da cooperação e de justiça social, enquanto que o capital humano é assegurado pela Constituição Federal de 1988, ou seja, requer amplos e sólidos investimentos na saúde, na educação e na segurança pública, e, nesse aspecto, encontra-se respaldo na teoria de Bourdieu (1998).

Entretanto, no Brasil, nas últimas décadas, o governo federal tem trabalhado muito em prol da diminuição da disparidade/desigualdade social. De um lado, desenvolvendo ações de capital humano que, em sua maioria, parecem estar ligadas às ações de capital social. Para Kliksberg, em obra já acima referida, todas as ações desenvolvidas por essas duas correntes teóricas possibilitam uma maior qualidade de vida, qualidade que é compreendida como bem-estar social. O autor comunga da teoria de capital social desenvolvida por Putnam (2000), como já foi mencionado. Kliksberg (2001), trabalhou quatro conceitos-chave: (i) a sociedade deve realizar uma reflexão social e ética da sua realidade; (ii) sociedade e governo devem assumir uma perspectiva associativista para as práticas sociais, econômicas e políticas; (iii) enfrentar os desafios da contemporaneidade, desenvolvendo a capacidade de confiança entre os cidadãos contra o individualismo e, por fim, (vi) trabalhar a consciência cívica para mover os cidadãos a ações coletivas, assim gerando maior comprometimento da governabilidade, ou seja, havendo uma maior democracia, o bem-estar social será mais bem distribuído. Isso está dito em outros termos, no excerto a seguir:

> Um Estado inteligente na área social não é um Estado mínimo, nem ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado com uma 'política de Estado', não de partidos, e sim de educação, saúde, nutrição, cultura, orientado para superar

> as graves iniquidades, capaz de impulsionar a harmonia entre econômico e o social. (KLIKSBERG, 2001, p. 88).

Segundo a mesma obra de Kliksberg, a distribuição de renda, o acesso às novas tecnologias, o acesso a uma saúde de qualidade, uma efetiva punição dos corruptos e quanto maior for a consciência ética, melhores são e serão as condições e os mecanismos para o fortalecimento e a geração de capital social.

1.3.4 A experiência do espírito cívico segundo Alexis de Tocqueville

Na contemporaneidade está se tornando emergente o debate/reflexão sobre o capital social. Uma das principais questões derivadas desse tipo de estudos é a exemplar construção teórica de uma ajustada participação política na democracia representativa, pois, na prática, o que se percebe atualmente é a deterioração do bem-estar social, acentuado principalmente com o aumento do comportamento social individualista. Consequentemente, há uma falta de objetivos claros que possam direcionar e dar significado à sociedade, deturpando o significado da cooperação frente às desigualdades sociais e a um Estado que passa a não mais representar a necessidade da comunidade. Desse modo, a proposta é sopesar e avaliar a obra *A Democracia na América,* de Tocqueville (1962), texto no qual o autor é objetivo, e descreve aquilo que se tornou o alicerce da democracia estadunidense, posteriormente caracterizada como uma democracia *cultural*. O objetivo central desta seção é demonstrar que os conceitos (associação, cooperação, a visão não etnocêntrica de igualdade), trabalhados por Tocqueville na mencionada obra*,* são algumas das bases para o desenvolvimento e a economia do capital social. Dessa forma, a proposta é fazer uma correlação entre essas vertentes e o capital social, demonstrando a efervescência desses conceitos em sua teoria.

Alexis de Tocqueville, com apenas 25 anos e recém-chegado a Nova Iorque, inicia, em 1831, seus estudos sobre as leis. Percebeu rapidamente a constituição dos princípios progressistas de ordem e equilíbrio de poderes, princípios que se mostraram fundamentais para a formação de uma verdadeira república. O autor estava deslumbrado com as claras condições de igualdade entre os americanos e viu um sinal claro de democracia nesse fenômeno. Um de seus principais interesses, a partir disso, foi, empírica e juridicamente, entender a questão estrutural da democracia, de modo a poder, posteriormente, reproduzi-la em outros cenários – inclusive a França. Tocqueville, conforme a obra acima mencionada,

ficou enaltecido com o espírito de cooperação, de partilha, de comunhão entre os imigrantes recém-chegados na América. Os cidadãos tinham como objetivo encontrar métodos para a efetivação do bem-estar coletivo, portanto renunciando ao espírito individualista em favor do bem público. Nesse ponto, portanto, igualdade surge como sinônimo de democracia, reformulando o decreto do ilustre discurso socrático em praça pública, em que foi dado parcial direito do povo de expor sua reflexão sobre determinada temática, a "política" (TOCQUEVILLE, 1962).

Para Tocqueville (1962), o individualismo, quando relacionado a um sistema aristocrata, leva o cidadão a condições de escravo, perdendo assim suas virtudes públicas. O que se percebe é que o individualismo é a doença dos últimos três séculos. As pessoas estão perdendo a noção dos valores cívicos, do bem-estar social – virtudes que reuniam os cidadãos, incentivando-os a requererem organizadamente os seus direitos. No atual sistema já não se cultivam mais tais valores, mantendo o interesse político em microcampos sociais (pequenos círculos sociais) e gerando um sistema de dominação. A sociedade aristocrática, para Tocqueville (1962), estaria estruturada na perspectiva de uma mobilidade social, porém o indivíduo já tem sua condição determinada, ou seja, já tem sua classe social definida e isso é o que diferencia a aristocracia da ideia de uma democracia ideal, no entendimento desses pensadores. O desafio é garantir uma ampliação da igualdade de condições dentro da configuração histórica, por meio de uma reatualização dessas instituições. Tocqueville se afasta teoricamente de uma matriz aristocrática de imobilidade que esteja fundamentando uma perspectiva de desigualdade. Assim, inicia sua obra demonstrando que o objetivo é argumentar, por meio do viés teórico e empírico, a favor de um desenvolvimento da democracia partindo do exemplo encontrado em território norte-americano, onde verificou a preservação do respeito aos direitos universais e o equilíbrio de poderes. Conclui então que, onde não existirem esses princípios, ali a república estaria condenada, fadada à deterioração.

O autor atentou também para a favorável geografia daquele país americano, com a falta de ambição material dos povos indígenas e com a forma como o homem se apropriava do solo, criando uma estrutura de organização social muito própria (TOCQUEVILLE, 1962, p. 31). Ainda segundo a mesma fonte, na observação de pontos favoráveis ou perniciosos para o florescimento da democracia, dois são os pontos de destaque: (i) a origem dos povos, estes fortemente ligados pela condição de párias da Europa (ou seja, todos relativamente próximos em condição social) e (ii) a questão da honra do trabalho e da desonra da ociosidade, pois se considerava que esta última ocasionava a escravidão, que, por sua vez, maculava a prática do trabalho, causando a pobreza e a desigualdade. Essas e outras pequenas questões eram sempre

analisadas em um quadro de relação do Estado com a sociedade civil – o Governo como não dissociado do povo. Tocqueville compreende o conceito de democracia como algo universal e que favorece o desenvolvimento da sociedade. Para o autor, há uma incompatibilidade entre Estado e Providência, pois o Estado não teria condições legais para providenciar um sistema democrático com liberdade e que seja igualitário. É por isso que o Estado detém o poder e restringe a participação do cidadão, além de desenvolver mecanismos de perseguição contra tudo o que envolva um sistema de cooperativismo, pois o Estado, pela natureza própria da ciência política, visava manter sua autoridade política.

Segundo Milani (2004), é inegável, na óptica tocquevilliana, que a sociedade norte-americana sempre demonstrou um forte espírito cívico, participativo, de cooperação. E esse impacto foi prontamente percebido como sendo um compromisso que as entidades políticas gerais – independentemente de classes – firmaram a participarem da vida política efetivamente, buscando torná-la universal. Já havia, naquele período, a intenção da construção de uma democracia liberal eficiente, ou seja, distante da licenciosidade e do individualismo. A base para tal democracia participativa mais eficaz, mesmo que não diretamente referida por Tocqueville, é o capital social. É importante destacar que, para o autor, a democracia era algo ao mesmo tempo natural (inevitável) e sagrado – um dos direitos naturais dos cidadãos –. Dessa forma, quem se propunha a lutar contra a democracia estaria lutando contra a vontade de Deus e contra um direito dos homens:

> Se a observação atenta e a meditação sincera levassem os homens de nosso tempo a reconhecer que o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade constitui, há um tempo, o passado e o futuro da sua história, bastaria essa descoberta para dar àquele desenvolvimento o caráter sagrado da vontade de Deus soberano. Neste caso, querer deter a democracia seria como que lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodar-se ao estado social que lhes impõe a Providência. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 14).

Essa reflexão tocquevilliana é uma critica ao sistema político francês, pois o autor considerava o sistema político americano um sistema de igualdade e que tinha por objetivo abstrair os ensinamentos da boa experiência democrática. Tocqueville considera o Estado intervencionista como a personificação de um sistema autoritário e despótico, sendo este aniquilador da liberdade dos cidadãos, e busca compreender, no outro viés, uma sociedade de liberdade participativa, que coopera nas decisões do Estado, "sociedade de iguais". Outra questão que a nós parece carecer de acuidade é o socialismo. Na perspectiva tocquevilliana, fortemente influenciada por Rousseau e Montesquieu, não haveria como vincular ou equiparar o utópico regime do bem-comum com a democracia: o socialismo seria uma sujeição

inquestionável, regime no qual o cidadão se tornaria servo de um sistema (1962, p. 187). E ao rever este escopo teórico penso que uma proposta alternativa a este sistema é a filosofia da economia solidária.

Tocqueville, na mesma obra, entende que a constituição de um estado democrático só é possível pela vontade da maioria do povo. Por isso, portanto, procura se afastar de qualquer tipo de ditadura disfarçada, essa que pode minar a base de um sistema democrático. No argumento tocquevilliano é enfatizado o princípio da soberania do povo na América, em que o poder é emanado do povo, o qual tem efetivamente uma participação nas questões políticas, na composição das leis, nas escolhas dos agentes políticos, ou seja, a "[...] sociedade age sozinha e sobre ela própria" (1962, p. 52). A chamada "ditadura da maioria", à qual o autor se referia constantemente, era apontada como a possível falha de um regime adequado, mas também uma alternativa muito mais aprazível que a imperiosa submissão a um regime socialista. A possibilidade da manifestação de uma "vontade geral", principalmente para a mentalidade de seu período, era uma conquista – um sinal do progresso humanista.

> O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressente esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana [...]. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 52).

A educação política (outra manifestação de um culturalismo político) é, em Tocqueville, o pré-requisito para uma administração pública de envolvimento, como a exibida pelos norte-americanos. Na visão do autor, a democracia, estando acessível a todos, amplia-se numa relação de descentralização política:

> No seio da comuna, vê-se reinar uma vida política real, ativa, inteiramente democrática e republicana. As colônias reconhecem ainda a supremacia da metrópole; é da monarquia que vem a lei do Estado, mas já se acha a república inteiramente viva na comuna. A comuna nomeia os seus magistrados de todos os gêneros; fixa seus próprios impostos, cobra e distribui a receita. Na comuna da Nova Inglaterra, a lei de representação jamais é admitida. É em praça pública e no seio da assembléia geral dos cidadãos que se debatem, como em Atenas, os assuntos que dizem respeito ao interesse de todos. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 40).

Segundo Tocqueville, na mesma obra, na América, o povo designa aquele que faz a lei e aquele que a executa; constitui ele mesmo o júri que pune as infrações à lei. Com isso, o autor enfatiza que esse processo de envolvimento direto é fundamental para o desenvolvimento da democracia ideal e isso ocorre no território norte-americano.

1.3.5 A arte de se associar: liberdade associativa

Quanto à arte de associar, Tocqueville (1962), fornece várias formas, funções e finalidades de associação, mas mais interessa aqui a derivação disso, ou seja, a "associação política". Para o autor, nunca se tirou tanto partido das associações como ocorreu na América do período. Isso demonstra que a ação associativa é fundamental para o desenvolvimento regional do capital social. Entre os objetivos fundamentais do ato de associar-se consiste na obtenção da segurança, na confiança, no solidarismo, na participação, no discurso ético e na pedagogia política adotada – e, indiretamente, a associação gera o bem-estar comum.[15] Essa prática foi adotada em diversos meios e sempre corroborando o processo democrático. É evidente que a vontade de um grupo, ou seja, a união dos indivíduos, irá desencadear o fortalecimento desse círculo de pessoas ou até mesmo ampliar a sua potência. Tal círculo de pessoas, se bem dirigido e movido pelo interesse da maioria, obterá êxito sobre as possíveis divergências. E assim justifica o autor: "Uma associação consiste, unicamente, na adesão pública que certo número de indivíduos dá a tais ou quais doutrinas e no compromisso que contrai de concorrer de certa maneira para fazê-los prevalecer" (TOCQUEVILLE, 1962, p. 147). Assim, o interesse coletivo – sem que venha a banir a individualidade tampouco restringir a liberdade do cidadão – é uma ação democrática.

> Os americanos estabeleceram também um governo no seio das associações; é, porém, se assim posso exprimir-me, um governo civil. Nele, a independência individual tem a sua parte. Como na sociedade, todos os homens marcham ao mesmo tempo, em direção ao mesmo objetivo; mas nenhum é obrigado a marchar exatamente pelos mesmos caminhos. De modo algum se faz o sacrifício da vontade e da razão; mas a vontade e a razão são aplicadas no sentido de fazer triunfar um empreendimento comum. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 151).

O *hábito* político (entendido como uma prática natural) dos americanos e o costume universal de participação na manutenção das leis são os pontos cruciais, segundo o autor, que irão permitir a associação de um povo livre na prática da democracia (TOCQUEVILLE, 1962, p. 242). Segundo o mesmo autor e obra, é da própria essência dos governos democráticos que o império da maioria seja absoluto, pois fora da maioria, nas democracias, não existe coisa alguma que subsista. Também, segundo a mesma fonte, o cidadão americano tem, de fato, um espírito cívico, um espírito público, uma alta capacidade de identificação e de reciprocidade. E, por tudo isso, tem uma aptidão de participação política. A manutenção da democracia

[15] Por meio do associativismo é que se pode explicar a ação coletiva dos cidadãos norte-americanos (TOCQUEVILLE, 1962, p. 183).

americana, é pautada na liberdade e na igualdade, portanto, nesse tipo de democracia são essenciais a ajuda mútua e a cooperação para o processo da coisa pública, visando à manutenção das leis.

A efetivação da democracia participativa é possível de ser implantada por meio do espírito cívico. Nesse sentido os americanos, segundo a perspectiva tocquevilliana, são os maiores exemplos e modelos. Os Estados Unidos, por uma longa série de fatores, seriam a terra ideal para o florescimento do mais adequado regime democrático. Conclui-se, munido mesmo das leituras mais básicas, que Tocqueville, em suas obras, tem a percepção do funcionamento e do desenvolvimento da civilização. Ele entende que a maior complexidade desse progresso é a relação entre os pares e, consequentemente, as relações sociais gerais, o ato de se associar e o engajamento político. Para o autor, este engajamento cívico não seria apenas um ato de amor pela sociedade, mas também de dedicação: o agir consciente, socialmente responsável, poderá – mesmo em curto prazo – transformar a fisionomia da sociedade e a atitude dos cidadãos, os quais passariam a ser, ao mesmo tempo, livres, mas responsáveis pelos problemas da sua comunidade. É esse tipo de identificação com o bem público que gera o capital social e possibilita o fortalecimento de uma cultura política de zelo, de apreço e de envolvimento.

Tocqueville empenhou-se em desenvolver uma reflexão teórica sobre a reconquista da autonomia da ação política pelo chamado "cidadão comum". Para Tocqueville, a democracia ideal só seria possível por meio dessa firme participação dos cidadãos, efetivada pelas associações recíprocas. O seu entendimento é o de que, onde os sentimentos e as ideias não se renovam, ali o coração não cresce e o espírito não se desenvolve, a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros. A estrutura da obra *A Democracia na América* é pautada em dois pontos-chave, sendo que, na primeira parte, o autor abordou as questões tangentes das instituições políticas de uma sociedade democrática e, na segunda parte, propôs-se a discutir sobre os componentes morais e psicológicos que, consequentemente, desenvolve uma democracia. Sendo assim, as determinações de igualdade são reais na efetivação de uma democracia e essa perspectiva é o cerne da referida obra. Tocqueville conclui, portanto, que o pluralismo dos costumes associativistas visando uma constância na democracia, vale dizer, visando a uma maior participação político-social, isso seria algo fundamental para a manutenção e desenvolvimento do espírito de liberdade do americano. Fica evidente, no decorrer da obra *A Democracia na América,* que o ato de se associar, o associativismo, é um potencial para a manutenção da democracia ideal. Dentro dessa linha de reflexão estará sendo analisado, na próxima seção, o capital social sob a ótica de Robert Putnam.

1.3.6 Capital social segundo Robert Putnam

Robert Putnam é um cientista político considerado um tradicionalista no que tange ao modelo utilitarista de Coleman. Dentro do aporte teórico do capital social, Putnam é a principal referência, conforme podemos verificar na dedicação de Higgins ao analisar as obras de Putnam.Higgins menciona que Putnam se utilizou de um referencial colemaniano como ponto de referência epistemológico. Dessa forma, o autor conseguiu desenvolver uma metodologia empírica para a análise do capital social. A hipótese levantada por Putnam é a de que o capital social pode ou não favorecer a obtenção de cooperação social, tendo, como ponto de referência, a ação coletiva. Entretanto, o autor é contra a teoria estrutural hobbesiana, teoria que insistiria na força do Estado. A teoria hobbesiana, segundo Putnam, seria pouco eficiente para a estabilidade social, além do fato de que a sua implantação seria completamente complicada. Assim se expressa:

> "[...] em princípio, a coerção de um terceiro requereria uma parte neutra que pudesse, sem ônus, avaliar os atributos de um contrato e, também sem ônus, fazer cumprir os acordos de modo a que a parte infratora sempre tivesse que indenizar a parte lesada de tal forma que lhe resultasse oneroso violar o contrato. É óbvio que, no mundo real, seria difícil, se não impossível, preencher tais condições. (PUTNAM, 2000, p. 175).

Na mesma obra, o autor define o capital social como sendo as características da organização social, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas. Ele se refere ao capital social como "[...] confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado" (PUTNAM, 2000, p. 180). Entende ele que o capital social é fundamental ao sucesso das ações coordenadas, ou seja, o capital social é um conjunto de características da organização social que promove confiança, espírito cívico e cooperação social. Esse fenômeno, consequentemente, irá influenciar no desempenho das instituições. Segundo o autor,

> "[...] capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e humano". (PUTNAM, 2000, p. 2).

Essa tese foi desenvolvida e testada pelo autor, conforme se pode verificar na obra *Making Democracy Work*, que foi dedicada ao estudo sobre a Itália visando averiguar a

existência ou não de cooperação ao bom desempenho das instituições públicas.[16] Para Putnam (1993, p. 179-180), a confiança social e as relações sociais são algumas das vertentes para a fundamentação e o bom desenvolvimento do capital social. Entende-se capital social como "[...] círculos virtuosos com equilíbrios sociais elevados de cooperação, confiança, reciprocidade, compromisso cívico e bem-estar coletivo" (1993, p. 177). É a partir dessas fontes que o autor desenvolveu sua análise sobre a Itália, tendo como ponto de reflexão a implantação dos governos regionais e as mudanças institucionais. Putnam considerou, para o desenvolvimento da sua pesquisa, as regiões italianas: o norte "desenvolvido" e o sul "subdesenvolvido". Percebe-se que o autor desenvolveu seus estudos a partir da perspectiva cultural.

Logo, o processo cultural-histórico seria fundamental para a implementação e a eficácia das políticas públicas, e o capital social, segundo o autor, surgiria dessas duas vertentes. Para Putnam (1995, p. 67), "[...] 'capital social' refere-se a elementos de organização social, como as redes, as normas e a confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco".[17] Segundo ele mesmo (2000, p. 191 e 193), "[...] o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições". Mudando-se as instituições formais, pode-se mudar a prática política, pois "[...] a história institucional costuma evoluir lentamente". O livro *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*", de Putnam (1995), é um estudo do capital social nos Estados Unidos da América, que era seu país de origem. O autor demonstra que houve um declínio da participação dos cidadãos norte-americanos, um declínio considerável em todos os setores da sociedade, ou seja, o processo de individualização passou a ganhar espaço no cenário social. Os cidadãos se tornaram individualistas e, consequentemente, o processo de associação passou a ser algo banal, sem importância, chegando a ser considerado uma ação fragmentada, passando a diminuir, assim, o envolvimento em atividades associativas.

Alguns fatos contribuíram para que ocorresse esse fenômeno, como, por exemplo, os escândalos iniciados no governo de Nixon, que contribuíram, significativamente, para que os cidadãos americanos perdessem a confiança na gestão pública, que era, por sua vez, um exemplo de democracia, de associação. E, segundo Putnam (2000, p. 103), "No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e

[16] Higgins (2005, p. 249) considera um pouco problemática a teoria de Putnam, pois há restrição na intervenção do Estado, ou seja, não há abertura para um sistema institucionalista.

[17] As redes envolvem (quase por definição) obrigações mútuas, elas não interessam como meros "contactos". Redes de envolvimento comunitário fomentam robustas normas de reciprocidade (CORREIA, 2000, p. 20).

espírito público". Apesar de toda a constatação verificada pelo autor, ainda se propôs a investigar quais seriam os mecanismos utilizados pelas instituições públicas para alcançar o bem-estar social. Propondo-se a investigar, quais seriam os mecanismos utilizados pelas instituições públicas para alcançar o bem estar social e verifica que,

> "[...] as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo. [...] o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte". (PUTNAM, 2000, p. 186).

Todavia, os norte-americanos teriam por preferência a prática do boliche e se verificou que, ao contrário do verificado até então, o jogo de boliche aumentou significativamente, demonstrando que os cidadãos norte-americanos mantinham um espírito de associação. A pesquisa desenvolvida na Itália teve como objetivo analisar a eficácia do governo, pois o autor estaria convicto de que o sucesso de algumas regiões do norte da Itália estaria relacionado à ampla e à sólida participação cívica, influenciando, então, a eficácia dos governos daquela região, ou seja, influenciando positivamente no alcance da democracia ideal (PUTNAM, 2000). Observa-se que essa democracia ideal é a mesma verificada por Tocqueville nos Estados Unidos. Isso leva a crer que há uma aproximação da teoria de Putnam com a teoria tocquevilliana. Tocqueville (1962) considerava que a estrutura social teria como base a confiança e a cooperação, e que, assim, os cidadãos teriam um forte espírito cívico e seriam atuantes nas decisões políticas, dinamizando, dessa forma, o aspecto igualitário. Muitas das regiões pesquisadas por Putnam apresentavam, segundo ele, um nível mais elevado de associação, pois os cidadãos se reuniam periodicamente e a consequência desse ato foi um maior nível de capital social nessas regiões:

> As redes sociais e políticas se organizam horizontalmente e não hierarquicamente. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. O governo funciona. Não admira que, nessas regiões, o povo seja contente! (PUTNAM, 2000, p. 128).

Segundo o autor, o engajamento cívico não era homogêneo. Isso significa dizer que, em outras regiões da Itália, havia uma fragmentação na estrutura social e, portanto, justificar-se-ia uma cultura de desconfiança e, ainda, cidadãos submissos ao sistema político. Putnam considerou a necessidade de mapear a realidade, ampliando o conhecimento por região e observando as peculiaridades em cada comunidade, a fim de assim poder entender o mecanismo que move cada comunidade, além de entender como se dá seu desenvolvimento e o seu dinamismo institucional. Mapear a realidade por regiões seria a condição para se

entender o processo institucional de uma determinada região. Para o autor, todo esse processo só foi possível por considerar a herança histórica e cultural e, a partir dessa estrutura histórica, é que se torna visível o capital social na Itália, como pode se tornar visível em qualquer outra parte do mundo que se venha a estudar dessa forma.

Fica, então, evidente que Putnam estava convicto de que a virtude cívica só existiria quando a comunidade manifestasse seus interesses pelas coisas públicas e, assim, buscaria desenvolver mecanismos de bem-estar social/coletivo. A partir dessa convicção, esse pensador passa a estudar as regiões onde as virtudes cívicas estão ausentes. Então logo percebe que, nessas regiões sem essa participação e civismo, surgem os ganhos de vantagens por mecanismos nada legais. Isso significa que, quando ocorrem proveitos e vantagens em nome da família nuclear, então se passa a desenvolver um espiral gerador de um sistema antimoral e se acaba contribuindo, de alguma forma, para a corrupção do sistema social. Segundo o autor, o seio familiar é a base na qual os indivíduos aprendem os valores e as normas cívicas. Correia corrobora essa perspectiva, dizendo:

> É no contexto familiar que se alicerçam atitudes de aceitação da diferença e de tolerância, ou, pelo contrário, se transmitem os primeiros sentimentos de discriminação e intolerância. Os indivíduos que aprendem a cooperar na família tenderão a buscar soluções para os problemas coletivos da comunidade através da cooperação. (CORREIA, 2007, p. 111).

Os interesses coletivos devem estar sempre acima da individualidade e, portanto, o espírito cívico é a base de toda a comunidade cívica. Conforme afirma Putnam em sua obra, na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. O autor verificou, em suas pesquisas, que o maior índice de associativismo e de participação política estaria relacionado às pessoas que se associam, que se reúnem visando sempre a uma melhoria em determinado aspecto da vida social e mais eficaz será o governo que contar com essa participação efetiva. O autor menciona também:

> Os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes. (PUTNAM, 2000, p. 102).

O que se verifica é uma motivação extrínseca de caráter cívico em que as pessoas praticam efetivamente a participação política no governo local. Putnam chegou à conclusão de que, no sul da Itália, o exercício da ação cívica se fazia menos presente. Verificou que havia uma submissão dos cidadãos ao sistema imposto pelo Estado e, portanto, havia uma forte

presença do sistema clientelista, pois o Estado estava presente em tudo e fazia tudo de forma autoritária. Esse processo dificulta a emancipação dos cidadãos, dificulta a efetiva participação deles na vida política. Logo, fica evidente a falta de uma democracia amplo-participativa, uma pró-democracia. A consequência dessa postura do Estado é o baixíssimo desenvolvimento dessa região, verificado na pesquisa empírica realizada pelo autor.

O sistema clientelista é, um processo que pode desencadeiar a restrição da participação política, pois é a elite quem governa e gerencia o sistema político. Outro aspecto constatado por Putnam e que estaria relacionado a esse fenômeno é o baixo índice de instrução, fator que favorece o poder da elite. Ainda constatou que as religiões com limitadas práticas de civismo seriam mais propensas às corrupções e que esse fenômeno, muitas vezes, estaria relacionado ao grau baixo de instrução do povo. Numa sociedade com tais limitações, a predominância da desconfiança é, portanto, algo corriqueiro, mas sua organização, seja na comunidade ou na vida política, dá-se por meio da hierarquia. Fica evidente que, quanto mais houver economia/acúmulo de capital social, mais haverá uma propensão ampla do desenvolvimento, do bem-estar social e da democracia. A desconfiança é o ponto de desequilíbrio de toda sociedade, fazendo com que não se desenvolva, ficando, então, estagnada. Isso é um aspecto negativo quanto à manutenção do capital social, pois uma das variáveis para a construção do capital social é justamente a confiança. A desconfiança não gera progresso e o individualismo não poderia e não pode imperar sobre a coletividade. Entretanto, o estado de desconfiança está relacionado, muitas vezes, com condições de desigualdade, de pobreza e de violência. E, segundo o autor, era justamente esse fenômeno que ocorria no sul da Itália; havia, naquelas localidades, uma relação clientelista que é "[...] fruto de uma sociedade desorganizada e tende a manter a fragmentação e a desorganização sociais [...]" (PUTNAM, 2000, p.155-156).

Putnam afirma, no mesmo texto, que, quanto mais práticas associativistas e atos de civismo os cidadãos praticarem e desenvolverem, mais intenso será o desenvolvimento econômico e social e, consequentemente, os benefícios à comunidade serão ampliados e esta estará mais próspera, com melhores condições sanitárias, com mais industrialização, dispondo de mais capital econômico gerado e a relação entre as pessoas será mais próxima. Assim, portanto, "[...] a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica" (PUTNAM, 2000, p. 178). Assim, pois, tanto a participação cívica quanto a participação política com finalidade de resolver os problemas da comunidade são de extrema importância, além de geradoras de capital social. Na mesma obra, Putnam ainda fez referência a duas formas de sistema: a forma horizontal e a forma vertical. Na primeira, os

cidadãos teriam o mesmo *status*, os mesmos direitos, eles estariam no mesmo nível de igualdade. Já na segunda há uma prevalência de uma hierárquica, há um sistema de dependência e, consequentemente, de desigualdade. Nesse caso, segundo o autor, para que possam ser promovidas regras de reciprocidades é necessário que

> Os compatriotas que interagem em muitos contextos sociais têm a faculdade de estabelecer sólidas regras de bom comportamento e de transmitir uns aos outros suas mútuas expectativas em múltiplos contatos estimulantes. Tais regras são reforçadas pela cadeia de relacionamentos que dependem do gozo da reputação de manter promessas e acatar as regras de comportamento da comunidade. Os sistemas de participação cívica permitem que as boas reputações sejam difundidas e consolidadas. (PUTNAM, 2000, p. 183).

Putnam destacou que as relações clientelistas são desenvolvidas por meio das permutas, o que significa uma reciprocidade obrigatória entre os pares e, portanto, é uma relação vertical, pois envolve um sistema de obrigações assimétricas e tendo um desequilíbrio como consequência nas relações sociais. Essa relação clientelista não favorece a formação de associações, de voluntariado; mas, ao contrário, favorece um sistema de dependência. Vejamos a seguinte passagem:

> O fato de as articulações verticais serem menos úteis do que as articulações horizontais para solucionar os dilemas da ação coletiva talvez seja uma das razões por que o capitalismo mostrou-se mais eficiente do que o feudalismo no século XVIII, e por que a democracia revelou-se mais eficaz do que a autocracia do século XX. (PUTNAM, 2000, p. 184).

Putnam, nessa pesquisa sobre a Itália, verificou que, nas regiões mais cívicas, os cidadãos se associam mais e há uma grande rede de solidariedade. É a isso que o autor denomina *virtude cívica*, como característica de uma população que aprendeu a desenvolver um espírito cooperativo, de confiança, de solidariedade, chegando ao ponto de desenvolver um espírito público em que o engajamento cívico está acima de qualquer individualidade (COLEMAM,1990 apud PUTNAM, 2000). Há, então, uma coesão social. Conforme o autor,

> Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica. (PUTNAM, 2000, p. 180).

A herança cultural está na base da comunidade cívica, comunidade que aprende a desenvolver um sistema de participação social e essa é uma das vertentes de vivência social necessárias para o acúmulo de capital social, desencadeando, assim, um círculo virtuoso gerador de confiança, de cooperação e de reciprocidade. De um lado, Putnam, na sua

pesquisa, apresenta a comunidade cívica; mas, do outro lado, existe a comunidade não cívica, que é justamente o oposto, ou seja, nessa outra comunidade geralmente se verifica uma estagnação, uma desconfiança, uma não participação na vida pública, circunstâncias que acabam por minar a base do capital social. A sociedade cívica deve ser rigorosa no funcionamento das associações para o sucesso do governo democrático. O autor afirma que o conceito de 'sociedade civil' desempenhou papel central no recente debate global sobre as precondições para a democracia e para a democratização. Afirmou que, quanto mais houver a articulação da comunidade por meio do associativismo, mais frutíferas serão suas condições no que tange à capacidade de interferir nas decisões da política local e econômica visando à eficácia do sistema. Então o autor vai formulando uma teoria que ajude

> "[...] a explicar por que o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte". (PUTNAM, 2000, p. 186)

A confiança está na base de toda comunidade, seja em maior ou menor grau, mas o fato é que a confiança é a geradora da vida social e, portanto, deduz-se que ela (confiança) é a base do capital social.[18] Putnam, logo após a página acima citada, ainda afirma que tanto reciprocidade/confiança quanto a dependência/exploração podem manter unida à sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e de desempenho institucional. E conclui, em seus trabalhos, três dimensões de abrangência do capital social: (i) a rede "bonding", que se forma por laços de amizades e solidariedades; (ii) a rede "bridging", que se forma por interação de grupos sociais e estabelece relações horizontais; e (iii), a última, não menos importante, a rede "linking", cujo objetivo é a união das pessoas com finalidade de obter poder junto às instituições. Menciona-se que o conceito de capital social, no âmbito das Ciências Sociais, não é um conceito unificado, pronto e acabado. Dois são os motivos que nos levam a crer nessa afirmação: o primeiro motivo é a própria postura do cientista social frente à complexidade, os paradigmas dos fenômenos sociais e, dentro dessa perspectiva, a própria postura filosófica dos cientistas sociais; já em um segundo momento se verificam muitas críticas referente à conceituação do capital social, por não ser um conceito acabado, mas em constante desenvolvimento.

Duas críticas feitas pelos contemporâneos de Putnam se referem ao reducionismo do conceito (capita social), chegando a determinar a abrangência do conceito. A segunda

[18] Baquero (2003, p. 31) afirma existirem três vertentes geradoras da confiança. São elas; atividade voluntária; a experiência pessoal com a instituição; e, por fim, a relação associativa na família, na escola e no meio de comunicação.

aproximou capital social com a democracia, pois Putnam parece apresentar que a solução à democracia é a ação única do indivíduo em se associar na grande comunidade (cívica). Parece que o capital social proposto por Putnam está acima das outras vertentes (capitais), pois não considera a relação interdisciplinar e inter-relacionada no que se refere ao capital físico, humano, socioambiental, educacional. A postura do autor é, então, holística e tradicional, postura em que o que vale é a estrutura social, conforme apresentado na cultura política e social das várias regiões por ele pesquisadas. Verifica-se que tal postura teórica foi defendida por Tocqueville (1962) e Higgins (2005), inferindo que o sistema de participação é uma vertente fundamental ao capital social. Outro aspecto relevante na pesquisa de Putnam, e que o autor parece desconsiderar, são os dados empíricos que demonstraram uma reorientação do engajamento cívico nas últimas décadas. Cabe contrapor, no entanto, que o autor considera esse processo uma afiliação das relações, e esse fenômeno, considera-o como um "talão de cheque", pois,"[...] tais organizações não providenciam nem conectividade entre membros, nem engajamento direto em uma forma cívica do dar, e receber, e certamente elas não representam 'democracia participativa'. Cidadania por representação é um oximoro" (PUTNAM, 2000, p. 160).

Lüchmann (2003) argumenta contra essa teorização do capital social apresentada por Putnam. Lüchmann entende que o capital social não teria base conceitual para promover a superação dos padrões da democracia liberal, pois considera que Putnam não enfrentou, teoricamente, a problemática conceitual que envolveu o associativismo. Isso também se verifica, afirma ele, no âmbito da participação. Associativismo e participação são conceitos-chave que deveriam ter sido melhor conceituados, pois são aspectos deliberativos da competência da população para o desenrolar da ação social. Reis (2003) é mais enfático em sua critica feita à conceituação de capital social apresentada por Putnam, pois não consegue ver o conceito de capital social e, portanto, afirma que se trata de um conceito vago. Então cabe questionar: – O que é um conceito vago e como definir um conceito vago? Parece um pouco problemática a afirmação de Reis, porém, segundo ele, Putnam só tratou de capital social nas últimas páginas de sua pesquisa, sendo que, em toda obra, enfatizou-se a construção da comunidade cívica. Outra crítica que se faz a Putnam é que parece ter desconsiderado os obstáculos culturais.

Considera-se que toda a teoria, quando questionada, é porque ela apresenta algo de fundamento em sua estrutura conceitual; não é diferente com a teoria sobre capital social apresentada por Putnam, que apresenta vários aspectos positivos ao desenvolvimento associativo e ao cooperativo das comunidades cívicas. Por esta razão acredito ser prudente

mencionar a crítica, fomentada por HERMET (2002) no que tange a dinâmica do capital social, para o autor é ainda um conceito muito acadêmico, e quando se refere a prática é análogo e assim menciona,

> Não valeria mais a pena, então, pensar unicamente na participação sem apetrechos, sem usá-la com uma noção demasiado vaga e pedante de capital social ou de seus equivalentes? Além disso a noção de capital social apresenta outros problemas ao se entregar a um elogio indiscriminado da diversidade cultural [...] e em ver recursos culturais criadores ali onde existe apenas algo mais que obstáculos coletivos; em ressuscitar o mito do desenvolvimento autocentrado em escalas microscópicas; enfim, em afirmar posições subalternas e retrógradas, apesar das novas virtudes que se lhes atribuem. (HERMET, 2002, p.107).

A tendência geral do meio acadêmico é amalgamar o capital social com as vertentes "confiança, cooperação, desenvolvimento", mas o problema consiste segundo o autor é que,

> "[...] grupos ou redes específicas, coerentes e minoritários, que dispõem de uma especialidade e de círculos de relações muito superiores aos que possuem a maioria dos membros da comunidade - ilusória - considerada em tais circunstâncias, exercem, graças a essa vantagem comparativa, uma hegemonia econômica sobre ela; formando uma minoria empreendedora, em um meio que não o é, obtêm, no melhor dos casos, um benefício exclusivo do desenvolvimento. E até parecem, mais comumente, garantir-se dessa forma uma renda de situação dominante que desaparecia se um autêntico processo de desenvolvimento estende-se à população majoritária, cujo imobilismo econômico e social garante a perenidade de tal renda". (HERMET, 2002, p. 110 - 111).

O que se pode afirmar é que a teoria do capital social tem estado em muitas das reflexões de vários cientistas sociais nas últimas décadas. Não se pretende minar a discussão sobre a referida temática, mas, sim, apresentar as duas principais teorias sobre o conceito de capital social: a de Tocqueville (1962) e a Putnam (2000). A conclusão teórica apresentada por Putnam que, no norte da Itália, os indicadores apresentaram maiores aspectos positivos no que tange à herança cultural e um pleno desenvolvimento social e econômico, enquanto que, no sul, foram verificados indicadores contrários, ou seja, baixo desenvolvimento, pouquíssima participação política, pouco investimento em políticas públicas, portanto foram os aspectos negativos que influenciaram determinando o não desenvolvimento da região sul. Isso pode ser verificado na seguinte passagem:

> Nas regiões mais cívicas, como a Emilia-Romagna, os cidadãos participam ativamente de todo tipo de associações locais – grêmios literários, orfeões locais, clubes de caçadores e assim por diante. Acompanham com interesse os assuntos cívicos veiculados na imprensa local e envolvem-se na política por nutrirem convicções programáticas. Já nas regiões menos cívicas, como a Calábria, os eleitores comparecem às urnas não para se manifestar sobre as questões públicas,

> mas por causa das relações hierárquicas de clientelismo. A inexistência de associações cívicas e a escassez de meios de comunicação locais nestas últimas regiões significam que os cidadãos raramente se envolvem nos assuntos comunitários. (PUTNAM, 2000, p. 111).

Na quarta e última seção do capítulo em andamento, trata-se da análise do conceito de desenvolvimento local a partir do aporte teórico da Amartya Sen (2000).

1.4 Desenvolvimento local

Desenvolver uma reflexão teórica sobre a concepção de desenvolvimento local requer uma prévia recorrência à análise do período após a Segunda Guerra Mundial, época em que a questão econômica era agenda central. O que tem se verificado nas literaturas especializadas é que o processo de desenvolvimento ganhou destaque em todo o cenário mundial pelo fato de que ajuda econômica foi oferecida pelos países ricos, modernos, industrializados aos países da periferia ou pelo fato de, muitas vezes, diretamente grandes empresas estrangeiras terem proposto e feito acordos com Estados ou mesmo Municípios para oferecer a instalação de filiais em troca de garantias e de privilégios, como redução ou isenção de impostos, doação de terrenos para implantação das indústrias, etc. Isso ocorreu também em Santa Maria, onde existe uma franquia da Coca-Cola, da Walt Mart, entre outras. Entretanto, o Estado se fazia presente nas decisões do mercado e influenciava, diretamente, a economia. A partir de 1970, alguns países da América Latina, considerados como reguladores do processo de desenvolvimento econômico de suas regiões, perderam força para o mercado internacional e, consequentemente, não conseguiram manter a manipulação da economia.

Daí que um Terceiro Setor surgiu como “alternativa”, pois acabou assumindo todos os preceitos neoliberais, e suas obrigações de assistência social, de combate à pobreza e o não desenvolvimento. As organizações representativas surgem com finalidade de apoio social, o que significa dizer que, a partir da década de 1980, as políticas públicas passaram a ter, em suas pautas de trabalho, práticas e ações de promoção do Desenvolvimento Local. Observa-se, todavia, que essa reflexão, proposta por Sen (2000), vai além da perspectiva da relação entre confiança e mercado, pois a confiança que se estabelece na relação de mercado é frágil e visa à busca desenfreada do lucro, desconsiderando, muitas vezes, um sistema de regulação estatal. Entretanto, para que se possa pensar em minimizar as desigualdades surgidas a partir desse

novo capitalismo, é necessário que a sociedade trabalhe em função de conjugar mercado e Estado, visando a um sistema de economia mais decente e, consequentemente, a uma maior relação de confiança entre os cidadãos e estes com o Estado. Sabe-se, contudo, que o processo de avaliação do bem-estar dos indivíduos deve considerar o todo e não apenas a sua condição social (SEN, 2000). Percebe-se a necessidade emergencial de se pensar em um novo paradigma político de desenvolvimento como peça fundamental, como eixo norteador das condições humanas. Todavia, a sociedade contemporânea já não valoriza o matrimônio, o convívio social, a participação social, a representação democrática, o espírito cívico, o espírito solidário.

A noção de desenvolvimento local pressupõe duas grandes vertentes. A primeira refere-se à competitividade e à acumulação, o que significa dizer que, no âmbito de cada localidade, existiria uma produção especializada e que tinha ou tem como objetivo a obtenção de transformação social. Isso significa desenvolvimento de todos os setores, ou seja, geração de renda, de emprego, de mais economia circulando, mais cultura, mais educação, mais moradia e mais infraestrutura. Todavia, esse desenvolvimento local só é possível de ser realizado por meio de planejamentos, porém só é possível de ser pensado esse planejamento através da inter-relação comunidades/redes produtivas, empresa, governo e mercado. A inter-relação entre as três esferas e entre os governos federal, estadual e municipal é algo fundamental ao desenvolvimento local com a finalidade de melhorias sociais e econômicas. Assim, portanto, justificar-se-ia a parceria dessas três esferas governamentais com cooperativas e outros segmentos. Segundo Buarque,

> "[…] contribuem para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são à base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local". (BUARQUE, 2002, p. 25).

A segunda vertente irá trabalhar a concepção do Desenvolvimento Solidário, vale dizer, Desenvolvimento Alternativo, onde as ações devem ter uma sincronia de reciprocidade visando dinamizar as potencialidades e os conhecimentos locais. A operacionalização dessas ações, na maioria das vezes, é, portanto, dinamizada pela participação de ONGs e de outros movimentos sociais. Aqui surgem os movimentos de Economia Solidária e a participação de setores governamentais. Uma questão interessante dentro dessa vertente é a perspectiva, da Economia Solidária, a qual tem o suporte filosófico da produção coletiva e da cooperação entre seus membros chegando ao ponto de associação de capital "econômico/humano". Objetiva-se, assim, a dinamização comercial, a redução de custo e a qualificação dos

produtores e de seus produtos comercializados, a melhoria da qualidade de vida e acesso a melhores tecnologias.[19]

Com o advento dos meios de comunicação eletrônicos, muitas administrações públicas sentiram a necessidade de estabelecer um diálogo produtivo com as comunidades, buscando o envolvimento da comunidade na implantação das políticas públicas. Mesmo com muitos esforços e avanços nesse sentido, o gargalo ainda é a dificuldade de implantação de um modelo de desenvolvimento horizontal. A conclusão é que muitas são as peculiaridades das comunidades e regiões. Sendo assim, a ênfase deve ser nas ações econômicas e na inclusão social, minimizando, dessa forma, consideravelmente, as lacunas e favorecendo o desenvolvimento social.[20] Ocorre, todavia, que a organização interna e a mobilização social são, de fato, ações positivas para a concretização desse processo e é por meio dessas duas ações que se chega a um sistema mais democrático e mais participativo, pois os membros das comunidades poderão manifestar seus anseios, seus desejos, suas criticas, suas reivindicações visando à melhoria da realidade local.

1.4.1 Conceito de desenvolvimento local segundo Amartya Sen

Dada a pretensão de querer refletir sobre o conceito de *desenvolvimento local*, então, necessariamente, se impõe o dever de fazer referência a temas como *pobreza*, *avanço tecnológico* e *industrialização*. Na contemporaneidade, um autor que tem se dedicado a uma análise profunda sobre a temática do "desenvolvimento local" é Amartya Sen (2000), que passou a dar uma nova concepção ao referido conceito, ao desenvolvimento em geral e aos seus indicadores no que se refere à liberdade instrumental que surge como fio condutor para a efetivação do desenvolvimento. Esse conceito passou a ter um caráter mais abrangente, ou seja, aquela visão de renda "per capita" se tornou restrita.[21]

Sen tem uma visão interdisciplinar referente ao desenvolvimento local, portanto o autor considera a importância do mercado, pois "[...] existem muitas evidências empíricas que o mercado pode impulsionar o crescimento econômico rápido e a expansão dos padrões de

[19] Singer (2002) e Santos & Silveira (2001) são alguns dos autores que se têm dedicados ao estudo teórico da Economia Solidária.

[20] Santos (1996a, p. 255) aponta a "socialidade" como geradora de solidariedade e identidade, e Casttells (1999b) fala da identidade coletiva. Já Putnam (1995) e Correia (2003) falam que a identidade da comunidade pode influenciar na cultura política local, tornando-a mais participativa e, consequentemente, mais cívica.

[21] Sen (2000) faz restrições na tese defendida por Sachs (2002), no que se refere à renda *per capita* nacional.

vida" (SEN, 2000, p. 41). Logo antes, no mesmo texto, na página 17, Sen afirma que o desenvolvimento "[...] é o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam para escolher o tipo de vida que desejam levar". A tese central do autor é que o desenvolvimento deve estar, estritamente, ligado ao bem-estar e os indivíduos são atores ativos na concretização desse processo.

Mesmo assim, Sen, em sua obra, sopesa os fatores antes de relacionar desenvolvimento apenas com o aspecto econômico, pois seria um reducionismo relacionar as melhorias na vida das pessoas somente com a condição socioeconômica. Segundo Bresser-Pereira, as transformações do desenvolvimento local devem estar correlacionadas de modo a garantir a sustentabilidade do sistema:

> Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 31).

Entende-se, portanto, que a sustentação da teoria de Sen está no fato de que o desenvolvimento local deve estar relacionado aos aspectos humanos, econômicos, ambientais, culturais, biológicos, fisiológicos e institucionais. Segundo o autor: "O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida [...]". (SEN, 2000, p. 29).

E diz mais:

> Um processo de crescimento econômico e de câmbio estrutural que conduz a uma melhoria no nível da qualidade de vida da população local, no qual se pode identificar três dimensões: uma econômica, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos suficientes para ser competitivos nos mercados; outra, sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegendo de interferências externas e impulsionando o desenvolvimento local. (SEN, 2000, p. 166).

Na teoria de Sen, portanto, a dinâmica da cooperação é o fio norteador para a prática do desenvolvimento local e o que regularia essa dinâmica não seria o sistema de mercado, mas, sim, os fatores sociais relacionados com a cultura e com a política, não só na esfera municipal, mas nas três esferas governamentais do país.

Para o autor, o crescimento econômico é uma variável necessária, no entanto não tem nenhuma grande abrangência, ou seja, é insuficiente para a ampliação e para a dinamização do desenvolvimento social. Nesse sentido, o autor considera fundamental a efetivação e a eficácia das políticas públicas com finalidade de redistribuir renda para o bom crescimento de uma região. O bem-estar social é dinamizado pelas políticas públicas do Estado, todavia a prática dessas ações, na maioria das circunstâncias, não se apresenta como sendo eficaz/eficiente, deixando, então, a desejar quanto à eficiência das ações, justificando, desta forma, a manutenção das instituições tradicionais. Conforme Baquero, a democracia deveria agregar vigor à sociedade e, consequentemente, fortalecendo a vontade coletiva, mas o que tem se verificado, segundo o mesmo Baquero, é, ao contrário, uma fragilização da democracia:

> "[...] não só a precariedade da dimensão social torna imperativo pensar em outros modelos e estratégias de análise que proporcionem as bases de construção de uma sociedade plena, com acesso mínimo das pessoas aos bens materiais (moradia, habitação, saúde e educação), mas, sobretudo, a crescente desconexão que se estabeleceu entre o Estado e a sociedade. Tal situação de crise tem produzido a fragmentação e a atomização da sociedade brasileira, limitando severamente seu avanço como entidade autônoma, soberana e com poder de interferência nos negócios públicos". (BAQUERO, 2004, p. 265-266).

Na perspectiva de Silva et al. (2005), há uma dificuldade de descentralização das ações do Estado e isso é percebido inclusive aqui no Brasil, porém, para esses autores, a própria sociedade delega o poder ao Estado para que defina as políticas públicas. Assim, portanto, Silva et al. corroboram a afirmação de Baquero ao afirmarem que,

> Se indagadas, a maioria das pessoas concordaria que políticas públicas é assunto de Estado, e responsabilizariam, em particular, o poder executivo federal pela execução de políticas econômicas e sociais. Isto é especialmente verdade em países como o Brasil, onde a maioria das instituições e práticas democráticas são recentes, e a sociedade civil está acostumada a passar para o governo a responsabilidade de determinar os rumos das políticas econômicas e sociais da nação. Nesses países, a ação civil geralmente é limitada ao voto. (SILVA et al., 2005, p. 42).

Cita-se o exemplo do Brasil pelo fato de a pesquisa estar sendo aplicada em Santa Maria – RS/Brasil e acredita-se que o referido exemplo é, coerentemente, aplicado em outras democracias de outros países em desenvolvimento, com o objetivo de redução da pobreza e das desigualdades sociais. Tendo acima mencionado os principais objetivos e pontos norteadores do desenvolvimento local, acredita-se que a proposta do capital social apresentada por Putnam (2000) oferece possibilidades de auxílio para minimizar a lacuna existente entre gestão pública e sociedade, pois parece salutar a proposta referente à formação

de redes de integração, a formação de associações por meio de práticas que estejam ligadas ao espírito cívico, à cooperação e as formações interligadas a uma rede de solidariedade favorecendo, dessa forma, o desenvolvimento local, em parceria com política pública local, que tornaria o processo democrático mais fortalecido e dinâmico.

Todavia, deve-se observar que essa proposta de Putnam está, estritamente, ligada à ideia primária de confiança que, por sua vez, está correlacionada ao associativismo, à cooperação e, desta forma, torna-se uma base sólida, uma variável satisfatória à superação da crise da desconfiança, ou seja, é a base dinâmica da ação democrática. O capital social é o fortalecimento da consciência cívica, é um estímulo que resulta na conquista do bem público/coletivo, conforme afirma Putnam:

> Em muitos aspectos, os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns com os outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes. (PUTNAM, 2000, p. 102).

.Observam-se três aspectos importantes a serem cpnsiderados visando ao bom desenvolvimento local, pois, nessa perspectiva, o primeiro aspecto se refere ao nível de informações obtidas pelo cidadão, o segundo se refere ao grau de participação/engajamento político e o terceiro é um governo comprometido com a eficácia do sistema, desenvolvendo assim ações sólidas para a consolidação do desenvolvimento local. Quanto mais houver a inter-relação entre a participação política e a aceitação do governo, mais legítima será a democracia e a consequência desse processo é, positivamente, a redução das desigualdades sociais:

> Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos 'internos' sobre o individuo, mas também por causa de seus efeitos 'externos' sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. No âmbito externo, a 'articulação de interesses' e a 'agregação de interesses', como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias. (PUTNAM, 2000, p. 103-104).

Para Putnam, o fio condutor para um governo democrático é o de que quanto mais consciência cívica a comunidade tiver e quanto mais mobilização houver , tanto mais força haverá para reivindicações visando a seu bem-estar social e, então, desenvolvimento local ocorrerá. O que se verifica é, portanto, a cumplicidade das relações propostas pelo autor e o capital social. Essa é a variável que interliga e desencadeia todo esse processo, criando um

sistema de reciprocidade e de consciência cívica/participativa que irá fortalecer o desenvolvimento local e, consequentemente, as instituições democráticas. Sen (2000, p. 52)) chama esse processo de liberdades substantivas, as quais significam "[...] ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas ao saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.". Na perspectiva de Sen sobre desenvolvimento, não se trata de uma questão apenas ligada ao acúmulo de riqueza, pois esse pensador tem uma percepção mais abrangente sobre desenvolvimento:

> Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000, p. 27).

Isto significa que o desenvolvimento só se torna possível pelo comprometimento do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de incentivo as propostas de economia alternativa. O Brasil é considerado como desenvolvendo uma economia emergente e, infelizmente, os índices de indicadores da desigualdade social, os de pobreza e os da educação são os gargalos a serem enfrentados. Trata-se de um resquício do capitalismo; este acaba gerando uma sociedade de elite e influenciando a má distribuição de renda. O processo de uma democracia participativa ainda é lento, pois, na verdade, a gestão governamental que temos, nas três esferas, é decorrência de uma democracia representativa. O desenvolvimento local requer bem-estar social, requer desfrutar da liberdade substantiva, pois desenvolvimento só tem sentido se o cidadão se sentir livre e consciente da sua ação associativa para uma boa qualidade do sistema. Isso significa que, com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros.

Os cidadãos, ao conseguirem assumir o seu próprio destino, isso permite pensar que as privações da liberdade não favorecem a trajetória de vida em comunidade, em cooperação. Então Sen (2000, p. 26) analisa os programas políticos assistenciais do governo, apresenta o entendimento de que os cidadãos carentes atingidos "Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável". O desenvolvimento, na sua essência, só tem sentido se garantido o direito de liberdade e todas as outras garantias que estão imbricadas nesse preceito. A contribuição do Estado para a garantia do direito de liberdade deve se dar por meio da expansão das

capacidades e isso só se concretiza por meio das políticas públicas. O mesmo pensador ainda menciona:

> A análise do desenvolvimento considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se particularmente para a expansão das "capacidades" (capabilities) das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam - e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública. (SEN, 2000, p. 32).

As políticas públicas se apresentam como bons termômetros para medir a eficácia do desenvolvimento local, pois, como já bem foi mencionado, esse desenvolvimento não está apenas associado à má distribuição de renda, mas existem tantos outros fatores (saúde, segurança, política local, relação entre os membros da comunidade, enfim, a situação econômica também. Sen não desconsiderou a influência da renda baixa como um dos fatores para a privatização da liberdade, mas enfatizou, em sua reflexão, a importância de o Estado providenciar condições mínimas para a expansão das capacidades das comunidades.

Dessa forma, o Estado estaria contribuindo para o bem-estar social e por meio das políticas públicas. O Estado e a sociedade devem trabalhar juntos para o processo do desenvolvimento, ampliando, assim, mecanismos de proteção e de sustentação desse processo. Segundo o autor, os indivíduos não são passivos e nem devem ser vistos dessa forma. Surge, assim, uma nova visão de desenvolvimento, o sustentável que é pauta dos debates do século XXI e que *"*ganhou força*"* ao ser sistematizado, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Quem comunga com essa teoria de desenvolvimento sustentável é Thomas et al. , que dizem:

> "[...] o desenvolvimento diz respeito ao povo e seu bem-estar, o que envolve a habilidade para delinear suas vidas. De acordo com isso, o desenvolvimento deve ser, inclusive, das gerações futuras e da terra que irão herdar. Deve-se comprometer as pessoas, pois, sem a participação delas, nenhuma estratégia pode ter resultado duradouro. Esta noção de desenvolvimento como bem-estar significa que medidas de desenvolvimento devem incluir não apenas taxas de crescimento, mas a dispersão, a composição e a sustentabilidade daquele crescimento. Em uma avaliação ideal do desenvolvimento, o progresso deveria ser medido pelos avanços humanos e ambientais, antes de considerar indicadores intermediários, tal como o PIB". (THOMAS et al., 2001, p. 2-3).

Há, portanto, uma inter-relação entre desenvolvimento sustentável, econômico e capital social, capital humano e educação, conforme apontam Thomas et al. (2001) e Brundtland et al. (1987), tudo em busca do bem-estar social. A mobilidade social e as ações consensuais são propostas essenciais desse desenvolvimento e deveriam ser baseadas em propostas de política pública social. Para Fiorillo e Diaféria (1999, p. 31), é importante "[...] a

manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação substancial entre os homens e destes com o seu ambiente". O Banco Mundial também adotou tal concepção de desenvolvimento sustentável! Dentro dessa perspectiva, os atores principais são os seres humanos e, portanto, eles devem, de alguma forma, estabelecer padrões mínimos de organização social por meio de estratégias significativas visando a maximizar todas as potencialidades de capital social para o bem-estar social por meio e para uma qualidade de vida.

E uma das alternativa observadas no Brasil, nos últimos anos é o surgimento da pluralidade de grupos sociais sendo uma das metodologias de trabalho desses a proliferação de economia alternativa favorecendo o florescimento da geração de trabalho, renda, preservação do meio ambiente, um sistema sustentável, empreendimentos solidários, ou seja, é o fomento de uma rede de cooperação solidária esse fenômeno seria caracterizado como economia plural e uma das suas funções seria a socialização do trabalho.

Deste modo, chega-se ao final desta seção com o entendimento de que o capital social é uma chave determinante do bom desenvolvimento desse processo, pois esse mesmo capital é a base estrutural da saúde, da educação, das políticas públicas e de tantos outros fatores visando ao alcance do bom governo, que, consequentemente, influencia em uma boa estabilidade democrática). Dentro de toda a perspectiva apresentada até aqui, a proposta é analisar e refletir, no segundo capítulo, sobre a experiência de capital social na origem política e, também, no âmbito da participação social na cidade de Santa Maria-RS, tendo como exemplo o Projeto Cooesperança.

2 PROJETO COOESPERANÇA EXEMPLO DE CAPITAL SOCIAL EM SANTA MARIA - RS

Neste segundo capítulo, o objetivo é apresentar o Projeto Cooesperança e sua trajetória de Economia Solidária, como instituição que parece apresentar uma ampla e sólida vertente de capital social na cidade de Santa Maria – RS. Considera-se, assim, a premissa de que essa instituição pode estar relacionada dentre outras experiências de participação político-social, (associação, cooperação, espírito cívico, confiança), fortalecendo a relação de confiança entre todos os participantes do projeto, sejam associados ou não, portanto dinamizando e favorecendo o desenvolvimento do capital social local. O segundo objetivo é fazer uma análise bibliográfica e histórica sobre o surgimento do supracitado movimento social, especificamente a trajetória de Economia Solidária dessa instituição, analisando se o capital social é uma de suas vertentes na sua origem e na sua manutenção na conjuntura atual.

O estudo deste capítulo se pauta na ideia de que as ações políticas relacionadas com as ações comunitárias e voluntárias da população contribuem para uma melhor probabilidade na resolução dos problemas no âmbito da eficácia do projeto e da comunidade em geral, gerando, dessa forma, uma economia de capital social. Depois, no terceiro capítulo, pretende-se apresentar a importância do engajamento dos cidadãos participantes do Projeto Cooesperança no desenvolvimento do capital social e a consciência de reflexão crítica da política social desse movimento social em 2013, embasando-se nos resultados obtidos por meio da pesquisa tipo *survey*, como já mencionado na introdução à presente dissertação.

Isto posto, cabe ressaltar que a sociedade brasileira, na última década, ficou marcada pelas crises laborial e salarial, dessa forma impondo-se uma reorganização econômica com contratos de trabalho mais flexíveis, assim influenciando a educação do trabalhador para condicion-alo a buscar novas estratégias sustentáveis de sobrevivência ou subsistência. Nesse panorama de insegurança quanto ao tradicional trabalho, o cooperativismo e o associativismo apresentaram-se como alternativas que poderiam ser viáveis no intuito de assegurar a geração de renda e também uma nova proposta de economia que se configura como alternativa ao sistema de acumulação capitalista, oportunizando assim uma ressignificação do capital.

A pretensão não é desconsiderar as controvérsias teóricas sobre a real possibilidade de implantação de cooperativas no que tange à eliminação da visão estratégica da gestão

empresarial burocratizada pela via da efetivação da solidariedade de consumo. Diferentemente, ao serem consideradas as propostas da Economia Solidária, o que se percebe é uma alternativa viável no que se refere à organização social do trabalho, oportunizando um novo modelo de sistema mais flexível na lógica da ação quando comparado ao sistema capitalista tradicional.

O princípio de ordenação da ação e cooperação solidária pressupõe um processo de integração social constante onde o sujeito é o centro das estruturas sociais, sendo a solidariedade o fio condutor primário de todo o processo. Para a sustentação de tal afirmativa, recorre-se à categoria thompisiana de experiência que, nesse âmbito, consiste de valores, ética, tradição e cultura. Assim, reelaborando os significados das relações sociais, pode-se perceber então essas relações nas formas de solidariedade. É prudente mencionar aqui dois conceitos durkheimianos sobre a solidariedade, sendo eles o funcional e o contratual. O primeiro se refere à solidariedade orgânica, já o segundo é configurado pela via da estratégia, ou seja, o contrato social, o que conduz a uma reflexão sobre o sistema político, conceito que parece estar mais próximo do arcabouço desta pesquisa. Dessa forma, há uma tendência significativa centrada na construção de novos parâmetros sociais pela via do discurso das competências individuais visando a um processo de certificação profissional, assim forçando a sociedade a reorganizar ou a desenvolver novas estratégias econômicas:

> As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. (OLIVEIRA e LIBÂNEO, 1998, p. 606).

Entende-se que o trabalho se configura como fonte de solidariedade, sendo este um mecanismo de identificação e fonte fortificadora do ato coletivo/cooperativo, assim gerando uma mobilização dos agentes do movimento, ou seja, tornando-se uma práxis coletiva, fortalecendo, portanto, uma coerção moral, das obrigações recíprocas dentro do(s) movimento(s), disciplinando seus agentes ao compromisso, à responsabilização social.

2.1 **Surgimento da teoria dos novos movimentos sociais**

Na intenção de contextualizar historicamente, mas sem a pretensão de esgotar o assunto, cita-se que, oficialmente, a *teoria dos novos movimentos sociais* se difundiu a partir de 1960, surgindo primeiramente nos Estados Unidos e se expandindo para a Europa. É uma temática que ganhou rapidamente muitos adeptos, principalmente no meio acadêmico no que tange às manifestações coletivas. Depois tomou outras formas em âmbitos sociais diversos e suas peculiaridades, enquadrando conforme as diretrizes cultural e filosófica de cada comunidade ou movimento. No Brasil não poderia ter sido diferente dos outros continentes. Então também se copiaram as premissas desses novos movimentos sociais e, nessa perspectiva, alguns teóricos têm se dedicado ao estudo da temática, como é o caso de Gohn (2008).

Um dos objetivos gerais do presente estudo é analisar a relação do consumo solidário e o desenvolvimento da cidadania no âmbito do Projeto Cooesperança para isso tendo como fio condutor o assumir cultural no que se refere às temáticas da cooperação e da associação em ambas as vertentes. Conforme Gohn,

> "[...] os movimentos sociais são conceitualizados como agentes sociais envolvidos em um conflito pelo controle social dos principais padrões sociais, que são conhecimento, investimento e ética. Três componentes, I (identidade), O (oposição), T (totalidade), fornecem o paradigma que descreve analiticamente o campo de conflito, que é, portanto, compreendido em termos relacionais". (GOHN, 2008, p. 93).

Alonso, acima mencionado, considera que a dinâmica cultural estaria na base de qualquer movimento social, considerando, assim, a perspectiva da sociologia da ação tourainiana[22], sendo um dispositivo estratégico constante de autoprodução.

2.2 **Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária**

A Política Nacional de Comércio Justo e do Consumo Ético e Solidário, dentro de suas diretrizes, fomenta o apoio às Feiras de Economia Solidária em parceria com os Departamentos de Fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no que tange a uma abrangência nacional. Além do apoio do SENAES, existem ainda mais

[22] No âmbito da sociologia da ação, tourainiana significa uma conduta social estratégica

duas feiras internacionais: a primeira é a Feira de Santa Maria e, a segunda, a Feira do Acre. Ambas reúnem países do Mercosul, da América Latina. A Feira Internacional de Santa Maria é um exemplo de aprendizagem de trocas de experiências, principalmente no que se refere ao cooperativismo e ao associativismo, conforme menciona o teórico Tévoédjré (2002).

2.2.1 A importância das feiras para a Economia Solidária

A IV Plenária Nacional de Economia Solidária (2008) objetivou apresentar, por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), aos empreendimentos de Economia Solidária e a outras organizações similares, os seguintes critérios:

> São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários. Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados [...]. São organizações que respeitam critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano. (IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 55).

É notável o crescimento do movimento de Economia Solidária nos últimos 20 anos, no Brasil. Segundo Lesbaupin (2007, p. 41), "[...] é preciso, absolutamente, mudar o modelo e construir uma organização social alternativa, uma política econômica alternativa – que permita às pessoas viverem bem sua vida e com perspectivas de melhora". O objetivo das feiras é o fortalecimento das propostas da Economia Solidária por meio de um processo de articulação, integração, organização, tudo visando à troca de experiências, à partilha mútua, ao associativismo, à cooperação e ao fomento do espírito solidário das comunidades. Dessa forma, reforçando a rede das organizações solidárias, junto se reforça a inclusão social, a agricultura e a agroindústria familiar, a agroecologia, a cooperação, a cultura da solidariedade, a cidadania e a geração de trabalho e renda, e, enfim, resgata-se então a autoestima do/a trabalhador/a.

> A construção da economia solidária é uma destas estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000, p.138).

Entendo a proposta da "Economia Solidária" do Projeto Cooesperança se estrutura sob micro organizações cooperativas dando-as um acaborço de cooperativa e portanto não há em sua base uma política de neutralidade.

2.3 **Cooperação, associativismo – uma rede de solidariedade**

A cooperação, a solidariedade e o associativismo são os pilares da Economia Solidária e convergem para a transformação social, fortalecendo as organizações sociais na relação com a esfera pública. Singer (2002), compreende como sendo a economia solidária o fomento essencial para o resultado do ato solidário.

> Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cooperativas ou em uma outra sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p.10).

Nesse sentido, a cultura da solidariedade, da cooperação e do associativismo deve estar estruturada em uma ética solidária de articulação entre os vários setores e, assim, formando uma rede da solidariedade (SINGER, 2000). O objetivo é, conforme menciona Cigana (2007, p. 55), a "[...] geração de renda baseada nos princípios da economia solidária, onde a ordem dominante é invertida e o trabalho é posto à frente do capital". Gaiger aponta que os processos de associativismo e de cooperativismo seriam decorrentes de circunstâncias que ele destaca como:

> "[...] a) a presença, nos meios populares, de práticas e tradição associativa, comunitária ou de classe, propiciando um sentido de vínculo a um passado comum e de reconhecimento mútuo, particularmente de uma identidade de trabalho; b) a existência de organizações populares e de mobilizações coletivas, dotadas de lideranças populares legítimas e ativas; c) a redução das modalidades convencionais de subsistências, seja devido à regressão ou maior seletividade do mercado de trabalho, seja à ineficácia das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades econômicas ou a compensar momentaneamente a sua insuficiência; d) a mediação de organismos representativos ou de apoio, capazes de canalizar a demanda social para alternativas associativas; principalmente, quando dotados dos instrumentos pedagógicos e materiais que impulsionem as experiências populares a transitar, de uma lógica de preservação e defesa das condições de existência, assente num primado de recomposição das formas de vida econômicas já praticadas para uma lógica de crescimento e expansão, ditada por uma estratégia de remodelação ou mesmo de ruptura gradual daqueles padrões de subsistência e de reprodução

> simples; e) a formação de um cenário político e ideológico que reconheça como relevante essas demandas sociais e as alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política". (GAIGER, 2003, p. 137).

A solidariedade é um fenômeno individual, autônomo, mas que requer corresponsabilidade entre os pares considerando as circunstâncias históricas e, superando-as, quando negativamente apresentadas. A condição humana é viver em sociedade e a prática da solidariedade estaria relacionada ao senso de justiça, de igualdade e de inclusão social. O eixo norteador da proposta do Projeto Esperança Cooesperança é a transformação pela solidariedade. Este é o foco do depoimento da Irmã Lourdes Dill, coordenadora:[23] "*Santa Maria é a Capital Mundial da Economia Solidária por conta dos Eventos Internacionais que acontecem a cada ano e trazem, para Santa Maria, tantas pessoas do mundo inteiro. Santa Maria teve, no passado, uma das maiores do Brasil Cooperativas da América Latina, que foi a Cooperativa dos Ferroviários, bem como a Cooperativa de Consumo, a Cooperar. Teve também, por muitos anos, na UFSC, o Curso Superior do Cooperativismo, que, por vários motivos, fechou. No momento, tem o Curso Politécnico do Cooperativismo na UFSC, que forma muitos jovens para o Mercado de trabalho. Com tudo isso, percebeu-se que as grandes iniciativas a nível do Cooperativismo e do Associativismo, não prosperaram porque muitos centram força no capital*".

Segundo a Ir. Lourdes Dill, há um declínio considerável das variáveis de capital social em Santa Maria nos últimos 60 anos, apesar de todo o trabalho desenvolvido pelo Projeto por ela administrada. É prudente esclarecer que, apesar de o PIB de Santa Maria demonstrar um crescimento nos últimos anos, este é uma das variáveis para aferição sobre a qualidade de vida, a satisfação dos cidadãos. Foi constatado que a política pública local não se renova e esse fator é também essencial para o desenvolvimento da cidade. Para uma maior participação da população na política local e para o fortalecimento do cooperativismo e da confiança, conforme menciona Putnam (2000), a proposta, no terceiro capítulo desta dissertação, é fazer a análise do capital social de Santa Maria visando comprovar ou não a hipótese inicialmente lançada.

2.3.1 Economia Solidária – fortalecimento da autogestão

[23] Entrevista concedida no dia 26 de março de 2013.

Para que a cooperativa ou o sujeito possa desenvolver uma autogestão, para isso deve conhecer o processo que envolve a dinâmica do sistema, sendo essencial conhecer o processo de qualificação e de planejamento, mais a solidariedade, a democracia, as políticas públicas, o comprometimento e a transparência que envolvem a estrutura da autogestão. Quando o cidadão inserido em um processo cooperativo assume uma metodologia de empreendimento solidário, que é o modelo de autogestão adotado pelo Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, é fundamental que promova uma gestão compartilhada ou participativa que envolva os diferentes atores na construção do sistema por meio da coletividade. Em uma sociedade autogestora, o trabalho é componente fundamental da vida social que mantém do movimento (NUÑEZ, 1998).

2 – Ilustração Autogestão

Figura retirada da Revista Banco da Esperança 35 anos, 2012, p. 28

E Motta (1981, p. 1333) menciona que "A sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias, de grupos se

autoadministrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização". Na perspectiva de Gutierrez (1987 apud PEDRINI, 2000, p. 38), "[...] a autogestão é a alteração da forma tradicional de produção burocrática e hierárquica". A cultura de submissão, de dependência é um dos desafios a serem enfrentados, pois essa cultura compromete a participação de grupos e, dessa forma, cria um sistema de exclusão. Nesse sentido, a Cáritas, através da Economia Solidária e do Projeto Esperança/Cooesperança, fomenta o exercício e o fortalecimento da autogestão visando à participação ativa dos excluídos. Esse processo requer um novo modelo de desenvolvimento sustentável por meio da gestão colegiada e participativa para a concretização da proposta do projeto de Economia Solidária (PEDRINI, 2000). Gaiger (2000, p. 279) enfatiza que "A prática da autogestão no trabalho constitui por certo um pressuposto dos empreendimentos solidários, a condição que lhes permite superar o caráter alienante, subalterno e desumanizante do trabalho assalariado".

2.3.2 Economia Solidária: modelo de desenvolvimento solidário, sustentável e territorial

O dinamismo da Economia Solidária é constituído pela organização dos trabalhadores em prol da uma construção que visa às novas relações econômicas e sociais. Dessa forma, proporciona a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, a liderança "[...] não é apenas um atributo de uma pessoa ou de um grupo, mas um processo social complexo. Nesse processo, as motivações dos liderados representam o principal elemento" (MAXIMIANO, 2009, p. 215). A transformação pela solidariedade está na base do projeto Esperança/Cooesperança.

A importância de uma equipe de trabalho é gerar "[...] sinergia positiva, por meio de um esforço coordenado. Seus esforços individuais resultam num nível de desempenho que é superior à soma das contribuições individuais" (ROBBINS e DECENZO, 2004, p. 189). As práticas do projeto são fundamentadas com base na construção solidária, participativa, associativa, inspirando, dessa forma, a valores culturais e, nesse contexto, o cidadão é a essência do processo, e assim se justifica a finalidade da atividade econômica, para o sustento sustentável e justo (RAZETO, 1993). Esse modelo de Economia Solidária visa à justiça social, à distribuição justa dos bens produzidos, em que justiça social e distribuição justa são alguns princípios básicos considerados pelo projeto.

As Feiras em Rede visam ao dinamismo estratégico da comercialização direta, configurando assim um espaço de trocas solidárias, além de rodadas de negócios, sendo então uma ferramenta facilitadora na relação entre os produtores e os consumidores, consequentemente, com objetivo de fidelizá-los, conscientizando-os da rede solidária que compõe a cadeia produtiva ali disponibilizada. É uma rede que oportuniza o encontro, a troca, o fortalecimento dos cooperados e, dessa forma, favorece o cuidado e o respeito humano com o Meio Ambiente.

2.4 **O surgimento das primeiras cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul**

A história do Estado do Rio Grande do Sul é marcada por um forte espírito cooperativo. Segundo Coradini e Fredericq (1981), as primeiras cooperativas surgiram no ano de 1953. Ressaltam que, no ano de 1957, o censo registrou no Estado 565 cooperativas agrícolas, fenômeno esse que demonstrou que a tradicional de agricultura perdia forças e, consequentemente, foi desaparecendo, surgindo, assim, novas formas de cooperativas baseadas no Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional e na Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores. A partir de 1957 verificou-se uma associação dos pequenos agricultores, fenômeno esse ocorrido gradativamente, visando uma real implantação do cooperativismo e com o apoio de movimentos, liderados por setores progressistas da Igreja Católica – RS. Observam esses pesquisadores que era uma ala progressista, reformista, com objetivo ideológico específico de unir esses produtores por meio de um novo sistema de cooperativismo e de sindicalismo rural.

Entre 1960 a 1970, a situação socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul era de instabilidade. É nesse cenário que surge a questão agrária como pauta dos debates efervescentes entre os "grandes e pequenos agricultores". Estes pequenos, por sua vez, não tinham voz ativa, pois não existia algum tipo de organização que lhes desse retaguarda antes de 1960, conforme apresentam Coradini e Frederico (1981). O governador do Rio Grande do Sul em 1961 era Leonel de Moura Brizola, representante do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB,. Esse governo teve papel importantíssimo para a consolidação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master. Em 1969 surgiu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, que, em 1970, contava com 223 sindicatos e com cerca de 400.000 associados. Segundo interpretação de Frantz (1982, p. 108), "O 'comunitarismo' seria uma

forma de solidarismo e teria como objetivo institucionalizar e disciplinar democraticamente o exercício da iniciativa privada, submetendo-a à comunidade de trabalho".

Ao finalizar esta seção sobre o surgimento das primeiras cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul, menciona-se a importância delas para a manutenção da agricultura familiar e permanência das famílias no interior. Ali, naquele época, além disso, a visão empreendedora apoiada pelos sindicatos e também pelo PTB, foi muito importante no que tange à formação de indivíduos comprometidos com a cooperação solidária. E esse contexto foi propício para que Dom Ivo Lorscheiter, em 1980, tivesse a iniciativa de implantar, em Santa Maria, a Economia Solidária por meio do Projeto Esperança/Cooesperança como alternativa ao capital oferecido pelo sistema capitalista, possibilitando, assim, a diminuição da desigualdade social que surgiu devido às rápidas transformações tecnológicas e econômicas globais. A proposta, na próxima seção, é apresentar o Projeto Cooesperança como uma alternativa de capital social. Trata-se de Projeto com fundamentado no cooperativismo moderno, pois, além da prática do associativismo, os cooperados visam à manutenção do acesso à cultura, à economia, ao trabalho, a melhores condições de vida e igualdade de condições entre si.

2.4.1 Projeto Cooesperança: uma experiência de associativismo

Segundo a Lei Federal nº 5.764/1971, da Política Nacional do Cooperativismo, "Cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados" (TACHIZAWA, 2008, p. 295). A Arquidiocese de Santa Maria mantém o Projeto Banco da Esperança e, entre os vários setores da matricial, existe o Projeto Cooesperança, o qual está relacionado à Cáritas Regional – RS. Entre 1980 e 1986 houve estudos sobre a viabilidade do projeto, implantando-se, ao final, o projeto Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Já no ano seguinte, 1987, foi criado o Projeto Esperança, que surgiu depois de muitos trabalhos do então bispo diocesano de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter, o qual foi secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – em 1974, tendo contato direto com o trabalho solidário de Dom Helder Câmara, bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro:

> Uma feira enorme, corajosa, onde Dom Hélder reunia produtos e artigos para a venda vindo dos Estados do Brasil e de países que tinham representação diplomática

> aqui, em prol das pessoas mais pobres. Com essa feira ele fundou o Banco da providência onde esses recursos eram aplicados e postos à disposição dos mais carentes. (BELMONTE et al, 2004, p. 122).

Todavia, dentre as considerações feitas sobre o Projeto Esperança, pode-se mencionar,

> O Projeto Esperança é um desafio à criatividade, à inovação. Devemos destacar o simbolismo marcante de Dom Ivo e mais o ambiente social em que se dá, que é nos anos 80, com um amplo desemprego, com a crise. Outra coisa importante da experiência de Santa Maria foi a visão em não jogar fora o cooperativismo, e por isso falam em "cooperativismo alternativo", en "cooperativismo popular". (ADAMS apud SARRIA ICAZA e FREITAS, 2006, p. 40).

Apresenta-se, agora, o organograma do Banco da Esperança como ele foi pensado no início e desenvolvido no decorrer dos últimos 25 anos. Trata-se de Projeto consolidado em Santa Maria e que se apresenta como uma vertente dinâmica de capital social.

3 – Ilustração Organograma do Banco da Esperança

Fonte: Revista Arquidiocese de Santa Maria / Banco da Esperança – 35 anos 2012, p. 13

O projeto inicial intercambiava com as experiências de Economia Popular Solidária – EPS–, experiências essas que se instituíam e se mantinham no âmbito rural e urbano, tendo como pontos centrais a Prestação de Serviços, o Desenvolvimento Solidário, Sustentável, Territorial, um Comércio Justo e o Consumo Ético, Sua perspectiva estrutural e construtivista era, então, o associativismo, o trabalho solidário e a cooperativo, ou seja, era um novo modelo de cooperativismo, através da Economia Solidária e da inclusão social (SINGER, 1999).[24]

Uma das propostas consiste nas chamadas *trocas solidárias*, um espaço constituído com finalidade de as pessoas se organizarem associando-se e imbuídas de uma tendência solidária, confiante, a fim de trocarem produtos e serviços sem utilizarem da cédula (dinheiro). Este intercâmbio pode ser feito diretamente entre produtores e consumidores, dinamizando a negociação, mas o essencial é que se tenha um espaço de cultivo à confiança, de cooperação, para que o processo possa favorecer a participação, o solidarismo, visando a uma melhor distribuição de renda entre os membros da comunidade. Além disso, existe o espaço da trocas solidárias.

Assim, com a chamada *moeda social*, todos podem participar, exercitando, assim, a prática solidária. Segundo a definição de Brezolin (1988), o cooperativismo consiste na filosofia da busca do social através do econômico, da participação espontânea e democrática visando resolver os interesses (problemas ou soluções) comuns, com base na participação efetiva dos indivíduos que integram esse processo. Isso é chamado de democracia participativa. Os cooperativados são os responsáveis pela sustentação teórica e prática do cooperativismo (SINGER, 1999). Frantz faz a seguinte definição sobre as cooperativas:

> "[...] organizações que se instrumentalizam, constituindo-se em um empreendimento comum com vistas a alcançar objetivos econômicos específicos, mas com significados e reflexos políticos, sociais, culturais. O sentido econômico é à base do empreendimento, mas, na dinâmica de sua organização e funcionamento, nascem outras dimensões, consolidam-se outros significados. Através do impacto da existência e da atuação de uma cooperativa sobre o meio social que a abriga ou dela participa, são construídos significados de ordem cultural, educativa, política. Desse modo, organizações cooperativas também constituem campos de educação e espaços de poder". (FRANTZ, 2003, p. 7-8).

O projeto surge como alternativa concreta e maiúscula da Democracia e do Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável, pois um dos seus objetivos era, justamente, a "reinvenção da economia", dinamizando, assim, o trabalho, que deve estar acima do capital. Assim, a proposta é dignificar os sujeitos, fornecendo-lhes ampliação de

[24] São informações contidas nas diretrizes do "Projeto Esperança/Cooesperança - uma trajetória de Economia Solidária há 25 anos".

oportunidades, formando assim um exercício da Cidadania. Foram criadas cooperativas que são sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não apenas suprir seus membros de bens e serviços, mas também realizar determinados programas educativos e sociais. Em 1990 surgiu o conceito de Economia Solidária Popular, definido por Razeto, que assim se expressa:

> "[...] que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas". (RAZETO, 1993, p. 40).

Verifica-se, entretanto, uma vertente filosófica utópica pautada no socialismo (Fourier, Saint Simon, Robert Owen), a existência de princípios de Economia Solidária conforme aponta. Os trabalhadores, observando os avanços tecnológicos, o sistema de globalização e a exclusão causada pelo sistema econômico formal no que tange ao crescimento do desemprego e a outros fatores sociais negativos, passaram a desenvolverem um sistema livre de associação e de cooperação, com princípios de autogestão (GAIGER, 2003).

Para Singer (2003), a Economia Solidária tem a finalidade de buscar alternativas à desregulação da economia promovida pelo movimento da globalização liberal. Segundo a Irmã Lourdes Dill, coordenadora do Projeto Esperança Cooesperança (2013):[25] "*A Economia Solidária contribui, significativamente, na implantação do Capital Social. Cooperativismo, Associativismo, Autogestão, construção de um Modelo de Desenvolvimento Solidário, Sustentável e Territorial, para uma Sociedade Justa, Fraterna, Igualitária e Democrática. Esse modelo de Desenvolvimento tem como objetivo distribuir a renda e os bens do Planeta Terra de forma mais igualitária para diminuir a pobreza, a miséria e a exclusão Social no mundo marcado pelo acúmulo do lucro e pelas desigualdades Sociais*".

É um projeto que tem por objetivos a diminuição da pobreza e da desigualdade social, gerando, assim, trabalho e renda, melhoria da saúde dos cooperados, aumento da autoestima, oportunizando-lhes o acesso ao programa "Minha casa minha vida", este mantido pelo governo federal. Essa visão se pode confirmar na entrevista feita com Maria Cristina dos Santos, uma associada do Projeto Cooesperança. Foi-lhe perguntado sobre quais são os benefícios que o projeto lhe oportunizou no decorrer destes cinco anos de associada [26], ao que respondeu: "*Antes do projeto, eu trabalhava na rua, vendendo meus produtos (bolachas, biscoitos, pães, doces, pastéis, rapaduras), tudo feito em casa. O Projeto Cooeesperança ofereceu uma estrutura física onde eu e outros teríamos condições para a fabricação dos*

[25] Entrevista concedida no dia 26 de março de 2013.
[26] Entrevista concedida no dia 21 de setembro de 2013.

nossos produtos de forma mais homogênea (industrializada), dando-lhes melhor acabamento e assim gerando melhor renda. É um tipo de agroindústria. Mas, além disso, com a minha participação no projeto, consegui realizar meu sonho (que era ter minha casa própria), pois me escrevi no programa "Minha casa minha vida" e fui contemplada.

Há 25 anos, portanto, o projeto vem ganhando adeptos e conscientizando pessoas sobre a real importância de uma participação político-social. O desenvolvimento da Economia Solidária se dá pela coletividade, valorizando, assim, a participação dos seus membros pela via do diálogo, do trabalho, da aprendizagem e da educação. Na modernidade,

> "[...] organização cooperativa possui um caráter instrumental, mas no sentido de recolocar o trabalho humano como sendo a centralidade. A natureza desse caráter instrumental da cooperativa, além dos esforços técnicos do trabalho em si com o sentido de garantir um lugar nas relações econômicas, implica uma cultura do humano e não do capital. Na modernidade, o cooperativismo é edificado como um lugar de reconstrução das condições de vida, tendo na economia humana o seu fundamento". (FRANTZ, 2012, p. 12).

Sendo assim, as "[...] práticas cooperativas e associativas representam processos de produção de conhecimento, educação e aprendizagens. A educação é um fenômeno que acontece no espaço das relações sociais" (FRANTZ, 2006, p. 8).

2.4.2 O Projeto Esperança

A Cáritas-RS teve uma importante participação no Projeto Esperança, pois é a criadora de um novo modo de construir o Desenvolvimento Sustentável e, dessa forma, favorecendo o diálogo em prol das soluções dos problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social no campo e na cidade. A chamada "caridade libertadora, organizada" passou a ser pauta de trabalho do Projeto Esperança e serviu como plano de fundo em prol da solidariedade e do engajamento empreendedor. Dessa forma, o

> Empreendedorismo sustentável está focado na preservação da natureza, suporte à vida e à comunidade na busca de oportunidades percebidas para criar produtos, processos e serviços para o ganho, onde o ganho é amplamente interpretado de forma a incluir os ganhos econômicos e não econômicos para os indivíduos e sociedade. (SHEPHERD e PATZELT, 2011, p. 142).

A Misereor e a Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.v. – Alemanha – apoiaram, em 1986, a Diocese de Santa Maria e a Cáritas – RS, na expansão do projeto de

economia popular solidária. Ressalta-se que a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, chamada Cooesperança, é vinculada ao Projeto Esperança.

A Cooesperança é um empreendimento Central que, juntamente com o Projeto Esperança, congrega e articula os grupos organizados, viabiliza a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários do campo e da cidade que fortalecem, junto com todos os grupos, um *novo modelo de cooperativismo* na proposta Alternativa, Solidária, Transformadora e Autogestionária, além do Desenvolvimento Sustentável, na certeza de que outro cooperativismo é possível.

> Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 1988, p. 142).

Para Adam Smith o trabalho é uma mercadoria que potencializa as ações de bem estar social da pequena comunidade.

> No progresso realizado pela divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da massa do povo, restringe-se a um número muito pequeno de operações simples, muito frequentemente a uma ou duas. Ora, a inteligência da maioria dos homens se forma necessariamente por suas ocupações corriqueiras. Um homem que passa a vida inteira executando um pequeno número de operações simples não tem a possibilidade de desenvolver sua inteligência nem de exercer sua imaginação procurando maneiras de diminuir suas dificuldades, pois estas nunca ocorrem; ele perde, assim, naturalmente o hábito de desenvolver ou exercer essas faculdades, chegando, em geral, ao extremo da estupidez e da ignorância possíveis a um ser humano [...]. Ora, esse estado é aquele no qual o operário pobre, ou seja, a massa do povo deve chegar necessariamente em qualquer sociedade civilizada e avançada em indústrias, a menos que o governo tome precauções para prevenir esse mal. (SMITH,1996, p. 406).

Assim se dá a fusão do Projeto Esperança e com a Cooperativa Cooesperança, formando um compromisso em desenvolver uma Teia Esperança, visando dinamizar os empreendimentos de Economia Solidária por meio de um consumo ético e solidário. Para que possamos entender a dinâmica da gestão do Projeto Banco da Esperança, recorremos ao seu organograma:

Ilustração 4 – Organograma do Projeto Banco Esperança / Cooperativa Cooesperança

Fonte: Revista Arquidiocese de Santa Maria / Banco da Esperança, 35 anos, 2012, p. 12

2.5 Projeto Banco Esperança / Cooperativa Cooesperança

O Projeto Banco Esperança / Cooperativa Cooesperança surgiu com o lema "Promover, Incentivar, Desencadear e Construir", referindo-se aos princípios da mística cristã, princípios encontrados também na base da Cáritas Brasil, tendo por objetivo manter uma política de fomento ações coletivas para o fortalecimento da solidariedade, do cooperativismo, da autogestão, da organização da luta pela distribuição justa da terra e dos frutos do trabalho, da Economia Solidária, da defesa do meio ambiente, da agroecologia, do comprometimento, da confiança e da participação entre os sujeitos, mutuamente, considerando, primeiramente, o princípio da preservação a vida. Pêcheux (1997, p. 1440) ressalta que, "[...] ao falarmos de 'reprodução / transformação', estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes".

O pilar do Projeto Cooesperança, na condição de cooperativa, é a promoção das chamadas Organizações Econômicas Populares – OEPs sendo, então fundamentado, pela iniciativa solidária, pela economia popular e pela Economia Solidária. As bases das estruturas das cooperativas populares visam o favorecimento do desenvolvimento sustentável dos cinturões mais desprotegidos, desfavorecidos da sociedade. Entretanto, o ato de associar-se requer uma disponibilidade do sujeito ou dos grupos e comunidades visando uma identificação, pois não se trata aí de cultura de massa, pois seus objetivos são específicos, explicitando, assim, a cooperação entre os agentes sociais envolvidos.

Dentro do escopo de um projeto de associação cooperativa devem ser consideradas de fomento iniciativas como as seguintes: (i) a geração do trabalho, (ii) a manutenção da renda familiar, (iii) o desenvolvimento de uma cultura emancipatória e (vi) crítica da realidade social que permeia a sociedade em que o projeto está instituído. Essas iniciativas devem ser assumidas pelos integrantes da comunidade, pois são esforços que requerem a participação da coletividade para obterem peso reformador. Entende-se que as estruturas das cooperativas populares são participação, ações democráticas, emancipação e autogestão, assim dinamizando possíveis alternativas de mudanças nas atividades econômicas, culturais e, consequentemente, educativas, ou seja, uma mudança social e assim visando desenvolver "[...] os setores populares tanto no campo como nas cidades, alcançando uma maior extensão nos cinturões de pobreza dos grandes centros urbanos" (RAZETO, 1993, p. 111-114).

No mesmo texto, Razeto ainda afirma que não se trata de iniciativas meramente individuais, mas associativas, nas quais se organizam as pessoas e/ou famílias em pequenos grupos ou comunidades. Observa, que são iniciativas organizadas em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades com objetivos precisos. Alguns dos muitos desafios enfrentados são a geração e a manutenção de emprego, moradia, saúde, educação, cultura e do desenvolvimento local.

A ação do cooperativismo não se limita a atividades internas, mas há uma combinação de outros sistemas produtivos, assegurando, assim, uma sustentabilidade da filosofia institucional. Nesse sentido, a participação democrática visa criar alternativa no que tange ao sistema econômico vigente:

> São experiências que, surgindo dos setores populares para fazer frente a suas necessidades, geralmente são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não governamentais, através de atividades de capacitação, assessoria e doação de recursos materiais, tendo como objetivo o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e humano integral dos setores populares. (RAZETO, 1993, p. 96).

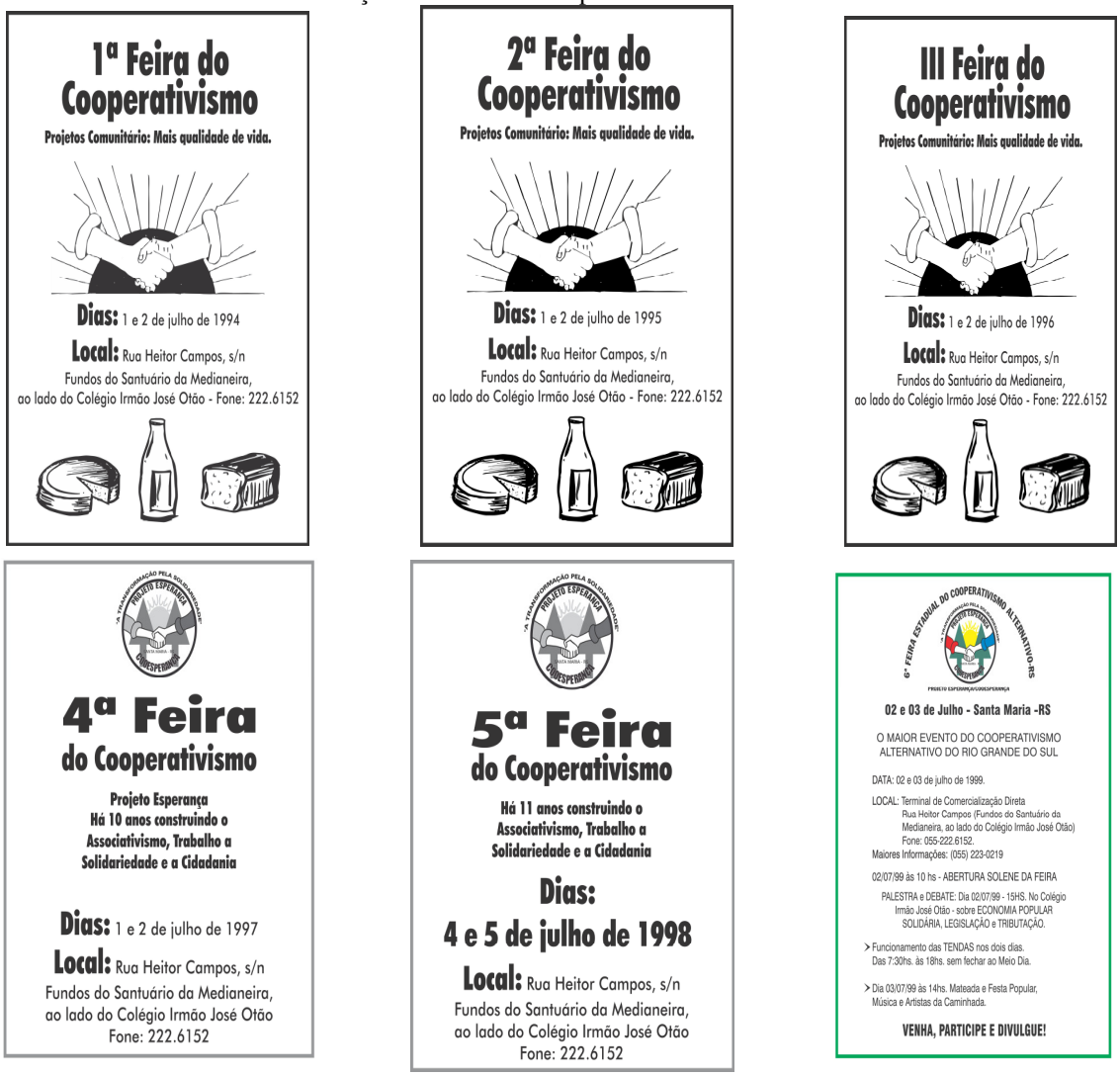
Observa-se que a proposta consiste, na verdade, num processo educativo, transformador e participativo, incentivando, dessa forma, a melhoria da qualidade de vida, as práticas concretas das políticas públicas e a real construção de uma sociedade.

2.5.1 Feirão Colonial: uma experiência de Economia Solidária.

Em 1º de abril de 1992 criou-se o Feirão Colonial Semanal. Ressalta-se que esse evento ocorre todos os sábados, das 7:00 às 11:30 horas, sendo que, durante a semana, o espaço é ocupado com várias outras atividades. A gestão é colegiada e participativa. Há uma efetiva participação e um acompanhamento da Equipe de Coordenação Geral do projeto, além da participação dos representantes dos grupos associados. Em 1994 foi realizada a 1º Feira do Cooperativismo, evento que, em 1998, tornou-se conhecido em âmbito estadual e, a partir de 2002, em âmbito nacional e internacional, passando à denominação de "Feira de Economia Solídária do Mercosul".

O eixo central do projeto é a transformação pela solidariedade, ou seja, fomentado um sistema de sustentabilidade, colaboração, consumo ético e uma formação daquele pequeno cooperativado desta forma garantindo a ética pedagógica do projeto.

Ilustração 5 – Folder das 6 primeiras Feiras da Economia Solidária



Fonte: Foldes disponibilizado pela coordenação do Projeto Cooesperança

Por ser uma cooperativa, A Cooesperança visa, além de vários fatores já mencionados, obter a arrecadação de uma porcentagem do movimento financeiro realizado, todavia o cálculo é feito sobre o percentual vendido. Isso demonstra um dinamismo consciente, pois os gestores, além das ações para promover e gerar vendas, estão preocupados com melhorias, com a infraestrutura, com a capacitação dos associados.

Em 3 de dezembro de 1997 foi criado o Centro de Economia Popular Solidária – CEPS. Sua finalidade é a comercialização direta dos produtos da Economia Solidária e da agroindústria familiar. Esse projeto é apoiado pelos Irmãos Maristas de Santa Maria, por meio da cessão do espaço físico, há 15 anos.

2.5.2 Centro de Referência de Economia Solidária “Dom Ivo Lorscheiter”

Segundo Eid e Pimentel (2000), a economia solidária é um processo colegiado de compartilha do trabalho, da comercialização.

> Experiências coletivas de trabalho, de produção, de comercialização e de crédito, organizadas por princípios solidários, que se apresentam sob diversas formas: cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais. Desenvolvem principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentos, artesanatos, entre outras. (EID E PIMENTEL, 2000, p.3).

Observa-se, que na construção do arcabouço teórico do Projeto Cooesperança se privilegiou a participação coletiva processo este que cada vez mais ganhou espaço no corpo do supracitado visando assim manter a ética do discurso. O Centro de Referência de Economia Solidária “Dom Ivo Lorscheiter” é um centro regional com espaço aberto ao público e de favorecimento à comercialização direta dos grupos associados ao Projeto Banco Esperança e Cooperativa Cooesperança e tem relação direta com a Teia Esperança.

Ressalta-se que, em 21 de dezembro de 2001, o segundo prédio foi inaugurado e contou com recursos do chamado orçamento participativo do governo Olívio Dutra, através do Departamento de Economia Popular Solidária – DEPSOL, a extinta Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI, que passou a ser Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI. Destaca-se que esse projeto também contou com o apoio da prefeitura municipal de Santa Maria e há uma contrapartida dos empreendimentos associados ao Projeto.

No ano de 2007, com finalidade de homenagear Dom Ivo Lorscheiter – mentor e fundador, é que passou a ser chamado Centro de Referência de Economia Solidária “Dom Ivo Lorscheiter”. Apesar de não ser a finalidade da presente pesquisa cito que em 2005 conforme fôlder abaixo ocorreu a 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul, fato este de relevância pois, nos últimos 13 anos vêm ganhando espaço a proposta de Economia Solidária do Projeto Cooesperança no cenário internacional.

Ilustração 6 – 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 2005 e 1ª e 2ª Feira Mundial de Ecosol 2013

Fonte: Folder disponibilizado pela coordenação do Projeto Cooesperança

Observou-se, que é pelo segundo ano consecutivo que a Feira de Economia Soliária do Mercosul passou a ser a Feira Mundial de EcoSol.

Ilustração 7 – 1ª e 2ª Feira Mundial de Ecosol 2013

Fonte: Folder disponibilizado pela coordenação do Projeto Cooesperança

2.6 Teia Esperança: uma rede de comercialização

Essa instituição foi criada em 14 de janeiro de 2003 e consiste em ser uma rede dos empreendimentos solidários tendo como objetivo a articulação entre os associados ao Projeto Banco Esperança e o Projeto Cooperativa Cooesperança, visando a uma eficiência no escoamento da produção e, consequentemente, uma qualidade no que tange à comercialização direta, não somente dentro de Santa Maria, mas em vários municípios da região central do Estado. O ponto central desse processo de articulação ocorre no Centro de Referência de Economia Solidária "Dom Ivo Lorscheiter", meio de uma feira de troca de experiências e de produtos, feira essa que ocorre todos os sábados. É um projeto consolidado e deu certo, podendo, então, afirmar que *"outra economia é possível"*, realizada por meio da valorização comunitária e associativa e pela organização do trabalho acima do capital estritamente econômico, visando assim à construção da cidadania e da inclusão social. O processo de descoberta, de experimentação e de desenvolvimento é um jeito novo de cooperativismo e que pode ser chamado de "arranjos sociais alternativos" com finalidade de produzir algo solidário.

O processo articulatório e administrativo dos pontos da Teia Esperança é assumido pelos grupos internos. Trata-se de um processo formativo e sua base é a cooperação, a gestão participativa e a corresponsabilidade entre os grupos pela boa gestão do projeto. Esta é a particularidade do modelo de gestão implantado pelo projeto e que pretende estar alinhado com os princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

Outra particularidade é a administração por comissões. São comissões criadas e colegiadas por voluntários membros. Trata-se de um processo de descentralização da administração, dessa forma dinamizando e qualificando o projeto, pois ele precisa ter um caráter democrático. É um processo de aperfeiçoamento e de participativo e, assim, tornando-se uma dinâmica que permite a adoção de práticas de autogestão, sendo que, por meio das práticas de autogestão. se visa a construção de arranjos sociais que sejam alternativos para assegurar a sustentabilidade da referida proposta. Um dos aspectos importante da Teia Esperança são justamente as tomadas de decisão colegiadas, participativas, com vistas a um consumo ético, solidário, sustentável, por meio de práticas de confiança.

2.6.1 A organização popular e as políticas públicas

O desenvolvimento solidário é pautado em duas vertentes, quais seja, a organização popular e as políticas públicas. Ambas devem convergir para o mesmo objetivo da inclusão social e da ação solidária frente a desafios manifestos, como a falta de emprego e a miséria, que são, efetivamene, as vertentes negativas da não existência de capital social. Franzt (2012, p. 26), diz que "A economia solidária pode ser caracterizada como um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital". Atualmente, a problemática do desemprego aparece como fenômeno de questão estrutural, e não conjuntural, e os sujeitos na periferia da sociedade são despidos das questões básicas, "alimentação, emprego, renda..." e a economia solidária surge como alternativa.

Mance salienta que

> O consumo solidário é praticado por todas as pessoas que desejam contribuir para gerar postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, dando-lhes condições dignas de vida, bem como para preservar o equilíbrio dos ecossistemas e para melhorar o padrão de renda de todos os que participam das redes, combatendo assim a exclusão social e a degradação ambiental. (MANCE, 2003, p. 87).

Surgem, em Santa Maria, Projetos Alternativos Comunitários – PACs como uma política de desenvolvimento sustentável por meio de ações solidárias visando romper com meras soluções emergenciais e paternalistas. Razeto (1993, p. 45) diz que "[...] nem toda economia popular é economia solidária e nem toda a economia solidária é parte da economia popular". Nesse sentido, a proposta do Projeto Banco Esperança/Cooperativa Cooesperança é o fomento de uma articulação, organização visando à participação da sociedade nas definições das políticas sociais junto à esfera governamental em prol de um novo modelo de desenvolvimento e de inclusão social, em um novo projeto de sociedade justa, fraterna e solidária. Por meio dessa organização popular, é possível pensar em articulação e criação de condições que sejam propícias à edificação da inclusão social e cidadania. Consequentemente haverá acúmulo de capital social.

A proposta é possibilitar a conscientização os sujeitos da sua presença nas decisões da política social. Só assim se alcança uma mudança na realidade social microrregional. A organização pressupõe, ordenação e previsibilidade, pois é um conjunto de princípios que possibilita a escolha de alternativas que conduzam a um modo eficaz de gestão. Padoveze (2003) tem a mesma teoria. É fundamental, nesse processo, haver um conjunto de crenças e de valores. Segundo Eid (2004), princípios norteadores devem ser considerados como referenciais na elaboração dos planejamentos e nas tomadas de decisões, assunto também

apontado por Oliveira, Perez Jr. e Silva (2002). Dentro desse contexto, um processo de implantação de uma Economia Solidária pode-se utilizar de um

> "[...] conjunto de práticas administrativas colocadas em execução pela direção de uma empresa para atingir os objetivos que ela se tenha fixado. É assim que o método de gestão compreende o estabelecimento das condições de trabalho, a organização do trabalho, a natureza das relações hierárquicas, o tipo de estruturas organizacionais, os sistemas de avaliação e controle dos resultados, as políticas em matéria de gestão de pessoal, e os objetivos, os valores e a filosofia da gestão que o inspiram". (CHANLAT, 2000, p. 119).

Corroborando a tese de Chanlat, Drucker afirma que,

> Na organização sem fins lucrativos não existe lucro. Mas também existe a tentação de negligenciar os resultados, de dizer: estamos servindo a uma boa causa. Estamos fazendo o trabalho do Senhor. Ou estamos fazendo algo para tornar a vida um pouco melhor para as pessoas, o que é um resultado em si mesmo. Isso não basta. Se uma empresa desperdiça seus recursos sem resultados, em geral ela perde seu próprio dinheiro. Entretanto, em uma instituição sem fins lucrativos, trata-se de dinheiro alheio – dos doadores. As organizações de serviços são responsáveis perante os doadores pelo investimento do dinheiro onde haja resultados e pelo desempenho. Assim, esta é uma área que precisa ser enfatizada pelos seus executivos. (DRUCKER, 1990, p. 101).

A relação entre a organização popular, a mística cristã, a tecnologia e as políticas públicas tem por objetivo o fomento de um fenômeno novo no cenário das organizações, visando formas alternativas para a geração de trabalho e renda, ou para uma dinamização do sistema democrático. Não se trata de um processo de universalização, mas um fenômeno gerador de alternativas as comunidades no que tange os desafios que envolve o sistema capitalista neoliberal. A Cáritas é solidária a esses sentimentos e menciona:

> Fazer economia solidária é roçar conhecimento, é se unir a outros grupos, é pensar de forma coletiva, e procurar estratégias para intervir nas políticas públicas. É buscar medidas capazes de modificar os padrões de produção, consumo, apropriação, reprodução e gestão de bens e recursos disponíveis. É participar de redes de produção, de comercialização, das reuniões dos fóruns. É dar sentido às políticas públicas, o que significa superar a fragmentação, a desarticulação e a sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos. (CÁRITAS, 2006, p. 23).

Ressalta que o até então prefeito de Santa Maria, Valdeci Oliveira, promulgou a Lei Municipal nº 5150, de 21 de agosto de 2008, tendo como princípio fomentar o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária, lei que, no seu artigo 2º, menciona os eixos estruturantes do Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Popular Solidária:

>]I - Formação, Educação em Autogestão e Cooperativismo popular; II - Educação Técnica Profissionalizante; III - Capacitação do Processo Produtivo; IV - Micro -

> Financiamento; V - Comercialização; VI - Incubagem de Economia Popular e Solidária; VII - Incentivo à produção ecológica. (LEI n. 5.150/2008, s/p).

Na perspectiva dos fundadores dos Projetos “Dom Ivo Lorscheiter” e “Irmã Lurdes”, a justiça, a organização, a solidariedade e a cooperação são bases na construção da democracia participativa. O terceiro capítulo tem por finalidade analisar se existe uma variação de capital social (de participação, cooperação, associação, confiança) no que tange a Projeto Cooesperança tendo como base fundamental os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica, que considerou as entrevistas e os indicadores políticos, sociais e econômicos no ano de 2013.

Lembramos que Putnam (2002) foi um dos principais teóricos do capital social. Ele investigou, durante anos, o funcionamento do sistema democrático italiano. Em seus estudos, foi verificada a capacidade de desenvolvimento das regiões sul e norte da Itália, levando em consideração as questões tangentes de participação, de rede de relação e, principalmente, do funcionamento da gestão pública. O autor verificou uma maior concentração de capital social no norte da Itália, chegando, então, à conclusão de que é fundamental existir a rede de relação/participação para o bom desenvolvimento, a eficácia e a eficiência das instituições. Isso significa que, quanto mais ocorrer práticas de participação e a oncretização das redes de relações entre as comunidades, melhor serão as condições de se verificar e fiscalizar o bom andamento democrático das instituições. Ressalta para que ocorra a cooperação mútua é importnate a manutenção do desenvolvimento das vertentes de capital social e a probalidade de dar certo será maior. O espírito participativo é a peça-chave para um bom desenvolvimento e funcionamento da democracia.

O bem social, a coletividade, a cooperação e a associação são as bases estruturantes da implantação e do sucesso de qualquer sistema democrático ou institucional. Conforme a análise tocquevilliana, os cidadãos teriam o compromisso e a espontaneidade de se engajarem em políticas de funcionamento da democracia e dessa forma dinamizariam o espírito cívico e participativo, associativo, cooperativo (TIRIBA, 1998). Quanto mais os cidadãos exercerem uma reprodução social centrada no espírito de participação, cooperação visando assim a manutenção do bem estar social a probabilidade será muito maior para que ocorra o desenvolvimento da democracia ou das instituições. Não se trata de um círculo vicioso, pois as pessoas não são obrigadas a desenvolverem um espírito de democracia, mas o pressuposto é que a necessidade do bem social e do interesse comunitário seja algo presente em qualquer cultura ou, mais ainda, no desempenho humano.

Para Smith (1985), os indivíduos maximizam seu trabalho em prol do interesse e benefício próprio desconsiderando o interesse geral, mas esta ação desencadeá o desenvolvimento da coletividade e o autor menciona o seguinte exemplo, " [...] não é pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas, pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse criam as condições necessárias para que todos maximizem a sua utilidade (p. 379 - 380)". Para o autor a noção contemporânea de prosperidade esta embasada na competição e concorrência fenômeno este que beneficia a sociedade capitalista e, portanto, o problema consistente no estabelecimento relacional das vantagens ou não no que tange a cooperação, confiança e associação o que podemos observar na seguinte citação.

> Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME apud PUTNAM, 2000 p. l77).

Observação que são vários os fatores para que ocorra este movimento de reciprocidade. Entre estes fatores existe a questão da garantia da colheita, ou da venda, o pouco investimento em mercadoria. Esses indivíduos são proprietários da dinãmica do seu trabalho e dos seus produtos. Outros dois fatores são a colaboração e a motivação. Para o autor é necessário construir uma ação que seja coletiva e solidária e desta forma seja algo que possa beneficiar os indivíduos envolvidos nesta dinâmica. Percebe-se que, o supracitado projeto se estrutura pela teoria e prática desenvolvendo um sistema de economia solidária sustentável local e se expandindo a nível do Mercosul e assim gerando uma perspectiva de confiança pela via da geração do trabalho dinamizando a inclusão social não se tratando apenas de um projeto assistencialista, mas pela via do capital social possibilita novas formas de engajamento social pensando e dinamizado pelo aporte próprio do projeto (BREZOLIN, 1988).

3 ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS FEIRANTES DO PROJETO COOESPERANÇA E CONSUMIDORES

Neste capítulo, conclusivo, a finalidade é analisar empiricamente a variação das experiências de capital social no Projeto Cooesperança. Os resultados do *survey* aplicado em 2013 são inéditos, fato esse que não possibilita comparação longitudinal com outras pesquisas. A pesquisa foi pautada em dados qualitativos e em depoimento da coordenadora do Projeto Cooesperança, além de depoimentos dos feirantes do supracitado projeto.

Assim, portanto, ao considerar a experiência vivênciada pelos feirantes no que tange ao consumo solidário, a rede de cooperação e participação tem demonstrado a existência do fomento para a manutenção e o crescimento das variáveis de capital social. Putnam (2002) considerou fundamental a manutenção da participação social, a confiança, ação política e a cooperação em rede para o acúmulo de capital social. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é interpretar, explicar e apresentar uma possível compreensão dos níveis de participação e de experiência no Projeto Cooesperança.

É pelo viés da Economia Solidária que se presenciam novas formas alternativas no que tange ao combate da progressiva exclusão social, exclusão que pode, muitas vezes, estar relacionada ao sistema liberal. A proposta da Economia Solidária é realmente uma forma diferenciada de combate à pobreza, à miséria e à falta de trabalho, pois, por meio da organização solidária, compartilhada ou cooperativa, há um fortalecimento das redes cooperadas e estas se consolidam pela contribuição solidária do participante-consumidor objetivando, assim, a valorização de um sistema econômico solidário. O estudo das relações preestabelecidas entre os feirantes se faz de prima importância para conhecer o nível de capital social por eles mantido. São variáveis essenciais para que se construa uma rede de educação ou reeducação, possibilitando a consolidação da Economia Solidária como nova possibilidade de manutenção das famílias brasileiras.

3.1 **Metodologia**

Caracterização da pesquisa

A pesquisa é de natureza aplicada, com enfoque ecossistêmico e ainda de caráter descritivo. Conforme Gil (1995, p. 45), "[...] as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis".

Pela seu natureza aplicada e descritiva, esta pesquisa se justifica pela abordagem interdisciplinar, pois foram considerados os vários projetos integrados à Cooperativa Cooesperança e, em certa medida, está sendo analisada a relação cooperativa entre os sujeitos envolvidos nesses projetos. O procedimento metodológico utilizado foi o estatístico, tendo por objetivo uma análise quanti-qualitativa sobre a opinião dos feirantes e dos consumidores participantes da Economia Solidária.

3.1.1 Fonte dos dados e a amostragem

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário aplicado diretamente aos feirantes. Esse procedimento ocorreu nos endereços do Projeto Esperança/Cooperativa Cooesperança, ou seja, na Rua Silva Jardim, 1704 – Centro, na feira que ocorre na antiga Rua 24 horas "Evandro Belhr" e no Pavilhão "Dom Ivo Lorscheiter", onde ocorre o Feirão Colonial, no bairro Nossa Senhora Medianeira. O questionário foi formulado com questões semi–estruturadas, com 17 perguntas fechadas (ver exemplar anexo), considerando ainda características significativas de elementos contidos na população da amostragem, visando assim inferir conclusões no que se refere à análise da mencionada.[27]

Ressalta-se que o questionário foi dividido em blocos, considerando temas como: (i) perfil dos feirantes, (ii) levantamento de dados dos consumidores, (iii) predominância do estado civil e escolaridade, (iv) aspectos da situação econômica, (v) manifestação de interesse por política convencional, (vi) avaliação dos serviços em Santa Maria, (vii) confiança interpessoal, (viii) ações comunitárias de confiança e (ix) espírito participativo).

E o procedimento estatístico deu-se por amostragem, considerando população infinita. Ressalta-se que são várias modalidades e nos mais diversos locais da cidade de Santa Maria

[27] Ressalta-se que, em todas as entrevistas, também foi utilizada a chamada observação simples. Assim foi possível inferir um melhor entendimento da dinâmica do local de trabalho dos feirantes.

além de outros municípios. Sendo assim, o tamanho da amostra foi calculado por amostragem aleatória simples, amostragem dada pela Equação 1 da Estatística.

$$n = \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

Onde:

n = número de indivíduos na amostra;

= Valor crítico que corresponde ao grau de confiança;

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria alvo de estudo;

q = Proporção populacional infinita de indivíduos que não pertence à categoria alvo de estudo (q = 1 – p);

e = Margem de erro amostral.

Substituindo-se os valores na fórmula, tem-se:

$$n = \frac{1,65^2 \; x \; 0,9 \; x \; 0,1}{0,09^2} = \frac{0,255025}{0,0081} = 30,25$$

Dessa forma, a amostra resultou 30 feirantes-expositores, perfazendo um total de 30 assumindo-se nível de significância de 98% , assumindo-se um erro amostral de 2%.[28]

3.1.2 Perfil dos feirantes

O objetivo desta subseção é apresentar informações gerais sobre o perfil dos feirantes, tendo, como fio condutor, as questões de gênero, de escolaridade, de estado civil, de classe social, de cor de pele ou etnia, de renda média, além da situação profissional, tudo na opinião dos próprios entrevistados.

[28] Equação elaborada pela Profª. Dra. Andréa Cristina Dörr Departamento de Ciências Econômicas - UFSM / Coord. do Grupo de Pesquisa em Agronegócios http://www.gpagronegocios.org.

Tabela 1 Sexo M / F

		Porcentagem
Válido	Masculino	20,0
	Feminino	73,3
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Constatou-se que, entre os 30 feirantes consultados, 26 são da cidade de Santa Maria – RS, e 4 da cidade de Itaara – RS. Isto demonstra a importância da feira na cidade. Os dados demonstram também que o gênero dos feirantes é algo homogêneo ente homens e mulheres na Economia Solidária, informação essa interessante, pois o que se verifica é uma predominância do sexo feminino no que tange às atividades de feirantes em geral. Observou-se, ainda, uma média elevada de idade entre os feirantes, ficando as idades distribuídas entre 35 e 70 anos.

E, ao se atentar para eventuais diferentes funções entre os feirantes, não se percebeu uma distinção entre as funções desenvolvidas por uns e outros. Outra informação interessante é o fortalecimento da rede no que tange à manutenção das relações familiar, ou seja, há uma cultura de inserção dos membros da família nessa atividade. Há, entretanto, uma preocupação dos feirantes no que se refere à orientação dos jovens na importância do estudo, sendo esta uma via com mais possibilidades de sucesso em outras atividades econômicas da sociedade liberal.

Assim, mesmo que seja normal e saudável a preocupação dos feirantes com os estudos dos filhos, com sua estabilidade profissional, com a manutenção futura da familia, segundo Kraychete (2000), há que se considerar preocupante, essa pouca inserção de jovens nessas feiras, pois, por certo, a manutenção e expansão futura do Projeto Cooesperança depende da participação das pessoas que hoje são jovens e depende também que venham a ser propostas novas formas de pensar, de fazer, de reestruturar, de remodelar, etc. Para isso é necessário que intervenham pessoas jovens e com mais energia física e mental.

Por outros termos, para o sucesso do projeto é fundamental a sabedoria daqueles com mais idade, entretanto a participação dos jovens dinamiza, dá possibilidades de desenvolver novas ideologias em prol de um comércio mais justo e, consequentemente, desenvolvimento local.

Tabela 2 Idade do pesquisado

		Porcentagem
Válido	30 a 34	3,7
	35 a 39	14,0
	40 a 44	6,7
	45 a 49	16,7
	50 a 54	11,0
	55 a 59	20,0
	60 a 64	21,7
	65 a 69	6,3
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Entre os entrevistados, a predominância é de aposentados ou em fase de aposentadoria, sendo um percentual de 21,7%, Isso demonstra que essas pessoas estão em plena atividade e, portanto, buscam outras fontes para a complementação de renda. A amostra revelou que a maioria dos feirantes são brancos (62,1%).

Tabela 3 – Cor da pele do/a entrevistado/a

		Porcentagem
Válido	Branco	62,1
	Pardo	34,5
	Amarelo	3,4
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Podemos inferir, assim, que não há uma renovação no que tange a juventude assumir a filosofia do Projeto Cooesperança. Fato este preocupante, pois conforme Putnam (2000), a renovação no âmbito da política, das ONGs, das associações se torna algo fundamental para a manutençaõ do desenvolvimento e afloramento de novas ideais, novas práticas de associações, de cooperações adotando assim uma metodologia educacional construtivista. Observou-se que 89% dos entrevistados conheciam o significado do termo *comércio justo* e enfatizaram a qualidade dos produtos, a atenção dos feirantes no atendimento e a flexibilidade na negociação do valor final dos produtos.

3.2 **Predominância do estado civil e escolaridade**

Quanto à predominância do estado civil dos feirantes, as suas respostas ao questionário indicaram que são, predominantemente, casados, com 67,3% das respostas e apenas 7% deles responderam que eram solteiros.

Tabela 4 – Qual é o seu estado civil?

		Porcentual
Válido	Casado/a	67,3
	Solteiro/a	7,0
	Divorciado/a	10,0
	União estável	16,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

No que tange à escolaridade dos feirantes, constatou-se uma escolaridade que varia entre o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo. Entre estes, 3,3% tiveram acesso apenas ao ensino fundamental, seja de forma completa ou incompleta; já 70,0% conseguiram alcançar o nível médio (completo ou incompleto); e a amostra apontou ainda que 26,7% obtiveram ou estão cursando ensino de graduação ou mesmo de pós-graduação (mas estes últimos em número inexpressivo).

Tabela 5 – Grau de instrução

		Porcentagem
Válido	Básico	3,3
	Médio	70,0
	Superior	26,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

3.2.1 Aspectos da situação econômica

Nesse sentido, foi perguntado a cada pesquisado se ele se preocupa em ficar desempregado. Entre os entrevistados, 50,0% responderam que sim, e 43,3% dos pesquisados responderam que não se sentem preocupados em ficar desempregados, pois são aposentados. Aqui se percebe que na Economia Solidária, todos são seus próprios empregadores questão

esta que possibilita inferir que estes agricultores familiares desenvolvem suas atividades laboriais tendo como um dos objetivos a manutenção familiar.

Tabela 6 – Você se preocupa em ficar desempregado/a?

		Porcentagem
Válido	Sim	50,0
	Não	43,3
	NR	6,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Fica saliente a preocupação dos entrevistados em relação à manutenção do emprego, pois se trata de mulheres na maioria provedoras do lar.

Tabela 7 – Qual é a sua renda mensal?

		Porcentagem
Válido	Menos de R$ 600	7,1
	600 a 1200	32,1
	1200 a 4000	60,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Ao conferir as respostas sobre a renda dos feirantes, observou-se que a média se apresentava relativamente dentro do padrão do trabalhador assalariado brasileiro, ficando acima de R$ 1200 para 60,7% dos respondentes. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, a renda salarial mensal brasileira média é de R$ 668,00.

Quanto ao assunto seguinte das entrevistas, observou-se que os feirantes manifestam preocupação com a origem dos produtos, e com sua forma de fabricação, a higiene e manutenção (armazenagem). Visam a qualidade dos produtos pela via da sustentabilidade e essa é uma das peculiaridades do Projeto, a de produzir produtos de qualidade, em sistema sustentável, diferentemente da realidade de oferta das outras feiras ou do comércio em geral. É consenso que todos os feirantes trabalhem com produtos de cunho solidário, demonstrando o comprometimento com a tradição e a filosofia do Projeto Cooesperança, visando, assim, a sua consolidação.

Entretanto, muitos se preocupam também com uma formação contínua, visando, com isso, adquirir real conhecimento do significado de comércio justo e solidário, ou seja, demonstram conhecimento e facilidade em relatar a dinâmica do processo laborial que praticam, não se limitando a apenas responder que o comércio justo é o "preço cobrado".

Os feirantes enfatizaram que alguns dos motivos pelos quais fizeram a opção de participar do Projeto foi e é fugir da burocracia excessiva, foi e é trocar experiências, ajudar a família, é trabalhar com liberdade integrando-se comercialmente, além de poderem comercializar seus produtos sem intermediários. São comerciantes que, porém, não mantêm uma relação exclusiva com o projeto, ou seja, desenvolvem outras atividades e outras relações comerciais. Talvez esse seja um fator que possa estar associado à questão de a atividade não ser tão lucrativa, mas que compensa pelo fato de ser acréscimo salarial aos recursos de que muitos dispõem como aposentados ou artesões. O assunto relacionado com a Tabela 8 questionou sobre quantas pessoas dependiam da renda do entrevistado, justamente visando verificar qual era a importância da arrecadação financeira obtida nas feiras e a importância dessa renda para a manutenção familiar.

Tabela 8 – Quantas pessoas dependem dessa renda?

		Porcentagem
Válido	Uma pessoa	10,3
	Mais pessoas	89,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Computadas as respostas, verificou-se que 89,7% dos entrevistados disseram que mais pessoas dependiam dessa renda das feiras. Observou-se que, nas famílias de menos renda, há uma predominância no que se refere à cultura de aumento da prole.

3.2.2 Manifestação de interesse por política convencional

Os índices demonstram que os entrevistados têm interesse em se manterem informados sobre os assuntos da política em geral. O percentual é de 58,3%, índice que demonstra que os entrevistados estão informados sobre os assuntos políticos. Conforme Putnam (2000), é importante que o sujeito e a comunidade local se mantenham informados sobre as questões políticas e possam, assim, emitir seu juízo de opinião referente à cultura política local no que tange à efetivação da democracia.

Tabela 9 – Quanto à política, você se interessa e se mantém informado/a?

		Porcentagem
Válido	Sim	58,3

	Mais ou menos	37,9
	Não	3,8
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Ressalta-se a importância da informação sobre os assuntos da política para os feirantes, pois eles são comerciantes de rua, numa situação em que eles dependem de boas práticas cotidianas de manutenção alimentar, modelo de produção e de alguma forma a política local é a reguladora do supracitado mercado. Um fator importante é observar que a política local é portadora do poder de limitação ou expansão das migrações desses feirantes dentro do perímetro urbano.

3.3 Avaliação dos serviços em Santa Maria

Em relação à avaliação dos serviços da administração pública de Santa Maria, os entrevistados demonstraram satisfação, pois é visível a percepção dos muitos esforços da esfera governamental local em dinamizar o processo de democratização e isso se verifica no âmbito da política de extensão e apoio ao Projeto Cooesperança, incentivando iniciativas no que se refere à cooperação para a abertura de pequenas agroindústrias, gerando, assim, melhores possibilidades de manutenção do capital humano e econômico.

Tabela 10 – Quanto ao funcionamento da democracia no Brasil

		Porcentagem
Válido	Satisfeito	66,7
	Pouco Sats.	29,6
	Insatisfeito	3,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Foi, portanto, apurado que um percentual de 66,7% afirmam estar satisfeitos com a democratização das relações locais, pois consideram que a administração pública auxilia o desenvolvimento das feiras e assim contribui para que se tenha possibilidade de recorrer a fontes alternativas referente a alimentos naturais, ou seja, sem agrotóxicos, e produção caseira, artesanato, pinturas, pastéis, tortas, bolachas. Um fator interessante é observar que não existe uma concorrência visível entre os feirantes, pois o que se verifica é uma complementação entre os pares, pois cada um tem uma linha de produção e venda e o preço é livre. Essa dinâmica comercial é visa pelos consumidores como sendo saudável.

Há uma corresponsabilidade entre os feirantes para que não ocorra o rompimento da rede, ou seja, a feira só existe pelo fato de que todos estão comprometidos, associados e cooperam em prol da sustentação da qualidade da rede visando à modernização, à fidelização do cliente, além de aprimorar a qualidade do trabalho e a manutenção da renda salarial. Visando observar a percepção dos feirantes e consumidores sobre o progresso local no que tange a qualidade dos serviços publicos foram questionados como eles os avaliavam.

Tabela 11 – Como avalia a qualidade dos serviços públicos em Santa Maria?

	Bom	Ruim/Péssimo
Transporte	40,0	56,7
Educação	86,7	10,0
Telefonia	86,7	10,0
Esporte, Lazer, cultura	34,6	65,4
Saúde	20,0	73,3
Habitação	86,2	13,8
Saneamento	86,7	13,3
Segurança	80,0	16,7

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Neste quesito, os resultados demonstraram o seguinte: os serviços considerados de melhor qualidade foram educação, telefonia, habitação e saneamento com 86,2% para mais. Todavia, a saúde 73,3% obteve uma avaliação ruim no que se refere à qualidade dos serviços. Ressalta-se que, em Santa Maria, existe um hospital universitário que ainda auxilia a administração local nessa temática, caso contrário o percentual (ruim) seria muito mais expressivo. E, nessa perspectiva, foram questionados os entrevistados sobre o valor dos impostos.

Tabela 12 – O valor dos impostos pago é alto?

		Porcentagem
Válido	Muito alto	93,3
	Razoável	6,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Verificou-se que 93,3% consideram que os valores dos impostos e das taxas tributárias são muito elevados e que, por sobre essa demasia, os serviços prestados não correspondem na mesma qualidade, citando o exemplo da saúde especificamente. O problema consiste na centralização, burocratização, corrupção, licitações conduzidas erroneamente, ou seja, o Estado administra e aplica mal os recursos e, assim, desencadeia um processo de falência dos orgãos públicos e privadas. Tanto o sistema político quanto a previdência social precisam ser modernizados. Quanto à política, o Brasil é um dos poucos países do mundo que financia

campanhas políticas, que mantém cargos comissionados e que aposenta um sujeito com 45 anos de idade. Muitas são as corrupções verificadas no sistema e não se culpabilizam os responsáveis. Dessa forma, a consequência é a má eficiência do Estado, ou seja, a má qualidade dos serviços prestados e um sistema não descentralizado em suas ações.

3.3.1 Confiança interpessoal

O espírito cívico, a participação na democracia, a cooperação entre os indivíduos, o associativismo, o comunitarismo e a confiança são indicadores de cidadania e esse fenômeno só é possível de mensurar considerando o aspecto "confiança" entre as pessoas e estas para com as instituições. A desconfiança traz insegurança, enquanto que a confiança mútua é um indicador importante para o reconhecimento e a efetivação de uma consciência coletiva de um bem-estar social comum, onde todos congregam em prol do alcance desses objetivos. A finalidade desta subseção é aferir a situação da variável confiança quando mensuradas as relações sociais. Entende-se que confiança requer um disposição em desenvolver interações com outra pessoa, e ainda é necessário a manutenção desse fenômeno estabelecendo vínculos de reciprocidade.

> "[...] uma atitude que se baseia no comportamento que se espera da outra pessoa que participa na relação que se estabelece entre ambas. Esta confiança tem um suporte cultural no princípio da reciprocidade, e um suporte emocional, que é o afeto que sentimos para aquelas pessoas que acreditamos confiáveis e que nos dão mostra de sua confiança por nós. Tal atitude se expressa em condutas reiteradas e reforçadas com expressões que comunicam essa confiança em discursos e em ações de entrega do controle sobre determinados bens". (DURSTON, 2002, p. 16).

Foi perguntado aos entrevistados se confiavam ou não confiavam nas pessoas. Assim, 66,7% responderam que confiam nas pessoas. Pode-se inferir que esse percentual expressivo só foi possível de ser verificado entre esses entrevistados, pois todos estão integrados ao Projeto Cooesperança, que, em sua linha geral, tem a confiança entre os cidadãos como fio condutor, como fundamento, para as suas ações em prol de um comércio justo, solidário.

Tabela 13 – Você confia ou não confia nas pessoas?

		Porcentagem
Válido	Confia	66,7
	Não confia	33,3
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

3.3.2 Ações comunitárias de confiança e espírito participativo

A pesquisa só se tornou possível a partir dos dados quantitativos pautados nas 17 perguntas, visando mensurar as variáveis do capital social: participação, confiança, cooperativismo e espírito cívico. Percebe-se existir uma relação de confiança entre os feirantes e eles com o Projeto Cooesperança. Essa relação também se verifica entre aos consumidores, pois muitos dos entrevistados afirmaram que podem confiar nos feirantes, na qualidade dos produtos e consideram que o preço é justo. Essa é a tese dos teóricos Putnam (2002) e Tocqueville (1962). Entende-se que ambos os autores e suas obras/experiências podem servir de modelo para a cultura política do Projeto Cooesperança. Putnam considera essencial a geração de capital social como acúmulo de confiança, cooperação, reciprocidade, bem-estar coletivo, enquanto Tocqueville considera essencial que um Estado democrático tenha participação do povo nas decisões e nas composições das leis. A finalidade é demonstrar cientificamente a importância do acúmulo do capital social na constituição do supracitado projeto. E, dentro desse contexto, foi perguntado aos entrevistados:

Tabela 14 – Você se sente seguro/a no exercício de sua atividade?

		Porcentagem
Válido	Sim	86,2
	Não	13,8
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Observa-se que 86,2% dos respondentes se sentem seguros/as em suas atividades. Essa segurança está diretamente relacionada ao apoio da rede, do Projeto Cooesperança e aos incentivos disponibilizados pela administração pública local. Outro fator é que o investimento e o risco financeiro são relativamente baixos, ou seja, o feirante produz seu insumo, sua mercadoria, ele não depende de fornecedor e sua relação com o mercado é contrato informal. Na verdade é uma ideia neoclássica e que visa a maximização de lucro justo com poucos esforços do trabalho (ZYLBERSTAJN, 2005b).

Reiterando essa informação, foi perguntado aos pesquisados se conheciam alguma vítima de assalto ou de delito ocorrido nas feiras. Entre os feirantes 83,7% deles afirmaram

desconhecer fatos de tipo nesse ambiente. Segundo os mesmos, a segurança na região central de Santa Maria é dinâmica e transmite uma sensação de liberdade no que se refere a andar na rua, podendo-se andar sem preocupação com proteger a bolsa com a carteira. Outro exemplo citado é a questão da rede bancária, pois que, em um espaço de 200 metros, existem oito agências, sendo alta a circulação de pessoas assim dificultando a ação de bandidos. Ainda mencionaram o monitoramento via câmaras de segurança pela Guarda Municipal, proteção essa que transmite uma sensação de segurança, do que se podem inferir ainda outros fatores positivos, como a manutenção do emprego e a preservação do espaço público, tudo associado a uma boa qualidade de vida, e essas variáveis são vertentes de manutenção de capital social.

Tabela 15 – Você conhece alguém que foi vítima de um delito ou assalto na feira nos últimos anos?

		Porcentagem
Válido	Sim, eu	6,0
	Outra pessoa	10,3
	Não	83,7
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Esses fatores são demonstrações de satisfação para com a segurança pública, com a participação político-social, com a credibilidade da administração local e suas instituições representativas. São fatores que se coadunam entre si e favorecem a existência de um sistema mais justo, mais flexível no que tange a responder às necessidades das comunidades locais. Foi perguntado aos entrevistados sobre, caso precisassem se ausentar de sua banca, se poderiam confiar nos colegas. Ressalta-se que essa pergunta foi realizada para os 15 consumidores entrevistados. O objetivo foi verificar a percepção dos consumidores se colocando no lugar dos feirantes. O resultado foi que 86,7% responderam "sim", que confiariam no auxílio dos colegas.

Tabela 16 – Se você precisasse se ausentar de sua banca, confiaria no/a seu/sua colega para cuidar?

		Porcentagem
Válido	Sim	86,7
	Não	13,3
	Total: 30	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

O índice apontou uma rede de confiança mútua. Assim, o espírito de associação e de cooperação parece ser uma realidade na perspectiva dos entrevistados. É um fenômeno que permeia a realidade social desses supracitados. A afirmação dos entrevistados está relacionada com a organização que eles representam e seus objetivos. É, portanto, um sistema organizacional estruturado na regra de compromisso com seus pares no que tange à cooperação.

Tabela 17 – Avaliação dos níveis de associativimo, cooperação participação e confiança

		Porcentagem
Válido	Bons	100,0

Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Projeto Cooesperança experiência de capital social em Santa Maria - NEDD/UFSM - 2013.

Verificou-se que a expressão *capital social* não é de conhecimento dos feirantes e dos consumidores, entretanto, ao explicar as vertentes do capital social na perspectiva de Tocqueville (1962) e Puntam (2000), os pesquisados então retomaram sua opinião e afirmaram a importância da associação e da cooperação entre os membros do Projeto Cooesperança para a sustentação da filosofia da Economia Solidária. Nesse sentido, os supracitados mencionaram que a participação e a confiança devem ser algo praticado diariamente no âmbito do Projeto. Para Fukuyama, é necessário associar a idéia de capital social à noção de cultura, sendo que essa perspectiva teórica está verificada nas diretrizes do Projeto Cooesperança:

> "[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência". (FUKUYAMA, 2001, p. 155).

Para Bourdieu, o reconhecimento mútuo é uma das vertentes do capital social e, nessa perspectiva, as relações sociais e a soma dos capitais é o que se verifica na constituição da proposta pedagógica da Economia Solidária do Projeto Cooesperança:

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o

> reconhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 1999, p. 67).

E, assim, pode-se afirmar que

> A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é as confianças estabelecidas, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos disponíveis. (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 68).

Percebe-se, portanto, que a teoria de capital social dos seis autores supracitados são as bases estruturantes do Projeto Cooesperança, especificamente para justificar a filosofia da Economia Solidária justa. Observa-se que o indivíduo integrante do Projeto se reconhece como parte do grupo, assumindo, assim, uma relação de complementaridade solidária, ou seja, de reciprocidade mútua.

Para os entrevistados, a continuidade e a função social do Projeto Cooesperança se sustentam pelo fato de que há um comprometimento da Cáritas, da Diocese de Santa Maria e da administração pública local, conforme se pode verificar na Lei Municipal nº 5150, de 21 de agosto de 2008, ou seja, há uma relação de confiança horizontal com o objetivo de desenvolvimento sustentável estimulando a rede de cooperação e associação local. Ou seja, a prática solidária é um fenômeno que se caracteriza pela via da articulação favorecendo pessoas ou grupos no que tange a ajuda e confiança mútua e essas são vertentes de capital social que se torna tangível pelo exercício da cooperação no que se refere a construção e desenvolvimento da economia solidária no supracitado projeto fortalecendo, aprimorando e potencializando as ações sociais e consequentemente dinamizando o sistema democrático (HERMET, 2002).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pautou-se na hipótese de que as práticas de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias do Projeto Cooesperança podem ser exemplos de capital social para o município de Santa Maria. Pode-se afirmar que os objetivos do presente estudo foram alcançados ao analisar as propostas de Putnam (2000) e de Tocqueville (1962) no que tange ao engajamento dos atores pela via da cooperação e associação em prol do bem-estar social do Projeto Cooesperança, fenômeno este de capital social. Observou-se que todas as práticas laboriais e de atendimento ao público consumidor fundam-se na filosofia do supracitado Projeto, pois os feirantes têm conhecimento do que seja comércio justo, solidário, de ações sustentáveis, além do conhecimento da importância política da proposta do Projeto para Santa Maria. Para além disso, fundamentam-se em justificativas de cunho religioso para fazerem críticas ao sistema neoliberal, contrapondo-lhe a democracia participativa.

Conforme foi evidenciado no segundo capítulo, o Projeto Cooesperança existe há 25 anos em Santa Maria – RS e é uma política de ação social de cunho religioso mantida pela Igreja Católica - Arquidiocese de Santa Maria e pela Cáritas. Conta ainda com um evento internacional anual chamado "Feira de Economia Solidária do Mercosul", além do projeto Teia Esperança, que consiste em empreendimentos solidários tendo como objetivo a articulação entre os associados, ou seja, é um movimento multicultural, facetado com práticas de consumo alternativo, fortalecendo, assim, a rede e o espírito cooperativo, a articulação com outros setores da sociedade, a participação, a solidariedade, uma política de desenvolvimento sustentável, o cuidado para com o trabalho justo (incluindo a saúde do feirante e do consumidor) e a manutenção da cultura familiar. São todas vertentes que se coadunam entre si e servem de base para o desenvolvimento do capital social.

O terceiro capítulo teve por finalidade analisar empiricamente a variação das experiências de capital social pela aplicação do *survey*. Ficando evidneciado que a renda mensal dos (60,7%) entrevistados estaria acima da media nacional e (89,7%) afirmaram que mais pessoas dependem dessa renda. No que tange o interesse por política (58,3%) mantenham-se informados e (66,7%) consideram que o processo democrática é algo

satisfatório. Ao avaliarem os serviços públicos Esporte, Lazer, cultura e também o transporte ficaram baixo do índice de (65,5%) de satisfação. Ressalta que os outros serviços tiveram uma avaliação de (85%) sendo satisfatórios, apesar de (93,3%)afirmarem que o valor dos impostos no Brasil é muito alto. Já no que tange a confiança nas pessoas (66,7%) afirmaram que ainda confiam e ao perguntar aos feirantes se sentem segura na referida atividade (86,2%) afirmaram que sim e (83,7%) afirmaram desconhecer algum tipo de ocorrência (assalto). Perguntado aos entrevistados sê confiariam nos colegas para cuidar da sua banca (83,7%) afirmaram que sim. E finalizando as entrevistas foi perguntado sobre a importância da associação, cooperação e participação (100,0%) afirmaram ser fundamental amanutenção dessas três vertentes para que o projeto tenha sustentação e possa se manter.

Nesse sentido, cabe frisar o compromisso ético assumido pelos feirantes para com o Projeto. Há uma lógica de troca de experiência mútua, de confiança, uma constante conexão com os laços comunitários e uma ressignificação do trabalho, pois, de um lado, o Projeto Cooesperança oferece todo embasamento teórico-cultural e os feirantes assumem como parceiros seguros dos valores configurados pela política da organização, ou seja, assumem os valores da filosofia do comércio justo, solidário.

Ressalta-se, ainda, a importância dos consumidores para o desenvolvimento dessa proposta de movimento social, pois são figuras essenciais para o desenvolvimento e manutenção do supracitado projeto no que tange o conceito de comércio justo e a proposta da economia solidária e deduz-se que esses consumidores procuram os feirantes visando assegurar uma qualidade de vida, ou seja, rejeitando o modelo vigente de produção industrializada. Nesses termos, cabe ressaltar que o comércio justo, solidário, é algo normativo como outra ideologia, entretanto há uma grande diferença, que consiste em que toda a configuração da cultura política visa uma alternativa ao sistema capitalista, possibilitando uma coerção social em prol de um sistema de mercado mais justo, visando mais condições igualitárias, democráticas.

Convém destacar que uma das propostas do supracitado projeto é minimizar a exclusão social pela via do emprego, portanto vejo como sendo fundamental a articulação em rede de solidariedade no que tange a produção de capital social e assim dinamizando a relação com outras organizações sociais beneficiando a população local. A presente pesquisa contribui na perspectiva de que os cooperados possam perceber a real conjuntura atual do projeto e possam cada vez mais empoderar-se do Projeto Cooesperançano objetivo afinco de minimizar instância no que tange a exclusão e desigualdade social.

Por fim, cabe destacar o forte papel desempenhado pela Igreja Católica na configuração de uma nova cultura, ou seja, é um processo de aprendizagem, de troca de experiências, de adesão a alternativas de inserção social, desenvolvendo, assim, novos valores no que tange à não reprodução de um sistema de exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 47, p. 65-79, 1999.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr. / jun. 2000.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Editora Escala, 2006.

BAQUERO, Marcelo. Construindo outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83-108, nov. 2003.

_____. Marcello. ***"Credibilidad política e ilusiones democráticas: cultura política y capital social em América Latina*"**. In: Revista Equador Debate. Quito: Equador, Caap, agosto de 2004. n.62.

_____. Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social:** teoria e prática. Ijuí, RS: Unijuí, 2006.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** Capítulo IV dos direitos políticos Artigo nº 14.

BELMONTE, Sérgio Augusto; BARICHELLO, Eugênia Maria Mariano da Rocha. **Dom Ivo Lorscheiter, o Bispo da Esperança:** sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja. Santa Maria, RS: Pallotti, 2004. p. 122.

BREZOLIN, T.; RIESGO, J. S. Introdução ao cooperativismo. Universidade Federal de Santa Maria. **Cadernos do CCSH**. Rio Grande do Sul, 1988.

BRESSER-Pereira, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil:** história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

BOBBIO, Norberto**. A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____.**O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6.ed. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. N. **Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____.N. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti.3ªED. – Bauru-SP: EDIPRO, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BUARQUE, Sérgio. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CÁRITAS BRASILEIRA. 25 Anos de economia popular solidária. **Série Cartilhas**, Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2006.

CASTLLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A era da informação: Economia sociedade e cultura, v.3).

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHANLAT, J.F. **Modos de Gestão, saúde e segurança no trabalho**. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J.(Orgs.) Recursos Humanos e Subjetividade. Petropólis, RJ: Vozes, 1995. p.118-128

CREMONESE, Dejalma. Capital social e educação: a experiência de Ijuí – RS. **Revista Guairacá**, Guarapuava, n. 23, p.127-156, 2007.

CIGANA, Caio. Melhores práticas. Uma utopia chamada esperança. Desafios do desenvolvimento. IPEA, **Segmento**, n. 37. p. 54-59, nov. 2007.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

CORADINI, O. L.; FREDERIQ, A . **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 184 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade.** Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (PPGESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. I, n. 1, 1º semestre de 1997.

CORREIA, Sofia. **Capital social e comunidade cívica -** o círculo virtuoso da cidadania. Lisboa: Editor Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2007.

CORREIA, S.M. de.S (Org). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

DALLARI, Dalmo D´Abreu. **O que é participação política**? São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

DIOCESE DE SANTA MARIA. **Projeto Esperança/Cooesperança:** uma experiência que deu certo. Santa Maria: s/data-a.

DURSTON, J. ***El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural***. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

DRUKER, Peter F**. As organizações sem fins lucrativos,** São Paulo: Atlas, 1990.

EVANS, P. *Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy* – **World Development** – v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

EID, F. & PIMENTEL, A. Economia Solidária: desafos do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/e-solidaria_desafios-do-cooperativismo.pdf Acesso em 19 de novembro de 2013.

EID, F. **Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades,** 1. Cácares: UNEMAT, 2004.

FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola:** o caso da Cotrijuí. Ijuí, RS: Unijuí, 1982.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2012.

_____. Organizações solidárias e cooperativas: esforços de educação e bases da economia solidária. **Série Economia Solidária** nº 3. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2006.

_____. Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo. **Série Cooperativismo** nº 5. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2003.

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.** Brasília: Instituto de Política Millenium, 2001.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco e DIAFÉRIA, Adriana. **Biodiversidade e patrimônio genético no Direito Ambiental brasileiro**. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Capital social.** In: HARRISON, L. E.; HUNTINFTON, S. P. **A cultura importa**. São Paulo: Record, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003.

_____. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-286.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

HANIFAN, Lyda Judson. *"**The rural school community center", Annals of the American Academy of Political and Social Science**"*. n. 67, 1916.
HERMET, Guy. **A democracia.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997 (Biblioteca Básica de Ciência e Cultura)1997.

_____. Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

IV **PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Relatório final. Santa Maria. Fórum de Economia Solidária, 2008.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 510 p.

LESBAUPIN, Ivo. Neoliberalismo, exclusão social e violência. In: HENZ, C. I.; ROSSATO, R. (Orgs.). **Educação humanizadora na sociedade globalizada.** Santa Maria, RS: Biblos, 2007.

LOCKE, Jonh. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano.** Segundo tratado sobre o governo. 5.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1991.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Capital Social, Sociedade Civil e Democracia Deliberativa**. In: REDES, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 75-104, set./dez. 2003.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual** . Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

MARX, Karl. **O capital: a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos de administração: manual compacto para as disciplinas TFGA e introdução a administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINOGUE, Kenneth. **Política: uma brevíssima introdução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MILANI, Carlos R. S. **Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local.** In Redes, UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 2, p. 31-54, 2004.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão:** a **proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NAKANO, Marilena. **Anteag: autogestão como marca**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NUÑEZ S, O. **O manifesto associativo e autogestionário**. Manáguá,1998.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C. A educação escolar: sociedade contemporânea. In: **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia: IFITEG, v. 8, n. 3, p. 597-612, 1998.
PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLSON, Mancur. ***The Rise and Decline of Nations. New Haven:*** Yale University Press, 1982.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação.** São Paulo: Thomson, 2003.

PLATÃO. **Diálogos, O Banquete - Fédon - Sofi sta - Político**. Tradução de José Cavalcante de Souza (O Banquete); Jorge Paleikat e João Cruz Costa (Fédon, Sofista, Político). São Paulo: Abril Cultural, 1972.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEDRINI, Dalila Maria. **Bruscor: uma experiência que aponta caminhos**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

PINHO, Diva. B. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, João Bosco. **Planejamento participativo: rito ou prática de classe**? Cadernos de Planejamento Participativo. Ijuí: Unijuí, 1986.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais:** origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1999. 160 p.

_____; Sensenbrenner, Julia. *Embeddedness and Immigration: notes on the social determinants of economic action*, **American Journal of Sociology**, 98(6), p. 1320-1350, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work:** civic traditions in modern italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-77, 1995.

_____. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y claves olvidadas del desarrollo. **INDES/BID**, 1999.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

REIS, Bruno P. W. "**Capital Social e Confiança: Questões de Teoria e Método**". Revista de Sociologia e Política 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção "Os Pensadores").

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A**. Fundamentos da administração: conceitos essenciais e aplicadas.** 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004

SANTA MARIA. Lei Municipal nº 5150, de 21 de agosto de 2008. Disponível em: <http: //www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2008/5150.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013.

SACHS, Ignacy, **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARRIA ICAZA, A. M.; FREITAS, M. R. (Org.). **O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil:** relato de uma experiência. Porto Alegre, RS: Cáritas Brasileira, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SMTHI, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Abril Cultural, (Os Economistas). 1985.

_____. Adam. **Coleção os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPOSATI, Aldaiza. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SHEPHERD, D. A.; PATZELT, H. *Sustainable entrepreneurship: entrepreneurial action linking what is to be sustained with what is to be developed*. **Entrepreneurship: Theory & Practice**, n. 1, p. 137-163, 2011.

SILVA, Christian L. da; MENDES, Judas T. Grassi (Orgs.) et al. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Economia das Organizações**. In: ZYLBERSZTAJN, D.; FAVA, M.F (org). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2005b.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social cooperativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TÉVOÉDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos:** a transformação pela solidariedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

TIRIBA, L. V. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho**: **contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**, in Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1962.

THOMAS, Vinod et al. **A qualidade do crescimento.** São Paulo: UNESP,2001.

ENTREVISTAS

Irmã Lourdes Dill - **Entrevista** concedida no dia 26 de março de 2013.

Maria Cristina dos Santos - **Entrevista** concedida no dia 21 de setembro de 2013.

APÉNDICE

A – PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE PROJETO COOESPERANÇA – NEDD/UFSM

1. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

2. Idade: _____ (em anos)

3. Como você se identifica?

(1) Branco (2) Negro (3) Pardo (4) Amarelo (9) NR

4.Qual é o seu Estado civil?

(1) Casado/a (2) Solteiro/a (3) Divorciado/a (4) União estável (5) Viúvo/a

5.Grau de instrução:

(1) Sem escolaridade (2) Básico incompleto (3) Básico completo
(4) Médio incompleto (5) Médio completo (6) Superior incompleto
(7) Superior completo (8) Pós-graduado

6. O/a sr/a se preocupa em ficar desempregado/a?
(1) Sim (2) Não (7) NSA

7. Qual a sua renda mensal?
(1) Menos de R$ 600,00. (2) De R$ 600,00 a R$ 1200,00. (3) De R$ 1200,00 a R$ 4000,00.

(4) Acima de R$ 4000,00. (7) NSA (8) NR

8. Quantas pessoas dependem dessa renda?
(1) Somente você (2) Mais pessoas além de você (9) NR

9. Falando em política, o(a) sr(a) se interessa/se mantém informado por política?

(1) Sim (2) Mais ou menos (3) Não (9) NR

10. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o/a sr/a está:
(1) Satisfeito (2) Pouco satisfeito (3) Insatisfeito (8) NS (9) NR

11. Como o/a sr/a avalia a qualidade dos serviços públicos em Santa Maria nas áreas de:

a. Saúde		e. Segurança Pública	
b. Educação		f. Saneamento Básico	
c. Esporte / Lazer / Cultura		g. Habitação	

d. Transporte		h. Telefonia	

1. Bom **2. Ruim** **3. Péssima** **8. NS**

12. Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que o/a sr/a paga é?
(1) Muito alto (2) Razoável (3) Baixo (8) NS (9) NR

13. Em termos gerais, o/a sr/a diria que:
(1) Se pode confiar nas pessoas (2) Não se pode confiar nas pessoas (8) NS (9) NR

14. O/a sr/a se sente seguro/a no exercício de sua atividade?
(1) Sim (2) Mais ou menos (3) Não (8) NS (9) NR

15. O/a sr/a conhece alguém que foi vítima de um delito ou assalto na feira nos últimos 12 meses?
(1) Sim, eu mesmo/a (2) Sim, outra pessoa (3) Não (9) NR

16. Se você precisasse se ausentar de sua banca por alguns momentos, você confiaria no seu(ua) colega para cuidar da mesma?
(1) Sim (2) Provavelmente (3) Não (8) NS

17. Como o/a sr/a avalia os níveis de associativismo, cooperação, participação e confiança (Capital Social) em Santa Maria?
(1) Bons (2) Ruins

MUITO OBRIGADO/A!

B – PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

Rua Silva Jardim, 1704 - 97.010-490 - Santa Maria - RS – Brasil
E-mail: projeto@esperancacooesperanca.org.br Site: www.esperancacooesperanca.org.br

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES PARCEIRAS

CEPS - CENTRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA **Rua Serafim Valandro, 1016 - Santa Maria – RS** **Site: www.frutosdaterrasm.com.br**	
MTE/SENAES – Brasília – DF – Brasil **Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Economia Solidária** Site: www.mte.gov.br	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA** Site: www.santamaria.rs.gov.br
CÁRITAS BRASILEIRA – Brasília – DF - Brasil Site: www.caritasbrasileira.org	**CÁRITAS REGIONAL – RS – Porto Alegre – RS** Site: www.caritasrs.org.br
FBES - FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – Brasília – DF - BRASIL Site: www.fbes.org.br	**IMS – Instituto Marista de Solidariedade – Brasília – DF - Brasil** Site: www.marista.edu.br
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Site:www.mds.gov.br	**CENTRO DE PASTORAL** E.mail: pastoral.diocese@yahoo.com.br
ADITAL (Notícias da América Latina) Site: www.adital.org.br	**DIOCESE DE SANTA MARIA** **Site: www.diocesesantamaria.org.br**
GATs GRUPO DE AGROECOLOGIA TERRA SUL Site: www.ufsm.br/gats	**TERRITÓRIO DA CIDADANIA** Site: www.territoriocentral.com.br
REDE TROCAS SOLIDÁRIAS Site: www.clubedetrocas.multiply.com	**UFSM – Universidade Federal de Santa Maria** Site: www.ufsm.br
MERCOSUL SOLIDÁRIO Site: www.mercosursocialsolidario.org	**INSTITUTO HUMANITAS** www.unisinos.br
FURG/NUDESE E.mail: nudese@furg.br / Site: www.furg.br	**UNICAFES-RS** E.mail: contato@unicafes.org.br / Site: www.unicafes.org.br
FORUM SOCIAL MUNDIAL Site: www.forumsocialmundial.org.br	**CEBI** E.mail:cebirs@cebi.org.br Site:cebi.org.br
SIN FRONTERAS COOPERATIVAS Site: www.cooperativasinfronteras.net	**FESANS – Ação da Cidadania/RS** **/** Site: www.acaodacidadania-rs.org/parceiros/fesans
UNIJUI Site: www.unijui.edu.br	**FENIAR - Feira Internacional de Artesanato e Decoração** Site: www.locatelleeventos.com.br
MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) Site:www.cirandas.net/mpa-movimento-dos-pequenos-agricultores	**CEDAL - Centro de Derechos Y Desarrollo – Perú** Site:www.cedal.org.pe
CECAP – Consultoria – Santa Maria – RS - Brasil Site: www.cecapta.com.br	**FGES – Fórum Gaúcho de Economia Solidária –** E.mail: forumgauchoeps@gmail.com
FÓRUM PAULISTA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – São Paulo - Leonardo Pinho Site: www.juventudesolidaria.blogspot.com	**SAEMA** Site: www.filhasdoamordivino.com.br
CILAM Site: www.cilam.org e www.fiapam.org	**CEDAC - Centro de Ação Comunitária - Rio de Janeiro - RJ - Brasil** Site: www.cedacnet.org.br

C – FOLDES DAS 20ª FEIRAS DO COOPERATIVISMO DO PROJETO COOESPERANÇA

D - FOLDER OFICIAL DOS 20ª ANOS DA FEIRA DO COOPERATIVISMO 2013

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL
UMA OUTRA ECONOMIA JÁ ACONTECE
2º Fórum Social
2ª Feira Mundial
de EcoSol
20 anos FEICOOP
20 anos FEICOOP
UMA EXPERIÊNCIA APRENDENTE E ENSINANTE
. 10 anos da SENAES
. 10 anos do FBES
. 10 anos da RECID
. 30 anos da ECOSOL/CÁRITAS BRASILEIRA
11 a 14 de Julho
de 2013
Santa Maria - RS
Brasil
Centro de Referência de Ecosol
Dom Ivo Lorscheiter
Fórum Brasileiro de Economia Solidária
10 anos
Construindo o Bem-Viver
PROMOÇÃO:
PREFEITURA DE SANTA MARIA - RS
Fórum Brasileiro e Fórum Gaúcho de Economia Solidária
CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RS
30 ANOS ECOSOL
MERCOSUL SOLIDÁRIO
INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE
APOIO:
MISEREOR
TV OVO
SAEMA
UNIFRA
COLEGIO IRMÃO JOSÉ OTÃO
PAMPEIRO
PATROCÍNIO:
GENTE QUE COOPERA CRESCE
SICREDI
BADESUL
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
IRGA
SESAMPE
Rio Grande do Sul
BNDES
SEBRAE
SUS
ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Desenvolvimento Agrário
Trabalho
Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAES/MTE
10 ANOS
PETROBRAS 60anos
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA